



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

JOSÉ VELOSO DE ARAÚJO SOBRINHO NETO

SEMIÓTICA DAS CULTURAS E OS AUTOCRATAS DA SOLIDÃO: a formação da  
identidade latino-americana e as estratégias de poder no romance *Cem Anos de Solidão*, de  
Gabriel García Márquez

João Pessoa-PB

2023

SEMIÓTICA DAS CULTURAS E OS AUTOCRATAS DA SOLIDÃO: a formação da  
identidade latino-americana e as estratégias de poder no romance *Cem Anos de Solidão*, de  
Gabriel García Márquez

JOSÉ VELOSO DE ARAÚJO SOBRINHO NETO

Dissertação elaborada por José Veloso de Araújo  
Sobrinho Neto, como requisito para obtenção do  
grau em mestre do Programa de pós-graduação em  
Letras da UFPB, da área de concentração  
Literatura, teoria e crítica, linha de pesquisa:  
Estudos Semióticos.

Orientadora: Maria de Fátima Barbosa de  
Mesquita Batista

João Pessoa-PB

2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catálogo e Classificação**

A663s Araújo Sobrinho Neto, José Veloso de.  
Semiótica das culturas e os autocratas da solidão :  
a formação da identidade latino-americana e as  
estratégias de poder no romance Cem anos de solidão, de  
Gabriel García Márquez / José Veloso de Araújo Sobrinho  
Neto. - João Pessoa, 2023.  
103 f. : il.

Orientação: Maria de Fátima Barbosa de Mesquita  
Batista.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Semiótica das culturas. 2. Cem anos de solidão -  
Romance. 3. Identidade latino-americana. 4. Poder -  
Estratégias. I. Batista, Maria de Fátima Barbosa de  
Mesquita. II. Título.

UFPB/BC

CDU 81'22(043)



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO(A) ALUNO(A)  
**JOSÉ VELOSO DE ARAÚJO SOBRINHO NETO**

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas, realizou-se, na Sala Multimídia C, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada: “SEMIÓTICAS CULTURAS E OS AUTOCRATAS DA SOLIDÃO: a formação da identidade latino-americana e as estratégias de poder no romance *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez”.

Apresentada pelo(a) aluno(a) José Veloso de Araújo Sobrinho Neto, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de MESTRE EM LETRAS, área de Concentração em Literatura, Cultura e Tradução, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Marco Valério Classe Colonnelli, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPB e segundo os registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação da Pós-Graduação. O(A) professor(a) Doutor(a) Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista (PPGL/UFPB), na qualidade de orientadora, presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte o(a)s Professores Doutore(a)s Adriana Nuvens de Alencar (UFPB) e Duina Mota de Figueiredo Porto (UFPB). Dando início aos trabalhos, o(a) Senhor(a) Presidente convidou os membros da Banca Examinadora para comporem a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(à) mestrando(a) para apresentar uma síntese de sua dissertação, após o que foi arguida pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final, ao qual foi atribuído o seguinte conceito: **APROVADO**. Proclamados os resultados pelo(a) Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista (Secretária *ad hoc*), lavrei a presente ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

João Pessoa, 28 de julho de 2023.

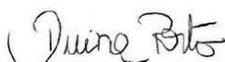
**Parecer**

A banca considerou a *distinção* para a dissertação aprovada e aconselha a indicação para publicação ou premiação científica pelas razões elencadas a seguir:

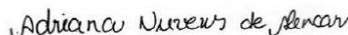
- 1) O tema é relevante e muito atual, destacando o momento sócio-político e cultural vivenciado pelo povo latino americano;
- 2) Permite antever uma pesquisa densa, laboriosa e madura sobre a semiótica das culturas aplicada à obra literária;
- 3) Foi escrita em linguagem clara e objetiva, de leitura muito atraente mesmo para aqueles estudiosos de outras áreas do conhecimento.



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria de Fátima Barbosa de  
Mesquita Batista  
(PresidentedaBanca)



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Duina Mota de Figueiredo Porto  
(Examinadora)



Prof.<sup>a</sup> Dra.<sup>a</sup> Adriana Nuvens de Alencar  
(Examinadora)



(Mestrando)

## DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, meus melhores amigos, minha maior fortuna, meu porto seguro e as pessoas que mais amo.

Aos meus bisavós maternos, avós do coração, Antônio Barbosa Cavalcanti e Lucila de Lira Cavalcanti, por terem sido bons comigo e terem me legado as melhores memórias de minha infância. (*in memoriam*)

Aos meus irmãos, pelo incentivo e pelos sonhos e objetivos em comuns.

A minha esposa, companheira e grande amor da minha vida.

Enfim, a todos os que de alguma maneira fazem parte de minhas lembranças.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças e iluminado meu caminho para que pudesse concluir mais uma etapa da minha vida;

Ao meu pai, George, por todo amor e dedicação. Tenho orgulho de chamá-lo de pai. Meu eterno agradecimento pelos momentos em que esteve ao meu lado, me apoiando e me fazendo acreditar que nada é impossível. Ser humano que sigo como exemplo, pai dedicado, amigo, batalhador, que abriu mão de muitas coisas para me proporcionar ser quem sou;

A minha mãe Dayse, por ser tão dedicada e amiga, por ser a pessoa que mais me apoia e acredita na minha capacidade, meu agradecimento pelas horas que ficou ao meu lado e pelas vezes que não me deixou desistir;

A minha bisavó Lucila (*in memoriam*). Mulher que legou muitas saudades e a quem devo muitos dos meus sorrisos de infância.

Ao meu bisavô Antônio (*in memoriam*). Esteve ao meu lado nos meus primeiros dias de vida. Contam que me aguardava toda a madrugada em frente a antiga casa de minha infância para ser o primeiro a me desejar um “bom dia”. Ensinou-me à inocência. Homem de coração bondoso que dedicou toda sua vida à família;

Aos meus irmãos, George e Diógenes, pelo carinho e atenção que sempre tiveram comigo, por sempre me apoiarem em todos os momentos. Enfim, por todos os conselhos e pela confiança em mim depositada;

A minha amada esposa, Alana Rebeca da Silva Egito Alves Veloso, por ter me encontrado no caminho e me ensinado a ser feliz de mãos dadas. Não houve antes, nem haverá depois sem você, só me tornei “eu” em sua presença;

A minha orientadora, professora Doutora Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista, pelos ensinamentos e dedicação dispensados no auxílio à concretização desse trabalho;

Aos amigos que fiz durante o curso, pela amizade que construímos. Sem vocês essa trajetória não seria tão prazerosa;

A todos os professores do curso, pela paciência, dedicação e ensinamentos disponibilizados nas aulas. Cada um, de forma especial, contribuiu para a conclusão desse trabalho e conseqüentemente para minha formação profissional.

*“O lugar da arte tornou-se nele incerto. A autonomia que ela adquiriu, após se ter desembaraçado da função cultural e dos seus duplicados, vivia da ideia de humanidade. Foi abalada à medida que a sociedade se tornava menos humana.” (Theodor W. Adorno)*

## RESUMO

A pesquisa buscou investigar, na obra *Cem anos de solidão* (1967), do escritor colombiano Gabriel García Márquez, a relação entre as estratégias de “poder” (manipulação, sujeição) – imanes às escolhas enunciativas – e a formação da “identidade” do povo latino-americano. O interesse em analisar o romance decorre da riqueza polissêmica do enredo que congrega mito e história em uma trama focada na genealogia de uma família amaldiçoada pela solidão congênita. Assim, o narrador parte do particular, a trajetória da estirpe dos Buendía, para expor, através de uma grande metáfora, o universal, a conjectura política, econômica e social da formação da América Latina. Optamos pelas categorias analíticas do “poder” e da “identidade” por crermos que as estratégias de controle dos corpos e das populações exerceram influência fundamental sobre a formação da feição social e política latino-americana. Assim, a base metodológica usada privilegia a fundamentação teórica da Semiótica das Culturas, desenvolvida por François Rastier e, no intuito de situar a categoria analítica do “poder”, contamos com os estudos do professor, sociólogo e historiador Michel Foucault. No corpo do trabalho tentamos, inicialmente, demonstrar as convergências de diferentes correntes teóricas. Em um segundo momento, apropriando-se desse conhecimento, desnudar, demonstrar, no enunciado do texto, as estratégias do poder e as redes simbólicas que influenciaram, melhor, forjaram, a cultura e a identidade do povo latino-americano. Os resultados obtidos na análise do *corpus* indicaram que os signos – linguísticos ou não – tem o poder de moldar, de regular, de sujeitar indivíduos, mas também de estabilizar, de controlar, de constranger, os processos internos (no sujeito) e externos (no povo) de rupturas; mas são, em sentido inverso, a maior ameaça ao poder instaurado. Afinal, o homem passa da natureza à cultura, do mito à história em razão da linguagem, é de se pressupor que saia da cultura e da história para o cataclismo e o fim por ação dela.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cem anos de solidão; identidade; poder; latino-americano; Semiótica das Culturas.

## RESUMÉ

La recherche visait à investir, dans l'œuvre *Cent ans de solitude* (1967), de l'écrivain colombien Gabriel García Márquez, la relation entre les stratégies de « pouvoir » (manipulation, assujettissement) – immanentes aux choix énonciatifs – et la formation de l'« identité » des peuples latino-américains. L'intérêt d'analyser le roman tient à la richesse polysémique de l'intrigue qui réunit mythe et histoire dans l'intrigue centrée sur la généalogie d'une famille maudite par la solitude incarnée. d'une grande métaphore, la conjecture universelle, politique, économique et sociale de la formation de l'Amérique latine. Nous avons opté pour les catégories analytiques de « pouvoir » et « d'identité » parce que nous croyons que les stratégies de contrôle des corps et des volontaires exercent une influence fondamentale sobre sur la formation des traits sociaux et politiques latino-américains. Ainsi, une base méthodologique utilisée privilégie le fondement théorique de la Sémiotique des Cultures, développée par François Rastier, et pour situer la catégorie analytique du « pouvoir », nous nous appuyons sur les travaux du professeur, sociologue et historien Michel Foucault. Dans le corps de l'ouvrage, nous avons d'abord cherché à montrer la convergence de différents courants théoriques. Dans un second temps, en s'appropriant ce savoir, nous cherchons à mettre à nu, à démontrer, dans l'énoncé du texte, les stratégies de pouvoir et les réseaux vécus qui ont influencé, mieux, forgé, la culture et l'identité du peuple latino-américain. Les résultats obtenus dans l'analyse du corpus ont indiqué que les signes – linguistiques ou non – ont le pouvoir de modeler, de réguler, des sujets sujets, mais aussi de stabiliser, de contrôler, de surprendre, les processus internes (au sujet) et externes (dans le peuple) de ruptures ; mais ils sont, dans le sens opposé, la plus grande menace pour le pouvoir établi. Après tout, l'homme est passé de la nature à la culture, du mythe à l'histoire grâce au langage, il faut supposer qu'il quitte la culture et l'histoire pour le cataclysme et la fin par son action.

**MOTS-CLÉS:** *Cem anos de Solidão*; identité; Pouvoir; Latino-américain; Sémiotique de Cultures.

## SUMMARY

The research sought to investigate, in the work *One hundred years of solitude* (1967), by the Colombian writer Gabriel García Márquez, the relationship between the strategies of “power” (manipulation, subjection) – immanent to the enunciative choices – and the formation of the “identity” of the people Latin American. The interest in analyzing the novel stems from the polysemic richness of the plot that brings together myth and history in a plot focused on the genealogy of a family cursed by congenital loneliness. of a great metaphor, the universal, the political, economic and social conjecture of the formation of Latin America. We opted for the analytical categories of “power” and “identity” because we believe that the strategies for controlling bodies and populations had a fundamental influence on the formation of Latin American social and political features. Thus, the methodological basis used favors the theoretical foundation of the Semiotics of Cultures, developed by François Rastier, and in order to situate the analytical category of “power”, we rely on the studies of professor, sociologist and historian Michel Foucault. In the body of the work, we initially tried to demonstrate the convergence of different theoretical currents. In a second moment, appropriating this knowledge, we tried to lay bare, demonstrate, in the text's statement, the strategies of power and the symbolic networks that influenced, better, forged, the culture and identity of the Latin American people. The results obtained in the analysis of the corpus indicated that the signs – linguistic or not – have the power to mold, to regulate, to subject individuals, but also to stabilize, to control, to constrain, the internal processes (in the subject) and external ( in the people) of ruptures; but they are, in the opposite sense, the greatest threat to the established power. After all, man passes from nature to culture, from myth to history due to language, it is to be assumed that he leaves culture and history for the cataclysm and the end by her action.

**KEYWORDS:** One Hundred Years of Solitude; identity; power; Latin American; Semiotics of Cultures.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. SEMIÓTICA DAS CULTURAS: o discurso autoritário e as estratégias enunciativas</b> ....	15
2.1. SEMIÓTICA: história e contexto .....	15
2.2. SEMIÓTICA DO HOMEM E SEU FAZER NO MUNDO.....	29
2.3. MODALIZAÇÃO: estruturas de poder.....	40
<b>3. CIEN AÑOS DE SOLEDAD: história e ficção da América-latina</b> .....	47
3.1. ENSAIOS DE PODER E MORTE NA CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA .....	47
3.2. “COMBATA A POBREZA, MATE UM MENDIGO”: a categoria foucaultiana do poder.	63
<b>4. AQUI JAZEM: Macondo e a América Latina</b> .....	73
4.1. “É MAIS FÁCIL IMAGINAR O FIM DE MACONDO E DA AMÉRICA LATINA DO QUE O FIM DO CAPITALISMO” .....	73
4.2. “ENTÃO É ASSIM QUE A LIBERDADE MORRE, COM UM ESTRONDOSO APLAUSO”: a tragédia da democracia depois de Macondo.....	77
4.3. MEMÓRIAS E PROFECIAS: dos cemitérios pré-colombianos às necrópoles pós-apocalipse 90	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	98

## 1. INTRODUÇÃO

“O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome, e para mencioná-las era preciso apontar com o dedo” (MÁRQUEZ, 2010, p. 43). *Cem anos de solidão* (2010), romance do escritor colombiano Gabriel García Márquez<sup>1</sup>, desvela os mitos<sup>2</sup> fundadores do povo latino-americano, expõe as lutas de dominação, exhibe as revoluções de libertação, mas principalmente, reverbera as transformações históricas das estratégias de poder. “O pintor Henri Matisse uma vez observou que toda arte carrega a marca do seu período histórico, mas que a grande arte é aquela em que essa marca se revela mais profunda” (EAGLETON, 2011, p. 15).

Mapeando as estratégias de sujeição, a partir das manifestações enunciativas, em *Cem anos de solidão* (2010), tencionamos descortinar a relação entre “poder”, “identidade” e seus resultantes saberes e práticas sociais.

A dinâmica política da América Latina, sua intrincada teia econômica e cultural, são produtos históricos do “poder” – mais precisamente do poder soberano<sup>3</sup>, do poder disciplinar<sup>4</sup> e da biopolítica<sup>5</sup>. Entendendo “poder”, segundo Michel Foucault<sup>6</sup>, como sendo uma prática, uma atividade que se exerce nas relações, ou seja, “poder” como rede de dispositivos, mecanismos que não estão localizados em determinado estrato social, mas que circulam e atravessam todos os indivíduos.

A categoria seguinte, da “identidade”, avocaremos da Semiótica das culturas de linha francesa – sem desprezar, evidente, a valiosa bibliografia das correntes peirciana e russa –,

---

<sup>1</sup> Gabriel José García Márquez foi um escritor e jornalista colombiano, considerado um dos autores mais importantes do século XX. Suas obras já foram traduzidas para mais de 36 idiomas, o autor já vendeu mais de 1,5 milhões de livros. Recebeu diversos prêmios, entre os mais importantes: o Prêmio Internacional Neustadt de Literatura, em 1972, e o Nobel de Literatura, de 1982, pelo conjunto de sua obra. Foi o maior representante do que ficou conhecido como “realismo mágico” na literatura latino-americana.

<sup>2</sup> Segundo o linguista brasileiro, José Luiz Fiorin, o “[...] mito é uma explicação das origens do homem, do mundo, da linguagem: explica o sentido da vida, a morte, a dor, a condição humana. Vive porque responde a angústia do desconhecido, do inexplicável; dá sentido aquilo que não tem sentido.” (2016, p. 9)

<sup>3</sup> Característica das formas monárquicas de poder, mostra sua força pelos suplícios e se afirma pela lei ou por uma “concepção jurídico-discursiva do poder”.

<sup>4</sup> O poder disciplinar, fruto da burguesia é bem evidente no final do século XVIII e início do XIX, tenciona criar “corpos dóceis”, trabalhando o corpo individual através de “uma anátomo-política do detalhe” e de uma mecânica que visa o “mínimo de dispêndio e o máximo de eficácia”. Especializa-se ainda como uma produção repetitiva e contínua na economia, oriunda de uma disciplina característica da escola, do hospital, do exército, da fábrica, ou seja, todas as instâncias de normalização.

<sup>5</sup> No início do século XIX, nasce uma nova tecnologia que passa a fazer uso de vários elementos na administração da vida. Essa tecnologia é uma ampliação dos mecanismos de controle, agora em nível de regulamentação global. O objeto desse poder, e dos processos que lhes são inerentes, deixa de ser precisamente o indivíduo e recai totalmente em uma figura até então nova: a população, o corpo-espécie.

<sup>6</sup> Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo contemporâneo, historiador das ideias, teórico social, filólogo, crítico literário e professor da cátedra História dos Sistemas do Pensamento, no célebre *Collège de France*, de 1970 até 1984. Dedicou sua pesquisa à reflexão da relação entre poder e conhecimento.

esboçada e desenvolvida, principalmente, pelo linguista e professor François Rastier<sup>7</sup>. Consideraremos, portanto, “identidade” como o acúmulo de conhecimentos, ideias e discursos que formam o indivíduo. Um patrimônio sógnico atravessado por determinações do poder, em uma permanente tensão dialética com outros signos de diversas ordens – políticos, sociais, culturais.

Segundo Rastier, as “[...] proclamações identitárias não são desinteressadas, uma vez que legitimam a empresa total do estado ou do clero sobre o indivíduo.” (RASTIER, 2015, p. 18). Em outras palavras, a construção da identidade – e da cultura – é o resultado da ação<sup>8</sup> de redes de dispositivos de controle, de sujeição dos corpos e de dominação das populações.

Elegemos o romance *Cem anos de solidão* (2010) como *corpus* dessa investigação por entendermos que ele é, parafraseando a professora Nadia Terezinha Arzivenko Forgiarini<sup>9</sup> (2009), “uma alegoria”<sup>10</sup> do passado e do presente que formou a “condição humana” latino-americana. Para o poeta e ensaísta argentino César Fernández Moreno<sup>11</sup> (1979), a obra:

[...] é também alguma coisa de mais preciso: a história de toda uma família que passa da inocência à destruição; a criação de um lugar místico – centro do mundo como em toda a história mágica – que é Macondo; a queda dos homens; a exploração e a corrupção de um povo concreto da América espanhola; a presença da mulher – mulher-mãe, mulher-fundação – que se chama Úrsula. Enraizado, pétreo, fluvial, *Cien años de soledad* é um romance de uma terra e de uma família, da terra e dos homens, dos ciclos progressivamente infernais que levam do paraíso e da inocência à morte. A magia predomina no romance; magia feita de terra e sonho que é também mito e lenda mais do que história. Talvez o mais extraordinário de *Cien años de soledad* seja a capacidade de narrar com realismo preciso e, às vezes, descarnando até transformar a realidade em lenda sem que a lenda perca a aparência de realidade (1979, p. 194).

Optamos pelo “poder”, segundo a perspectiva teórica de Michel Foucault, como categoria analítica, por considerarmos que a formação da “cultura” e da identidade do povo latino-americano não podem ser apreendidas sem uma investigação profunda das estratégias de “poder” e de sujeição executadas, durante séculos, na América Latina.

<sup>7</sup> François Rastier é um linguista francês. Pesquisador da área semiótica, ocupou o cargo de diretor de pesquisa emérito do *Centre national de la recherche scientifique*. O projeto intelectual de Rastier situa-se no quadro geral de uma semiótica da cultura.

<sup>8</sup> A essa ação, a cultura popular resiste, como uma reação de módulo igual e direção oposta.

<sup>9</sup> Professora titular da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

<sup>10</sup> *Intertextos míticos em Cem anos de solidão*, dissertação apresentada ao programa de pós-graduação da URI - Universidade Regional Integrada Do Alto Uruguai E Das Missões, 2009. Escrito por Nadia Terezinha Arzivenko Forgiarini

<sup>11</sup> César Fernández Moreno (1919-1985) foi um escritor argentino, um proeminente autor da chamada "Geração de 40".

Já a categoria da “identidade” foi uma escolha relacionada a um dos aspectos do “poder”, segundo o problema que investigamos: as marcas do “poder” na concepção de um povo que se reconhece como latino-americano. Partimos, então, da ideia de que a formação de uma cultura autoritária é um processo de transformação sógnica, portanto, que pode ser investigado a partir da teoria geral da significação<sup>12</sup>.

As bases teóricas são resultantes da necessidade de entendermos adequadamente as categorias analíticas dentro do *corpus*. Michel Foucault e François Rastier possuem relevantes contribuições no desenvolvimento teórico de temas relacionados ao “poder” e à “identidade cultural”, respectivamente. Em razão disso, suas produções acadêmicas – servindo aqui, por sua pertinência, como lente teórica – ajudarão a fundamentar reflexões e críticas no decorrer da pesquisa.

Através destes caminhos teóricos metodológicos, buscaremos responder a seguinte questão problema: como as escolhas enunciativas revelam, no romance *Cem anos de solidão* (2010), de Gabriel García Márquez, as estratégias do “poder” que construíram a “identidade” política e cultural autoritária da América Latina?

A hipótese a ser testada: a arte é o lugar onde as nervuras do “poder”, as marcas da sujeição e da dominação são mais aparentes; isso porque o “poder”, melhor dizendo, os dispositivos do “poder” que atravessaram (e atravessam) os sujeitos e os povos latino-americanos marcaram não apenas seus corpos, mas incidiram, manipularam – muitas vezes violentamente, outras silenciosamente – o sistema sógnico colonial, conformando as identidades e as culturas aos interesses autoritários.

Como objetivo geral, portanto, ambicionamos investigar, em *Cem anos de solidão* (2010), de Gabriel García Márquez, através da perspectiva da Semiótica das culturas e do pensamento foucaultiano, os influxos do “poder” na construção da “identidade” latino-americana. Desvelando, para isso, as escolhas enunciativas feitas pelo enunciador.

Como objetivos específicos, pretendemos: 1. realizar o levantamento, no *corpus*, das escolhas enunciativas representativas das estratégias de “poder” – poder soberano, poder disciplinar, biopolítica; 2. apontar de que modo, a partir das escolhas enunciativas, as redes de controle são realizadas como estratégias de manutenção do poder; 3. desvelar como essas escolhas ajudaram a construir a “identidade” autoritária latino-americana.

Em síntese, partindo de uma leitura semiótica (das culturas), analisaremos o romance *Cem anos de solidão* (2010), de Gabriel García Márquez, buscando revelar as estratégias

---

<sup>12</sup> Semiótica.

enunciativas e, nelas, as redes de dispositivos do poder que disciplinam e docilizam os corpos – e as populações – ao mesmo tempo em que transformam o sistema de significação – cultura e identidade. A abordagem metodológica nos auxiliará, por conseguinte, a entender, na obra analisada e a partir dela, como as manobras do “poder” possibilitaram a construção da “identidade” do povo latino.

Admitindo que Macondo é uma povoação mítica do interior da América Latina – um pressuposto validado pelo próprio autor de *Cem anos de solidão* (2010), Gabriel García Márquez, que admitiu, em muitas ocasiões e entrevistas, que Macondo teria sido inspirado em sua cidade natal, Aracataca, na Colômbia –, acreditamos ser possível, através da análise semiótica, demonstrar as condições de subjugação latino-americana presentes no *corpus* e no mundo.

Finalizada a introdução, dividiremos o trabalho em mais três capítulos. No capítulo intitulado “SEMIÓTICA DAS CULTURAS: o discurso autoritário e as estratégias enunciativas”, contextualizaremos a semiótica, revisando sua formação e seu desenvolvimento histórico como ciência, e definiremos as categorias da Semiótica das culturas que irão atravessar nossa pesquisa. No capítulo seguinte – “CIEN AÑOS DE SOLEDAD: ensaios de poder e morte na construção política da América Latina” –, abordaremos o pensamento foucaultiano e sua pesquisa no campo do “poder” e da “sujeição”. No último capítulo – “AQUI JAZ: Macondo e a América Latina” –, apresentadas e demonstradas as bases teóricas que irão fundamentar a análise do *corpus*, passaremos à crítica literária. Na conclusão, fecharemos o trabalho resumindo os resultados da investigação, apontando novos caminhos para uma pesquisa mais ampla acerca do tema e refletindo sobre a necessidade de entendermos melhor os enunciados autoritários e totalitários que ainda circulam – e parecem ganhar cada vez mais força – nas sociedades contemporâneas.

## 2. SEMIÓTICA DAS CULTURAS: o discurso autoritário e as estratégias enunciativas

### 2.1. SEMIÓTICA: história e contexto

Antes de enfrentarmos a tarefa de discorrermos e refletirmos sobre a “Semiótica das culturas”, é indispensável realizarmos uma retomada do percurso da ideia de “signo” e da “semiótica” na história do pensamento. Acreditamos que entender esse desenvolvimento e os mecanismos dessa ciência, uma trajetória que tem sua gênese nos gregos, irá nos habilitar a manusear as ferramentas necessárias para compreendermos, a partir das estratégias enunciativas, como o poder tem empregado sua rede de dispositivos de controle nos corpos e nas populações latino-americanas.

O termo “semiótica” possui uma raiz de origem grega *semêion* – que pode ser traduzida como signo, *sema*, sinal –, e designa, modernamente, a ciência que estuda a significação, tentando encerrar o que seria uma Teoria Geral. Dito isso, é preciso definir o que a Semiótica entende como “signo” e “significação”. Nesse sentido, oportuna é a contribuição do semioticista Décio Pignatari<sup>13</sup> (2004). Em suas palavras, designa-se signo “toda e qualquer coisa que substitua ou represente outra, em certa medida e para certos efeitos” (2004, p. 16). Já a significação, entendida, então, como a função semiótica, é a “relação de dependência que se estabelece entre o plano do conteúdo e o plano da expressão” (BATISTA, 1999, p. 20).

Os limites dessa ciência, contudo, nem sempre foram claros. Isso se dá, em parte, por culpa da terminologia, mas a existência de ciências semelhantes com objetos de estudo aproximados favorece a confusão.

Parece-nos razoável inferirmos que a ideia do complexo universo sógnico, mesmo de forma embrionária, já estava presente nos pré-socráticos. Pitágoras de Samos (570-490), fundador do movimento pitagórico, afirmava, por exemplo, que tudo que existe é “*uno*”. Ele propõe como princípio unificador a *arithmós*. Os números são, para a escola pitagórica, a alma das coisas, a essência do que existe, e, portanto, representam a harmonia e a ordem do universo. Para Pitágoras, o mundo a ser descoberto, a ser desvelado, é o dos signos – matemáticos, bem verdade.

---

<sup>13</sup> Décio Pignatari, (1927-2012) foi um poeta, professor, tradutor e ensaísta brasileiro. Um dos idealizadores e o mais importantes poetas do movimento concretista.

Tales de Mileto<sup>14</sup> (624-546), Anaximandro de Mileto<sup>15</sup> (610-546), Heráclito<sup>16</sup> (540-470) e Parmênides<sup>17</sup> (530-460), cada um por sua vez, racionalizou o mundo a partir de um princípio originário (*archê*): a água; o *ápeiron* ou o infinito; o devir ou a contínua mudança; e a constância ou permanência. Assentados em diferentes formulações, os pré-socráticos evocaram a natureza signica do cosmos, iniciaram o movimento que transformou o pensamento ocidental e influenciou decisivamente os pensadores que os sucederam.

Por volta do século IV a.C., Platão<sup>18</sup> (427-347) escreve *A república* e atribui, dentro da obra, ao filósofo Sócrates<sup>19</sup>, seu mestre, a concepção do que conhecemos como o “mito da caverna”. O personagem platônico conjectura a separação entre a essência e a aparência das coisas. Mais uma vez, mesmo que Platão (427-347) não tenha expressado dessa forma, podemos deduzir, sem perigo de anacronismo, que o mundo é, para esse pensador e seus herdeiros, composto dialeticamente<sup>20</sup>.

No *Crátilo* (2001), outra obra de Platão (427-347), a natureza dos signos volta a ser investigada e são apontados, neles, elementos verbais e de significação. Considerado o tratado sobre a linguagem mais antigo da cultura ocidental, esse diálogo apresenta, pela primeira vez na história do conhecimento ocidental, um modelo triádico do signo. Segundo o autor, são distinguíveis nele: o nome (*onoma*); a noção ou ideia (*eidós* ou *logos*); e a coisa referente (*pragma*).

Aristóteles<sup>21</sup> (384-322) estudou o signo a partir da lógica e da retórica. Restringiu, por conseguinte, o signo ao sentido verbal, operando o método da indução nos processos de significação. Em consonância com o modelo platônico, o signo aristotélico tem um caráter triádico, mas diferentemente do que pensava seu preceptor, o estagirita nomeou esses

<sup>14</sup> Considerado o primeiro filósofo ocidental, Tales de Mileto foi um filósofo pré-socrático, astrônomo, matemático, engenheiro e comerciante da Grécia Antiga, fundador da Escola Jônica

<sup>15</sup> Discípulo de Tales, seguiu a escola jônica. Anaximandro foi um geógrafo, matemático, astrônomo, político e filósofo pré-socrático.

<sup>16</sup> Heraclito ou Heráclito de Éfeso foi um filósofo pré-socrático considerado o "Pai da dialética".

<sup>17</sup> Parmênides foi o principal filósofo da Escola Eleata e um forte defensor do monismo e do imobilismo no mundo antigo.

<sup>18</sup> Platão foi um filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga, autor de diversos diálogos filosóficos e fundador da Academia em Atenas, a primeira instituição de educação superior do mundo ocidental. Foi discípulo de Sócrates e o primeiro teórico idealista.

<sup>19</sup> Sócrates foi um filósofo ateniense do período clássico da Grécia Antiga. Creditado como um dos fundadores da filosofia ocidental, é até hoje uma figura enigmática, conhecida principalmente através dos relatos em obras de escritores que viveram mais tarde, especialmente dois de seus alunos, Platão e Xenofonte, bem como pelas peças teatrais de seu contemporâneo Aristófanes.

<sup>20</sup> A teoria das ideias de Platão. Segundo esse autor, o cosmo é composto por uma essência e uma aparência e só é dado ao homem conhecer a essência das coisas através das ideias.

<sup>21</sup> Aristóteles foi um filósofo e polímata da Grécia Antiga. Ao lado de Platão, de quem foi discípulo na Academia, foi um dos pensadores mais influentes da história da civilização ocidental.

componentes como: convencional (*symbolon*), as afecções da alma (*phathémata*) e o retrato das coisas (*prágmata*).

A lógica aristotélica foi o máximo de desenvolvimento dessa área até o século XIX, não obstante, o pensador antigo nunca considerou esse campo do conhecimento uma ciência, e sim uma ferramenta de aferição da relação de implicação entre premissas e conclusões, mais que isso, um instrumento (*órganon*) que nos possibilitaria avaliar se há uma conclusão coerente advinda das premissas – o correto pensar<sup>22</sup>.

Apesar da importância dessas primeiras investigações, é dos estoicos<sup>23</sup> (300 a.C. – 200 d.C.) o mérito da concepção mais elaborada de uma teoria da significação. Essa escola retoma de Platão o caráter triádico do signo. Nomearam, contudo, esses componentes como *semaínon*, a parte perceptível do signo, *semainómenon* ou *lékton*, seu significado, e *tygchánon*, o objeto referido.

Outros, menos proeminentes, que se dedicaram a tarefa de estudar o signo, os epicuristas<sup>24</sup> (300 a.C.) imaginaram um modelo diádico, composto apenas por uma parte significante, o *semaínon*, e o objeto referido, o *tygchánon*.

Uma passagem curiosa, e que merece a menção, desse percurso, é o avanço, a partir do século II, da Semiótica médica. Um campo de pesquisa que estuda os sinais e sintomas clínicos e busca oferecer diagnósticos e prognósticos mais precisos. Seu primeiro expoente foi Galeano Pérgamo (139-199).

Considerado o fundador da Semiótica, coube a Aurélio Agostinho de Hipona (354-430), conhecido como Santo Agostinho, no século IV da era cristã, aprofundar os estudos sobre o signo. Esse autor definiu – nas obras *De Magistro* (389), *De Doctrina Christina* (397) e *Principia* (c.a. 384) – o signo como “uma coisa que, além da impressão que produz nos sentidos, faz com que outra coisa venha à mente como consequência de si mesmo” (AGOSTINHO apud NÖTH, 1995, p. 25). O filósofo e teólogo cristão descreveu, ainda, a existência dos signos naturais (não verbais) – aqueles que significam involuntariamente algo: a fumaça e fogo, por exemplo – e convencionais (verbais) – aqueles que são produtos da criação humana.

---

<sup>22</sup> Órganon (do grego, ὄργανον) é o nome tradicionalmente dado ao conjunto das obras sobre lógica de Aristóteles, significa "instrumento" ou "ferramenta". O próprio Aristóteles não designou que esses livros formassem um conjunto, muito menos deu um título único que os englobasse. Isso foi obra dos peripatéticos. Para eles, a lógica era um instrumento da filosofia.

O Órganon abre o *Corpus aristotelicum* e é composto pelos livros: Categorias, Da Interpretação, Analíticos Anteriores, Analíticos Posteriores, Tópicos e Refutações Sofísticas.

<sup>23</sup> O estoicismo é uma escola de filosofia helenística fundada por Zenão de Cítio na Grécia, em Atenas, no início do Século III a.C.

<sup>24</sup> Epicurismo é uma Escola Filosófica criada por Epicuro de Samos em meados do século IV a.C.

Essa concepção do signo é o resultado de um contexto específico que precisa ser levado em consideração: o teocentrismo medieval. A doutrina que afirmava que Deus era o centro de tudo orientava todos os domínios do conhecimento humano. Toda existência – natural ou social – era vista como uma representação material da realidade espiritual. O signo assumia, portanto, uma natureza metonímica. É, segundo o linguista Algirdas Julius Greimas<sup>25</sup>, “a parte material, visível, de uma realidade espiritual mais vasta, invisível.” (1978, p. 215).

A força dessas ideias dá origem as crenças que persistem na modernidade. Ainda hoje, crianças das mais diferentes classes sociais são ensinadas a não vocalizarem “doenças ruins”, ou não pronunciarem nomes de “demônios”, ou não verbalizarem frases negativas, porque todas essas ações atraem o mal indesejado.

A Escolástica<sup>26</sup>, afastando-se do pensamento platônico e da patrística, buscou racionalizar os mistérios da fé. Para isso, apropriou-se dos escritos aristotélicos e se tornou a primeira responsável pela tradução e interpretação da obra daquele filósofo. Segundo essa escola, o conhecimento pode ser reunido em três disciplinas: a filosofia moral, a filosofia natural e a ciência dos signos ou ciência racional.

Foram os pensadores da Escolástica os responsáveis pela elaboração e distinção de conceitos de suma importância para o campo de pesquisa da Semiótica, tais como: conotação e denotação; signos, símbolos e imagens. São Tomás de Aquino<sup>27</sup> (1589-1644) elaborou relevante reflexão acerca disso,

“[...] e porque o intelecto conhece por conceitos significativos, que são expressos por sons significativos, e em geral todos os instrumentos de que usamos para conhecer e falar são signos; portanto, para que o Lógico com exactidão conheça os seus instrumentos, é necessário que também conheça o que é o signo [...] Para que o assunto mais clara e frutuosa seja tratado, achei por bem separadamente acerca disto fazer um tratado [...] Por isso pareceu-me melhor agora, em vez da doutrina dos livros *De Interpretatione*, apresentar aquelas coisas destinadas a expor a natureza e divisão dos signos”. (AQUINO, 2001, p. 52)

---

<sup>25</sup> Foi um linguista de origem lituana que contribuiu para a teoria da semiótica e da narratologia, além de ter prosseguido diversas pesquisas sobre mitologia lituana.

<sup>26</sup> Filosofia Escolástica é um método ocidental de pensamento crítico, com origem nas escolas monásticas católicas da Idade Média, que buscou conciliar a fé cristã com um sistema de pensamento racional, especialmente o da filosofia grega.

<sup>27</sup> Considerado o "Príncipe da Escolástica", foi um importante filósofo e padre italiano da Idade Média, intitulado Doutor da Igreja Católica, em 1567.

Roger Bacon<sup>28</sup> (1215-1294) e Jean Poincot<sup>29</sup> (1589-1644) foram outros proeminentes estudiosos dessa matéria. Enquanto Roger Bacon, na sua obra *De Signis*, tentou classificar os signos existentes, Poincot, no seu *Tractatus de Signis* (1632), abordou o tema a partir da lógica, criando os instrumentos para pensar e falar sobre eles.

O Renascimento<sup>30</sup>, a partir do século XIV, promoveu uma guinada no pensamento ocidental. A fé e as revelações divinas – ou seja, Deus – deixaram de ser as guias da humanidade. O teocentrismo é substituído pela confiança na razão e, portanto, no próprio homem: a ascensão do antropocentrismo. Os fenômenos naturais deixam de ser interpretados como mistérios da trindade, afastando-se da metafísica, e passam a condição de problemas da natureza que devem ser resolvidos pela racionalidade. Essa transformação é operada desde os subúrbios do pensamento até as mais complexas relações sociais.

O signo, nesse contexto, é apreendido como representação do mundo natural, “[...] deixa de ser parte do objeto para tornar-se seu representante. É a retomada da concepção da Antigüidade Clássica, segundo a qual o signo é sempre signo de alguma coisa” (BATISTA, 2003, p. 61).

No século XVII, a Semiótica floresce a partir de três perspectivas filosóficas distintas: o Racionalismo francês<sup>31</sup>, o Empirismo inglês<sup>32</sup> e o Iluminismo alemão<sup>33</sup>.

René Descartes<sup>34</sup> (1596-1650), um dos fundadores da primeira corrente, idealizou o signo sem o caráter referencial. Para ele, o signo existe, assim como a razão, independe da experiência ou do mundo. As palavras, os nomes, portanto, seriam arbitrários, sem relação com o que representam, existem, unicamente, para expressar os pensamentos do homem.

---

<sup>28</sup> Foi um franciscano, químico, físico, matemático, filósofo, teólogo e astrólogo inglês. Um dos mais talentosos pensadores britânicos, pioneiro da busca do conhecimento pela prática experimental e conhecido como o *Doctor Mirabilis* (Admirável doutor)

<sup>29</sup> Foi um dominicano, filósofo e teólogo da segunda escolástica seiscentista.

<sup>30</sup> Movimento cultural, econômico e político, que nasce na Itália e se alastra por toda Europa. Os pensadores desse movimento se inspiram na razão clássica para reformular o seu conhecimento sobre mundo. O Renascimento dá início a modernidade.

<sup>31</sup> É uma corrente filosófica que traz como argumento a noção de que a razão é a única forma que o ser humano tem de alcançar o verdadeiro conhecimento por completo

<sup>32</sup> É uma corrente filosófica que defende que toda a nossa estrutura cognitiva é formada com base na experiência prática.

<sup>33</sup> Foi um movimento abrangente e seus ideais, principalmente a confiança na razão humana, eram expressos também nas artes e na política.

<sup>34</sup> Foi um filósofo e matemático francês. Criador do pensamento cartesiano, sistema filosófico que deu origem à Filosofia Moderna.

John Locke<sup>35</sup> (1632-1704), Thomas Hobbes<sup>36</sup> (1588-1639), George Berkeley<sup>37</sup> (1685-1753) e David Hume<sup>38</sup> (1711-1776) desenvolveram suas semióticas segundo o modelo do Empirismo inglês. A contribuição desses pensadores se estende por vários campos do conhecimento: direito, sociologia, filosofia prática, filosofia da natureza.

Para Locke – talvez o mais celebrado dos empiristas – o entendimento é uma tábula rasa, sem qualquer inscrição, sob a qual são depositadas ideias oriundas da experiência. A partir disso, classificou os signos em duas classes: das ideias e das palavras. Sendo as ideias, percepções do sentido reagindo ao objeto, sensações posteriormente transformadas em reflexão. A ideia é, para ele, um signo do objeto, enquanto a palavra é um signo da ideia.

Giambattista Vico<sup>39</sup> (1668-1774), um filósofo do pré-iluminismo, crítico das ideias de Descartes, estudou em sua obra *Scienza Nuova*, de 1775, os mitos, as metáforas, a língua e a evolução dos signos da humanidade. No último caso, estabeleceu três níveis de desenvolvimento: o signo da era divina, da era heroica e da era dos homens.

Já no Iluminismo, Etienne de Condillac<sup>40</sup> (1715-1780) classificou o signo em três tipos: os causais ou acidentais, os naturais e os convencionais. Seus estudos abrangeram desde a relação do signo com a base genético humana até os processos cognitivos envolvidos, como a reflexão.

Nos séculos seguintes, Diderot<sup>41</sup> (1713-1784), Christian Wolff<sup>42</sup> (1679-1754), Heinrich Lambert<sup>43</sup> (1728-1777) e Hegel<sup>44</sup> (1770-1831) cuidaram de delimitar as fronteiras teóricas da semiótica.

---

<sup>35</sup> Foi um filósofo inglês conhecido como o "pai do liberalismo", sendo considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social.

<sup>36</sup> Foi um matemático, teórico político e filósofo inglês, autor de *Leviatã* e *Do cidadão*. Na obra *Leviatã*, explanou os seus pontos de vista sobre a natureza humana e sobre a necessidade de um governo e de uma sociedade forte.

<sup>37</sup> Foi um filósofo idealista irlandês cuja principal contribuição foi o avanço de uma teoria que ele chamou de "imaterialismo".

<sup>38</sup> Filósofo, historiador e ensaísta britânico nascido na Escócia, que se tornou célebre pelo seu empirismo radical e ceticismo filosófico.

<sup>39</sup> Filósofo político, retórico, historiador e jurista italiano, reconhecido como um dos grandes pensadores do período iluminista. Crítico da filosofia de Descartes, se diferencia dos pensadores iluministas por refletir sobre a religião e a política de forma conservadora tendo por base as teorias do passado e utilizando uma linguagem essencialmente teológica.

<sup>40</sup> Abade de Condillac foi um filósofo francês, e o maior expoente de uma teoria radicalmente empirista do funcionamento da mente a que se costuma referir desde então como sensualismo.

<sup>41</sup> Foi um filósofo e escritor francês. Notável durante o iluminismo, é conhecido por ter sido o cofundador, editor chefe e contribuidor da *Encyclopédie*, junto com Jean le Rond d'Alembert.

<sup>42</sup> Christian Wolff foi o mais importante filósofo alemão entre Leibniz e Kant. Popularizou o deísmo, Leibniz e Confúcio.

<sup>43</sup> Foi um matemático suíço radicado na Prússia. A obra de Lambert inclui a primeira demonstração de que  $\pi$  é um número irracional, o desenvolvimento da geometria da regra, o cálculo da trajetória de cometas. Também se interessou por cartografia e definiu a projeção de Lambert

<sup>44</sup> Georg Wilhelm Friedrich Hegel foi um filósofo germânico. Sua obra *Fenomenologia do Espírito* é tida como um marco na filosofia mundial e na filosofia alemã.

Em 1749, o filósofo francês Denis Diderot publicou seu primeiro livro sobre a ciência da significação, *Lettres sur les aveugles*. Dois anos depois, em 1751, dando continuidade aos estudos, lança *Lettre sur les sourds et muets*. Aprofundou, nessas obras, pesquisas acerca da relação entre os signos e a genética. Diferenciou, a partir disso, a comunicação verbal da comunicação não verbal.

Há quem diga que o eminente alemão, Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1830), um dos mais importantes pensadores na história da filosofia, tratou e trouxe alguma luz sobre quase toda matéria importante na teoria do conhecimento. Em Semiótica, descreveu a diferença entre signo e símbolo. Sendo que o signo, para ele, é a representação de algo, enquanto o símbolo é a manifestação desse mesmo objeto.

Outro trabalho bastante celebrado foi escrito no século XIX pelo linguista Wilhelm von Humboldt<sup>45</sup> (1767-1835). No livro *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts*, traduzido para o espanhol como *Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad* (1990), Humboldt define o signo a partir da relação entre substância e forma e entre sistema e uso da linguagem. Segundo ele,

Llamamos palabra al signo que corresponde a un concepto. La sílaba forma una unidad sonora; solo se convierte en palabra cuando obtiene una significatividad propia, lo que con frecuencia requiere la unión de varias sílabas. Por eso la palabra muestra una doble unidad, la del sonido y la del concepto. Es así como las palabras se convierten en los verdaderos elementos del habla, ya que las sílabas carentes de significación propia no pueden considerarse realmente como tales. Si imaginamos la lengua como un segundo mundo, objetivado por el individuo desde sí mismo a partir de las impresiones que recibe del mundo verdadero, las palabras serán los objetos individuales de ese mundo, y por ello les conviene La condición de individuos, que debe preservarse también en su forma (...) En la realidad no es el habla la que se compone de palabras que le preceden, sino que son, a la inversa, las palabras las que nacen del conjunto del discurso (...) La palabra es el límite hasta el cual la lengua ejerce espontáneamente su labor conformadora. La palabra simple es la flor perfecta brotada de ella. En la palabra el producto terminado pertenece a la lengua misma. En cambio a la frase y al discurso la lengua se limita a prescribir-les una forma reguladora. (1990, p. 98)

O desenvolvimento teórico das ciências da significação no século XIX, preparou o terreno para a especialização dessa área e, ao mesmo tempo, como é próprio da modernidade,

---

<sup>45</sup> Foi um linguista prussiano que fez importantes contribuições à filosofia da linguagem, à teoria e prática pedagógicas e influenciou o desenvolvimento da filologia comparativa.

para sua fragmentação. Nos Estados Unidos da América, o filósofo Charles Sanders Peirce<sup>46</sup> (1839-1914) desenvolveu uma Semiótica de tradição lógico-empirista. Na França, Ferdinand de Saussure<sup>47</sup> (1857-1913), fundador da linguística científica, herdeiro do racionalismo, seguiu sua investigação a partir das estruturas da linguagem. Na Rússia, por sua vez, os filólogos Potiebniá<sup>48</sup> (1835-1891) e Viesselovski<sup>49</sup> (1838-1906) desenvolveram uma perspectiva culturalista da Semiótica. São essas correntes – a lógica-empirista, a linguística e a culturalista – que influirão, em certa medida, nas mais diversas tendências de estudos contemporâneos sobre o signo.

Iniciado no século das revoluções industriais, a “sociedade da imagem” ganha seus contornos definitivos no século XX. Instaure-se, desde então, uma transformação em todos os níveis da existência humana. O sujeito e sua comunidade passam a ser bombardeados por imagens. Mais que isso, surge uma nova estratégia de controle, de disciplina, tanto dos corpos quanto das sociedades, operada a partir dos signos. O humano passa a ser atravessado por propagandas nazistas, por marcas de consumo, por falsas notícias, que os direcionaram, que os dominam, que limitam ou ampliam – de acordo com o interesse subjacente – a capacidade de percepção do mundo.

Diante dessa nova realidade, o filósofo Charles Sanders Peirce (1839-1914) é impulsionado a desenvolver, nos Estados Unidos, sua Teoria Geral dos signos. “A Semiótica peirceana é, antes de tudo uma teoria sígnica do conhecimento que, desenha, num diagrama lógico, a planta de uma nova fundação para se repensar as eternas e imemoriais interrogações acerca da realidade e da verdade.” (SANTAELLA, 1994, p. 119). Peirce parte, portanto, do princípio de que tudo é signo, inclusive o homem – em estado permanente de construção –, suas ações, suas ideias e os objetos.

O terceiro princípio, cujas conseqüências nos cumprem deduzir, é que, sempre que pensamos, temos presente na consciência algum sentimento, imagem, concepção ou outra representação que serve como signo. Mas segue-se de nossa própria existência (o que está provado pela ocorrência da ignorância e do erro) que tudo o que está presente a nós é um a manifestação fenomenal de nós mesmos. Isto não impede que haja um fenômeno de algo sem nós, tal

---

<sup>46</sup> Foi um filósofo, pedagogo, cientista, linguista e matemático americano. Seus trabalhos apresentam importantes contribuições à lógica, matemática, filosofia e, principalmente à semiótica. É também um dos fundadores do pragmatismo, junto com William James e John Dewey.

<sup>47</sup> Foi um linguista e filósofo suíço, cujas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da linguística enquanto ciência autônoma.

<sup>48</sup> Foi um russo e ucraniano que trabalhou como linguista, filósofo e panslavista, tendo sido professor de linguística na Universidade Imperial de Kharkov. Ele construiu uma teoria da linguagem e da consciência que mais tarde influenciou o pensamento do seu contemporâneo, o psicólogo Lev Vygotsky.

<sup>49</sup> Um dos precursores da semiótica das culturas, foi influenciado pela Escola de Tartu.

como um arco-íris é simultaneamente uma manifestação tanto do sol quanto da chuva. Portanto, quando pensamos, nós mesmos tal como somos naquele momento, surgimos como um signo. (PEIRCE, 2005, p. 269)

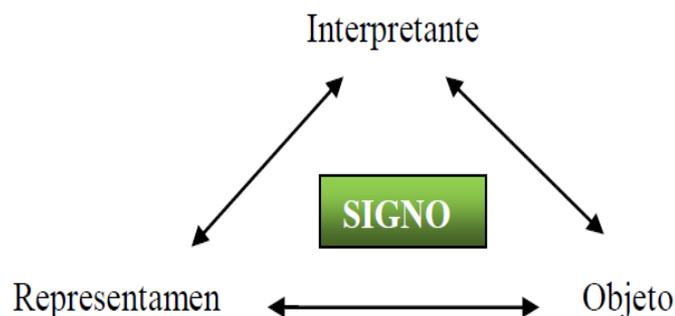
Sua vocação para os estudos da matemática, levou-o a buscar um princípio regulador de lógica, ou uma ferramenta de definição de conceitos. Segundo ele mesmo, nunca esteve em seus poderes:

[...] estudar qualquer coisa – matemática, ética, metafísica, gravitação, astronomia, psicologia, fonética, economia, a história da ciência, jogo das cartas, homens e mulheres, vinho, meteorologia — exceto como um estudo de semiótica.” (1977, p. 64)

Partindo de uma concepção pragmática, o filósofo da linguagem americano reflete sobre a relação do signo com o mundo social. Dentre tantas fundamentais contribuições, ele é o responsável pelas definições das categorias do signo, da semiose e da cosmovisão pansemiótica. Segundo ele,

Um signo é qualquer coisa que está relacionada a uma Segunda coisa, seu Objeto, com respeito a uma Qualidade, de tal forma a trazer uma Terceira coisa, seu Interpretante, para uma relação com o mesmo Objeto, e isso de maneira tal a trazer uma Quarta para uma relação com aquele Objeto da mesma forma, *ad infinitum*. Se a série é rompida, o Signo, nesse ponto perde seu caráter significante perfeito. (PEIRCE apud SANTAELLA, 1995, p. 29)

Seguindo o modelo platônico, Peirce concebeu o signo com uma forma triádica, composto por um referente (o *objeto*), o efeito do signo na mente do interprete (o *interpretante*) e o elemento perceptível ao receptor (o *representâmen*). Segue a ilustração:



Esse processo interpretativo, segundo ele, é dinâmico. A mente do receptor gera um *representante* por signo, esse funciona como *representamen* de um novo signo. “Faz parte da própria forma lógica de geração do signo que ela seja a forma de um processo ininterrupto, sem limites finitos.” (SANTAELLA, 1994, p. 31). Nas palavras do Peirce:

Um signo, ou *representamen*, é algo que, sob certo aspecto ou de algum modo, representa alguma coisa para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente ou talvez um signo melhor desenvolvido. Ao signo, assim criado, denomino interpretante do primeiro signo (PEIRCE, 1975, p. 94).

Segundo a professora Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista<sup>50</sup> (2003), a semiótica, depois de Peirce, deixa de ser o estudo do signo para se tornar um campo de investigação da semiose, “definida como o processo durante o qual o signo atua sobre o interpretante, isto é, o processo de interpretação do signo pelo interpretante e sem o qual aquele não existiria” (2003, p. 62).

Outra valiosa formulação – a compreensão da natureza inacabada do signo – permitiu a lógica peirceana classificar o signo em três categorias: quanto a sua natureza material própria (*quali-signo*, *sin-signo* e *legi-signo*); quanto a sua relação com o objeto (ícone, índice e símbolo); e quanto a sua relação com o interpretante (rema, discente e argumento).

O primeiro tipo agrupa os signos a partir das suas qualidades em si mesmos. É a Primeiridade do signo. “Em si mesmo, um signo ou tem a natureza de uma aparência e eu o chamo *quali-signo*, ou é um objeto ou acontecimento individual e eu o chamo *sin-signo*... ou como terceira hipótese, o signo tem a natureza de um tipo geral e eu o chamo *legi-signo*” (PEIRCE apud BACHA, 1997, p. 58).

Na Segundidade, coloca-se em relevo a relação do signo com o objeto, podendo ser de três tipos: ícone, índice e símbolo. O ícone é um *quali-signo* que tem com seu objeto uma qualidade de mera semelhança. Essa classe de signos “é um *Representâmen* cuja Qualidade Representativa é uma sua Primeiridade como Primeiro. Ou seja, a qualidade que ele tem *qua* coisa o torna apto a ser um *representâmen*. Assim, qualquer coisa é capaz de ser um Substituto para qualquer coisa com a qual se assemelhe” (PEIRCE, 2005, p. 64). Segundo o autor, a única maneira de comunicar uma ideia é por meio do ícone.

---

<sup>50</sup> Professora aposentada da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Semiótica e Linguística Geral pela USP.

O índice é um *sin-signo* que tem como característica uma certa independência do signo, mas sem perder a ligação existencial com ele. Peirce o descreve como sendo “um *Representâmen* cujo caráter Representativo consiste em ser um segundo individual” (2005, p. 66).

Já o símbolo é um *legi-signo*, “um *Representâmen* cujo caráter representativo consiste exatamente em ser uma regra que determinará seu Interpretante. Todas as palavras, frase, livros e outros signos convencionais são Símbolos” (PEIRCE, 2005, p. 71).

A Terceiridade, finalmente, conjuga os signos a partir da relação que estabelecem com o interpretante. Essa tricotomia ordena os signos em *Rema*, *Dicente* e *Argumento*. Vejamos a definição, segundo Peirce:

Um *Argumento* é um Signo que, para seu Interpretante, é Signo de lei. Podemos dizer que um *Rema* é um Signo que é entendido como representando seu objeto apenas em seus caracteres; que um *Dicissigno* é um signo que é entendido como representando seu objeto com respeito à existência real; e que um *Argumenta* é um Signo que é entendido coma representando seu Objeto em seu caráter de Signo. (2005, p. 53)

Na França, o filósofo suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) desenvolveu as bases do que viria a ser uma ciência autônoma cujo objeto de estudo é o signo: a linguística científica. Saussure avançou na investigação da língua, essa, por sua vez, entendida como um sistema composto por signos linguísticos concretos de natureza essencialmente psíquica,

A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo. Os signos linguísticos, embora sendo essencialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, são realidades que têm sua sede no cérebro. (SAUSSURE, 2006, p. 23)

A Teoria Geral saussuriana procurou descrever o sistema sígnico-linguístico a partir de dicotomias: língua e fala, sintagma e paradigma, sincronia e diacronia, significante e significado. Nesse último caso, o autor optou por um modelo diádica do signo.

Suas dicotomias, língua/fala, paradigma/sintagma e diacronia/sincronia deram ensejo a discussões esclarecedoras para a compreensão da língua. Através de *langue* e *parole*, foi possível considerar a diferenciação entre sistema e uso; paradigma e sintagma dera, ensejo a diferenciar a natureza de relações que os signos mantêm com outros ausentes ou presentes no enunciado, enquanto que a diacronia e a sincronia permitiam observar a existência de um método

dinâmico de abordagem, voltado para as transformações operadas no decorrer da história, e outro estático que descrê um momento na evolução da língua sem preocupação com a história. (BATISTA, 1999, p.16)

O *Curso de Linguística Geral* (2006) é uma compilação tardia – realizada postumamente – das anotações de alunos que assistiram os cursos ministrados pelo professor Ferdinand de Saussure, na Universidade de Genebra<sup>51</sup>. À propósito, a frase que encerra essa aclamada obra – a saber, “a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (2006, p. 271) –, atribuída ao eminente pensador, curiosamente nada mais é do que um acréscimo dos seus editores. A real contribuição do mestre de Genebra, ademais, ultrapassa a definição do seu modelo teórico, está no desenvolvimento suscitado pelo campo de pesquisa que criou, a partir desse objeto tão bem definido.

Saussure, como antecipamos, concebe o signo como um arranjo de dupla face: o significado, que corresponde ao conceito; e o significante, a imagem acústica. A interação entre esses dois polos, interdependentes e inseparáveis, implica o fenômeno da significação.

O linguista dinamarquês Louis Hjelmslev<sup>52</sup> (1899-1965), inspirado na linguística científica, aprofundou a compreensão saussuriana do signo. Para isso, atualizou a noção de significado, que, dentro do seu esboço teórico, passou a se chamar “conteúdo”, e significante, entendido como “expressão”. Subdivido-os, então, em substância e forma. A substância seria formada por partículas menores, denominadas “figuras”, que somadas, constituiriam as “formas”. Desse modo, existiriam substâncias de conteúdo e de expressão

No conteúdo, as substâncias são os semas (unidades mínimas de significado) e a expressão são os sememas (reunião de semas). A expressão constitui a cadeia sonora e apresenta como substância as figuras sonoras (sons) e como forma os fonemas, conjunto organizado de sons. (ALMEIDA, 2018, p. 17)

Os avanços, do século XX e XXI, nessa área do conhecimento, deve algum tributo a Hjelmslev. Ele é o responsável por definir, por exemplo, os limites entre Semiótica e Semiologia. Enquanto esta se ocupa do estudo do signo, aquela investigaria a significação, “entendida como a função semiótica e somente perceptível no interior de um sistema de signos, verbais, não verbais e compósitos ou sincréticos” (BATISTA, 1999, p.18).

<sup>51</sup> Saussure ministrou três cursos de Linguística Geral na Universidade de Genebra: o primeiro entre 16 de janeiro à 03 de julho de 1907; o segundo, da primeira semana de novembro de 1908 à 24 de julho de 1909; o terceiro, entre 28 de outubro de 1910 à 04 de julho de 1911.

<sup>52</sup> Foi um linguista dinamarquês cujas ideias formaram a base do Círculo Linguístico de Copenhague.

A separação entre a Semiótica e a semântica, outra confusão corrente, também foi resolvida pelos estudos do dinamarquês. Semiótica, reiteramos, tem como objeto a significação, a semântica, por sua vez, é um ramo da linguística preocupado com o estudo do conteúdo – o significado, no modelo saussuriano.

A significação, como deve ter ficado claro, é uma categoria central da teoria hjelmsleviana e deve ser compreendida como uma relação de dependência entre o conteúdo e a expressão. O processo de produção, acumulação e transformação da função semiótica, Hjelmslev chamou de semiose. Segundo a professora Doutora Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista (1999),

Além disso, ela é constituída e manifestada ao longo do discurso, só estando completa no percurso sintagmático do discurso inteiro. Só a totalidade do discurso (texto é que vai dar conta da função semiótica. Possui também uma função pragmática, uma vez que produz uma carga ideológica ao dar conta da relação signo-usuário, ou seja, o que o signo significa para o usuário, que ideologia ele sustenta. Todos os signos verbais ou não verbais, traduzem uma carga ideológica, sendo o sujeito enunciador que vai atualizá-los e que os escolhe em função do valor que os mesmos representam para si próprio. (1999, p. 26-27)

A Semiótica é, portanto, uma meta-teoria, uma ciência geral que dá origem a outras – a sociosemiótica, a psicosemiótica, a etnosemiótica – e que assiste, metodologicamente, pesquisas em diversas áreas do conhecimento – desde a medicina, passando pela antropologia, pelo marketing e pela filosofia. O diálogo da Semiótica das culturas com outros campos de investigação tem produzido relevante literatura acerca dos fenômenos sociais, dos distúrbios do poder e das transformações identitárias, como teremos a oportunidade de comprovar.

Mas antes disso, vamos contextualizar rapidamente a terceira corrente semiótica. Enquanto a semiótica peirciana é filosófica, ou seja, é pensada segundo uma tradição lógico-empirista; e a semiótica de linha francesa, desenvolvida por Greimás e Rastier, ocupa-se, principalmente, da esfera linguística; a semiótica russa é literária. Surge no século XIX nutrida de uma consciência dos estudos da significação e de uma percepção globalizadora da cultura. Segundo o intelectual, tradutor e ensaísta russo naturalizado brasileiro, Boris Solomonovitch Schnaiderman<sup>53</sup>,

A maior parte dos que escrevem no Ocidente sobre Semiótica soviética toma como ponto de referência o Formalismo Russo, do qual os atuais semioticistas

---

<sup>53</sup> Professor emérito da Universidade de São Paulo.

seriam os continuadores diretos. A noção que se tem mais comumente, e que durante muito tempo foi também a minha, é em linhas gerais a seguinte: os russos tiveram os seus precursores de uma visão estrutural das Ciências Humanas, como os grandes filósofos A. N. Viesselóvski (1838-1906) e A. A. Potiebniá (1835-1891), e que foram também os precursores do Formalismo Russo; depois, vem o Formalismo propriamente dito (1914-1930), cortado abruptamente por um ato de força do stalinismo; e a partir da década de 1960 desenvolve-se a escola dos seus continuadores, os atuais semioticistas soviéticos (1979, p. 9-10)

Estudiosa das teorias artístico-científicas, a professora Irene Machado tem se dedicado, durante décadas, à investigação e divulgação dos pensadores da Semiótica Russa. Nas palavras dela, essa escola, a Escola Tártu-Moscú<sup>54</sup>, esse grupo hermético, estava interessada – diferentemente das doutrinas coirmãs – no “intricado relacionamento entre natureza e cultura e em suas implicações no processo de semiose nas mais variadas esferas comunicacionais” (MACHADO, 2003, p. 24). Entendia, pois, a linguagem como um problema semiótico. Influenciados, muito provavelmente, pelas condições materiais da vida russa, esses teóricos soviéticos pretenderam, com suas obras, mais do que escapar do mundo que os rodeava, transformar essa realidade.

Com esse propósito, orientaram suas pesquisas a partir de um postulado: “o elo que une domínios diferentes da vida no planeta é a linguagem” (MACHADO, 2003, p. 24). Para usar uma categoria da própria Semiótica Russa, mais precisamente de Iúri Lótman (1922-1993)<sup>55</sup>, o humano transita, coabita uma esfera de sentidos, um espaço onde a existência é atravessada, permeada por signos, por todos os sistemas sígnicos, desde a linguagem até as culturas: a semiosfera.

Esse macro sistema suporta, conjuga, une, uma gama complexa de outros sistemas. Estes, por sua vez, ordenam-se, desordenam-se, intercambiam seus signos, implicam-se, remodelam-se e geram significação. Deriva dessa ideia, a definição de “sistemas modelizantes secundários”, outra expressão para o termo cultura:

Sob a denominação "sistemas modelizantes secundários" consideram-se aqueles sistemas semióticos com a ajuda dos quais são construídos modelos

---

<sup>54</sup> A Escola de Semiótica Tartu-Moscú (ESTM) é uma corrente filosófica dentro do campo da Semiótica, constituída por acadêmicos como Juri Lotman, Boris Uspenskii, Vyacheslav Ivanov, Vladimir Toporov, Alexander Piatigorsky, Isaak I. Revzin, Mikhail Gasparov, Juri Levin, and others. Este grupo de acadêmicos se reuniu, a partir da década de 1960, na Universidade de Tartu, Estônia, com o objetivo inicial de desenvolver um espaço de discussão e produção acadêmica voltada para a compreensão do papel da linguagem nos Estudos Culturais, sob um viés semiótico.

<sup>55</sup> O russo Yuri Mikhailovich Lotman foi um eminente acadêmico, semioticista e historiador cultural. Foi fundador da Escola Semiótica de Tartu-Moscú.

do mundo ou de seus fragmentos. Esses sistemas são secundários em relação à língua natural primária, sobre a qual elas são construídas, diretamente (sistema supra-linguístico da literatura) ou na qualidade de formas a ela paralelas (música e pintura). (MACHADO, 2003, p. 125)

Isto posto, a corrente russa da Semiótica das Culturas é o campo conceitual que se obrigou, como tarefa, à investigação da linguagem na cultura. A necessidade de compreender esse fenômeno, digo, os diversos fenômenos, provenientes de inúmeros sistemas, nessa esfera de sentido denominada semiosfera, deu origem a uma teoria geral aplicada dos signos e da significação. Para Irene Machado,

Se linguagem ocorre em escalas que estão além do processo de interação social, isto é, que abarcam o *bio*, o cosmos, o *semion*, não há como fechar a cultura no *socius*. Entender a interação entre natureza e cultura é, de fato, o grande problema para a abordagem semiótica da cultura de extração russa. (2003, p. 25)

Pois bem, a importância e a influência dos russos para os estudos da cultura não podem ser desconsideradas na investigação aqui empreendida. Iremos nos balizar, porém, preferencialmente, pela corrente de linha francesa – sem excluir, evidentemente, as realizações teóricas dos demais modelos – que tem, nos últimos anos, desenvolvido e publicado, principalmente, a partir de nomes como Algirdas Julien Greimas e François Rastier, trabalhos indispensáveis na área da Semiótica das Culturas.

## 2.2. SEMIÓTICA DO HOMEM E SEU FAZER NO MUNDO

“Sertão: é dentro da gente”<sup>56</sup>. Essa descrição – não de um território, mas do “ser” – enunciada por um jagunço, um sertanejo, é a manifestação literária da ideia de pertencimento, de identidade. Desse aforismo é possível abstrair, ainda, uma concepção de “cultura”, como sendo uma esfera de sentidos que envolve o sujeito lhe conferindo significação à existência. Nas palavras da professora Irene Machado:

A concepção semiótica que define a cultura como gerador de estruturalidade deriva de um atributo fundamental: sua capacidade de transformar toda informação circundante em conjuntos diversificados, porém organizados, de

---

<sup>56</sup> Aforismo presente na obra Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa.

sistemas de signos, aptos a constituir linguagens, tão distintas quanto às necessidades expressivas dos diferentes sistemas culturais. (2013, p. 141)

A cultura é, portanto, um emaranhado de signos – constructos sociais –, anterior ao homem, mas posterior à humanidade. Partindo dos ensinamentos do professor François Rastier, podemos redefinir, então, a identidade como sendo um sistema de signos localizados na zona identitária do mundo óbvio<sup>57</sup>. Esse sistema mantém uma relação de homeostasia e intercâmbio com outros sistemas de signos. A dinâmica descrita, por conseguinte, opera uma constante transformação cultural, no seio social, e identitária, no indivíduo. Esse processo, contudo, é atravessado por estratégias de “poder”, como nos ensina Zygmunt Bauman<sup>58</sup>:

[...] a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto, como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta. (BAUMAN, 2005, p. 21-22)

Em uma aparente contradição, esses signos ocultos estão em todas as partes, nem sempre realizados, mas pelo menos como potência. Os modelos metodológicos das ciências naturais, e mesmo quase todos das ciências humanas, não dão conta desse objeto. “Quando estudamos o homem, procuramos e encontramos signos por toda parte e nos empenhamos em interpretar seu significado” (BAKHTIN, 2003, p. 319). O professor e semioticista François Rastier enfrentou esse problema. Na obra *Ação e Sentido por uma Semiótica das Culturas* (2010), ele, então, defende que as “[...] ciências da cultura são as únicas a poderem dar conta do caráter semiótico do universo humano” (2010, p. 10).

Outra dificuldade analítica decorre da natureza desse objeto. Segundo o teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall<sup>59</sup>, “toda ação social é cultural, [...] todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (1997, p.16). Sendo, portanto, a cultura tudo aquilo que é produzido, material ou imaterial, pelo homem para satisfazer suas necessidades, qual a metodologia adequada para essa investigação?

<sup>57</sup> Rastier divide as zonas antrópicas em: mundo óbvio e mundo ausente.

<sup>58</sup> Um dos mais influentes sociólogos do século XXI, foi professor emérito de sociologia das universidades de Leeds e Varsóvia.

<sup>59</sup> Um dos fundadores da escola de pensamento conhecida como Estudos Culturais britânicos ou Escola de Birmingham dos Estudos Culturais.

As ciências da cultura, por não poderem adotar o modelo dos parâmetros não reprodutíveis, aplicam uma metodologia comparativa em seu objeto, a saber, os fatos humanos e sociais promovidos a categoria dos observáveis. Nas palavras de Rastier, a “[...] compreensão da alteridade interna comanda a da alteridade externa, razão pela qual uma cultura não pode ser caracterizada e encontrar seu sentido próprio, a não ser no *corpus* das outras culturas” (2015, p. 16). Dito de outra maneira,

Uma cultura não pode ser compreendida apenas do ponto de vista cosmopolita ou intelectual. Para cada uma, é o conjunto das outras culturas contemporâneas e passadas que desempenha o papel do *corpus*. Com efeito, uma cultura não é uma totalidade, porque se forma e desaparece nas trocas e nos conflitos com os outros. (RASTIER, 2010, p. 15)

Ademais, a cultura nunca é pura “porque é o produto de sua história” (RASTIER, 2010, p. 15). Estudá-la, pois, só é possível a partir de construções interpretativas.

Destarte, agora podemos definir a Semiótica das culturas como sendo uma ciência comparativa, histórica e interpretativa que mantém uma relação multidisciplinar com a Filosofia, a Sociologia e a Antropologia. Guarda com elas, ainda, a semelhança de possuírem, como finalidade, o propósito de realizar um levantamento das características do processo histórico da cultura, propondo, a partir disso, uma tipologia delas.

Essa rede de significações – sistema de valores ou ideologia – produzem discursos dentro de obras literárias que sob a lente das ferramentas da análise semiótica podem ser despidas, revelando desde o macro até as microestruturas de poder em funcionamento. A professora Irene Machado nos ensina que:

Considerando que o mecanismo elementar de produção da semiose é a transformação da informação percebida em informação codificada, geradora de significação, a semiótica da cultura redimensiona seu objeto. Não é exatamente a “cultura” o objeto de estudo da semiótica, mas sim os sistemas de signos formados pela dinâmica interna de relações estruturais. (MACHADO, 2003, p. 239)

Esse sistema de signos, portanto, está entremeado em macro textos tomados pela Semiótica das culturas como matéria de investigação. Isso confere ao teórico das humanidades – ou cientista da significação, conforme melhor queiram designar – a licença de analisar fatos sociais, como, por exemplo, a identidade, a partir da perspectiva semiótica. Sobre essa relação

entre cultura e texto, ou melhor dizendo, essa transformação da cultura em texto, há uma relevante passagem na obra de Irene Machado que merece ser citada:

Ao eleger o texto como objeto privilegiado da abordagem semiótica da cultura, os semioticistas aceitaram o desafio de investigar a linguagem em ação, ou, como diria Roman Jakobson, “a linguagem em toda sua complexidade” (Jakobson, 1971: 16-7) – e em sua semiose. Para o semioticista Iúri Lótman, este desafio se traduzia na necessidade de compreender a complexidade das linguagens da cultura construídas pelos diferentes sistemas de signos com códigos culturais especialmente formulados. (2015, p. 239)

Aproveitando-se dessa relação semiótica entre discursos e a produção de objetos – signos, em última instância –, relevantes à existência material (moradia e ferramentas para o cultivo, por exemplo) e transcendental (mitos e a invenção da religião) do “ser”, Stuart Hall constrói sua definição da categoria da identidade. Segundo ele,

[...] o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’”(HALL, 2000, p. 111-112).

No livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2011), Hall distingue três concepções de identidade: a identidade do sujeito liberal do Iluminismo; a identidade do sujeito sociológico; e a identidade do sujeito pós-moderno. Essa classificação é significativa porque nos revela a dinâmica da relação – uma relação de sujeição, de determinação em alguns casos – entre os signos culturais vigentes em dada sociedade e a identidade do “ser” histórico.

A identidade do sujeito liberal do iluminismo é fundamentada em uma *persona* sólida, unificada, com valores definidos, centrado, “dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (HALL, 2011, p. 11). Segundo Stuart Hall, “[...] pode-se ver que essa era uma concepção muito ‘individualista’ do sujeito e de sua identidade (na verdade, a identidade *dele*: já que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino)” (2011, p. 11).

O sujeito sociológico, por outro lado, existe na interação entre o “eu” e a sociedade, apesar de ainda possuir um núcleo identitário estável, o “eu real”. A concepção desse sujeito se opera no “diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2011, p. 11-12). É um sujeito complexo, atado às estruturas

modernas, mas que flerta com a ruptura ou, pelo menos, com a remarcação desses limites. Em outras palavras:

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL, 2011, p. 12)

Tanto François Rastier quanto Zygmunt Bauman formularam, a partir de perspectivas teóricas distintas, e inquietações legítimas, cálculos acerca da relação entre as zonas antrópicas<sup>60</sup> e as identidades, ou, em outras palavras, sobre a correspondência entre os domínios da proximidade e do ser social. “A Associação do ser vivo com o seu ambiente é a condição universal da evolução biológica. A ligação do global com o local é pensada, então, em termos de pertença ao mundo da vida” (RASTIER, 2010, p. 18). Utilizando, de modo ilustrativo, uma passagem da história política da Polônia, seu país natal, Bauman endossa o que nos ensinou, poucas linhas antes, Rastier,

Como seria previsível num Estado moderno, os funcionários do censo foram, não obstante, treinados a esperar que para cada ser humano houvesse uma nação a que ele ou ela pertencesse. Foram instruídos a coletar informações sobre a autoidentificação nacional de todos os indivíduos do Estado polonês (hoje se diria: “sua identidade étnica ou nacional”. Em cerca de um milhão de casos os funcionários falharam: os entrevistados simplesmente não entendiam o que era uma “nação” nem o que significava “ter uma nacionalidade”. Apesar das pressões – ameaças de multa combinadas com esforços verdadeiramente excepcionais no intuito de explicar o significado de “nacionalidade” –, eles se atinham teimosamente às únicas respostas que lhes faziam sentido: “somos daqui”, “somos deste lugar”, “pertencemos a este lugar”. Por fim, os administradores do censo tiveram de se render e acrescentaram “pessoas do lugar” à lista de nacionalidades. (2005, p. 23-24)

---

<sup>60</sup> A relação entre as regiões circunvizinhas e o homem é condição indispensável à vida e à evolução biológica. Já no nível semiótico, essa circunvizinhança apresenta, segundo Rastier, quatro rupturas: a ruptura pessoal; a ruptura local; a ruptura temporal e a ruptura modal. As homologias entre essas rupturas – gramaticais – são classificadas em três zonas: zona identitária, zona proximal, zona distal.

Na França, especialistas conduziram, poucos anos depois, uma pesquisa similar com conclusões parecidas: para muitos camponeses, o sentimento de pertencimento, sua pátria, seu país, estendia-se a não mais do que vinte quilômetros de diâmetro. Durante a maior parte da história humana, as relações sociais tem se concentrado nos domínios da proximidade. Só muito recentemente isso começou a mudar. As *big techs*, as redes sociais, as tecnologias de comunicação, têm efetivado, desde o final do século XX, uma verdade revolução no antigo modelo de convivência, na concepção que temos, ou melhor, que tínhamos, de comunidade – de relacionamentos, de intimidade, de familiaridade. Bauman realiza uma interessante reflexão sobre isso:

Lembre-se de que, no século XVIII, a viagem de, digamos, Paris a Marselha durava tanto tempo quanto na época do Império Romano. Para a maioria das pessoas, a “sociedade”, entendida como a maior totalidade da coabitação humana (se é que elas pensavam nesses termos), era igual à vizinhança adjacente. “Podia-se falar de uma sociedade de conhecimento mútuo”, sugere Robert. No interior dessa rede de familiaridade do berço ao túmulo, o lugar de cada pessoa era evidente demais para ser avaliado, que dirá negociado. (2005, p. 24)

Mas, reiteramos, é justamente isso que está mudando. A renovação e difusão das múltiplas formas de convivência experimentadas hoje, não poderiam sequer ser imaginadas cem anos antes. Todos os sólidos considerados duráveis se desfizeram. Despedaçado e oscilante, o homem é o efeito colateral desse processo, mas, mesmo isso, também não foi inesperado. A economia do poder, levou as últimas consequências seu projeto de colonização da esfera pública pela privada. O sujeito pós-moderno, último da classificação de Hall, é um fractal, um fragmento de várias identidades, muitas delas contraditórias. As raízes que o ancoravam – sua fé, sua crença – foram perdidas, esqueceram-se os antepassados; todos os lastros que o sustentavam se derreteram, inclusive os que estavam sobre seus pés – sua pátria, sua nacionalidade. A identidade se tornou um “acordo volátil”, facilmente celebrado e facilmente quebrado. Aliás, nada que se quebre – nem as coisas, nem as identidades – é restaurável, nada é reciclável, aportou-se na Era do substituível, do dispensável. Esse sujeito se move sob uma fina camada de areia movediça, nada permanece ou é seguro e estável. “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente (HALL, 2011, p. 13).

Em vista dessa catalogação de identidades no tempo – mas também no espaço, considerando que os signos identitários da Europa são diferentes do restante do mundo e que

mesmo na Europa, há variações nacionais, estaduais e territoriais –, podemos concluir que o homem é mais que o produto de sua época, é a medida dela.

Bauman pensa a pós-modernidade como um período de transição. A degeneração dos primeiros sagrados – “as lealdades tradicionais, os direitos costumeiros e as obrigações que atavam pés e mãos” (BAUMAN, 2001, p. 10) – não passaria, para ele, de uma reacomodação do mundo, uma reordenação sgnica. Sendo isso verdade, há um perigo adjacente: o ressurgimento do fundamentalismo e do totalitarismo. Rastier adverte, por exemplo, que:

A reivindicação da diversidade pode, às vezes, conduzir ao confronto nacionalista ou étnico desde que encubra as especificidades em uma identidade: É suficiente considerar que a etnia, a língua e a especificidade cultural e mesmo o território definam o conjunto da identidade para justificar um programa de purificação étnica. (2015, p. 18)

Em um período de transição – no qual as amarras estão soltas, os signos da verdade, a pós-verdade, são manuseados, ressignificados, por diferentes grupos e todas as bússolas foram desinstaladas ou desacreditadas –, desembocar em um Estado autoritário ou totalitário é um risco iminente. O lado escuro da força está sempre  espregida<sup>61</sup>. A invenção – o mito, se preferir – da raça pura, que deu um falso embasamento científico  empreitada nazista, por exemplo, surgiu dessa incorrigível necessidade do homem que “consome a vida inteira  procura de um pai” (BLIKSTEIN, 2020, p. 159).

Mas o que  o autoritarismo? Segundo o filósofo brasileiro José Chasin<sup>62</sup> (1937-1998), a noção de autoritarismo é sustentada, principalmente, por duas operações mentais:

A primeira secciona e autonomiza o círculo político do entrelaçado de todos os outros circuitos que amalgamam a existência societária concreta, em especial e radicalmente da malha fundante da produção e reprodução da vida. Não é um procedimento original ou inovador, nem por isso menos eficiente e supérfluo. Por seu efeito homogeneizador  momento imprescindível para tornar inespecíficas as formas de dominação política, (...). Que isso impeça a efetiva apropriação intelectual de cada caso concreto não é nenhuma dificuldade para esse tipo de postura teórica, uma vez que não pretende que as abstrações configuradas correspondam a alguma realidade enquanto tal, mas apenas que sejam instrumentos subjetivos de aproximação cognitiva, sendo que nisto mesmo se esgota para ela todo o conhecimento possível.

---

<sup>61</sup> Referência aos filmes de ficção científica e ao universo de guardies de uma república e portadores de uma força mística: os Jedis. Em *Guerras nas Estrelas*, a Republica sucumbe ao Império e ao totalitarismo.

<sup>62</sup> Importante intelectual brasileiro, na década de 60 se vinculou ao grupo de intelectuais liderado por Caio Prado Júnior, que se articulou a partir da *Revista Brasiliense*. Na luta contra a política de privatização da educação nacional, assumiu a vice-presidência da Campanha pela Defesa da Escola Pública, ao lado de Florestan Fernandes, então presidente. Foi professor da UFPB.

A segunda operação realiza um enquadramento classificatório, partindo do paradigma da democracia. Por definição negativa, no polo simétrico à democracia aparece o totalitarismo como expressão pronta e acabada de sua negação absoluta, e o autoritarismo como uma figura intermediária, desprovida enquanto tal de partes e procedimentos básicos do perfil democrático, sem que atinja o cancelamento integral das liberdades que é o formato totalitário. (2000, p 254).

Para nossa pesquisa, essa definição é insuficiente, incompleta. Entendemos, a partir da obra do teórico francês Michel Foucault, que esse fenômeno opera, também, na microfísica das relações, nas capilaridades do tecido social, atravessando, controlando e sujeitando os corpos – através do poder disciplinar – e as comunidades – através da biopolítica. Portanto, o autoritarismo, assim como o poder, não é uma substância que possa ser portada ou mesmo perdida – não é um privilégio de reis ou um elixir posicionado no vértice mais alto da pirâmide social, tomado por ditadores ou por eleições democráticas –, mas uma prática – estratégia de dominação –, logo, unidade integrante da cultura e identidade.

Fraçois Rastier, em entrevista publicada em 19 de julho de 2018, ao falar sobre o antissemitismo à espreita, alertou: a ameaça está presente. Parafraseando o semioticista, diríamos diferente: a ameaça sempre esteve entre nós, envergonhada, calada, oculta; nos últimos anos, contudo, esse vício inominável, essa pobreza do espírito, o ódio, os princípios facistas, converteram-se, no imaginário coletivo, doente, enganado, em uma falsa virtude. Os signos, seus significados têm sofrido com reduções ou com ampliações indevidas, mas que servem ao propósito do poder, do autoritarismo. Aprender a dinâmica que tornou isso possível, que torna isso possível, para combatê-lo, para impedi-lo, depende do aprofundamento do conhecimento acerca desse fenômeno, quer dizer, desse exercício do poder: não podemos perder de vista que o signo, em certo sentido, também é um mecanismo de controle.

A teoria semiótica neo-saussuriana e neo-cassiresiana<sup>63</sup>, desenvolvida por Rastier, abandonou as abadias erigidas pelos herdeiros do platonismo, afastou-se dos antigos templos da ontologia e da teologia, repudiou o mito da essência, da verdade, da alma, da Razão das luzes, dos signos estáticos que habitam o mundo das ideias; concebeu, no seu lugar,

[...] um programa de uma antropologia semiótica, desligado de qualquer postulado teológico, fundamentado não sobre os postulados de uma faculdade universal da Razão, nem, como outrora, da alva, mas sobre a diversidade das línguas e a multiplicidade dos sistemas de sinais. (RASTIER, 2010, p. 16)

---

<sup>63</sup> Ernst Cassirer foi um filósofo alemão de origem judaica que pertenceu à Escola de Marburgo, liderada por Hermann Cohen, sendo seu mais destacado representante.

Para tanto, o itinerário seguiu no sentido contrário ao que foi tomado décadas antes pelos cientistas sociais. “Uma vez que se passou de uma antropologia filosófica à linguística comparada (cf. Friedrich Schelegel), podemos hoje fazer o caminho oposto, mas para ir adiante, em direção a uma antropologia histórica comparada” (Rastier, 2010, p. 16). A cultura e seus objetos, sob essa nova perspectiva, são reconhecidos como fenômenos sociais passíveis de serem apreendidos, estudados, analisados, dissecados, pelos métodos das ciências sociais. Nas palavras de Rastier,

A cultura pode tornar-se, então, um domínio de objetividade federativa, das ciências humanas. A antropologia semiótica, da qual a antropologia linguística é uma parte, deixa, então, o domínio da filosofia para o das ciências sociais. O seu objetivo é perseguir o movimento da linguística histórica e comparada, para atende-lo a outros sistemas de sinais, como a musicologia comparada, por exemplo. (2010, p. 18)

Se é verdade, como nos ensina a professora Irene Machado, que “a cultura não apenas é um centro produtor de textos como, ela própria, se manifesta como texto para o observador” (2015, p. 239), não há dúvidas sobre a urgente tarefa, da Semiótica das culturas: 1. de decifrar esse intrigante e perigoso objeto de pesquisa antes que ele nos devore<sup>64</sup>; 2. de desvelar os signos ocultos do poder, as marcas, as cicatrizes, os vestígios deixados, pelos dispositivos de controle em funcionamento na América Latina. Esse inadiável empreendimento poderá nos levar, quiçá, finalmente, a solução desse projeto fraturado de povo.

O indivíduo latino-americano sente na pele, desde sua concepção, as marcas desse autoritarismo. Em certa medida, acreditamos que essa esfera da violência, de genocídios, de ditadores luciferinos, essa realidade descomunal, submete o sistema sógnico – a cultura e a identidade –, conformando a significação do mundo interno e externo. Isso se revela mais abruptamente nos discursos políticos, nas relações sociais e na literatura, que reproduzem – recuperando aqui o conceito de *mimesis*, segundo Aristóteles – em seus textos, o autoritarismo apreendido na microfísica do poder.

Finalmente, por uma questão de método e porque a definição serve aos propósitos de nossa pesquisa, podemos conceituar a noção de “povo latino-americano” a partir da construção teórica que apresentamos até aqui.

---

<sup>64</sup> “Decifra-me ou te devoro”. Esse era o desafio da Esfinge de Tebas. Ela eliminava aqueles que se mostrassem incapazes de responder o enigma.

A identidade, como antecipamos, é, em grande medida, determinada pelo seu conteúdo simbólico. Por uma dedução lógica, portanto, podemos concluir que a identidade latino-americana é formada por um sistema de signos acumulados historicamente e que mantém uma relação de resistência e comutação, influenciando e sendo influenciada por outros sistemas. “Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou cultura, em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida” (CALHOUN apud CASTELLS, 2000, p. 22)

Dois fatores parecem ter afetado, de forma mais significativa, o processo de formação da identidade latino-americana: o recorte histórico-espacial; e a condição de colonizados. No primeiro caso, estão reunidos os fatores materiais e imateriais que fazem uma comunidade se reconhecer como povo: o território e a história compartilhados; mitos, ritos, crenças e uma memória coletiva. Nas palavras do sociólogo espanhol Manuel Castells,

A construção de identidades vale-se de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. (CASTELLS, 2000, p. 23)

O segundo fator poderia ser associado ao primeiro, mas em razão da relevância, o processo de colonização dos povos latinos merece ser destacado, para que possamos examinar com mais cuidado sua influência na construção da cultura e da identidade.

A América Latina é composta por diversas comunidades – um conglomerado de gente sem parentesco –, dispostas em uma superfície de aproximadamente vinte e um mil quilômetros, dividido em doze países da América do sul, sete da América Central e catorze do Caribe, de diferentes línguas e dialetos – inglês, francês, português, espanhol, quíchua, guarani, aimará, guajiro, entre muitos outros. Isso indica que o recorte histórico-espacial deve ser insuficiente para explicar a ideia de uma identidade latino-americana. Como sustentar a conjectura de uma identidade comum entre grupos que provavelmente nunca se encontraram ou se encontrarão e que talvez nem saibam da existência um do outro?

O que é comum na América Latina, o que é comum a todos os povos que formam a comunidade latino-americana, é, independentemente de se reconhecerem nos campos de lavoura ou batalha, o processo de colonização, de dominação, de sujeição e de resistência; em outras palavras, o conhecimento prático dos dispositivos de controle usados contra seus corpos, contra suas comunidades, desde a “descoberta” até hoje. O que é comum, enfim, a esses descendentes do caos, a esses sobreviventes da lógica malthusiana, são as lápides que se

multiplicam desde a dizimação à ferro dos povos originários até o extermínio torturante dos insurgentes, dos subversivos das ditaduras do século XX.

Ao observar que diferentes forças atravessam o processo de formação das identidades, o professor Manuel Castells formulou uma interessante tipificação. Segundo ele, existem três classes de identidades: a identidade legitimadora; identidade de projeto; e a identidade de resistência. A identidade legitimadora é construída, como um empreendimento de poder, por instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar seu controle dos corpos e das populações.

A identidade de projeto é uma engenharia de atores sociais. Utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de transformar, internamente, e reposicionar, em relação à grupos externos, a sociedade.

A identidade de resistência, a que nos interessa, por fim, é o resultado de um processo dialético: povos originários resistentes aos colonizadores sintetizaram uma identidade comum. Essas populações – desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação – reconhecem a unidade dos seus espíritos, portanto, na herança da dor compartilhada; nas marcas da colonização, da escravidão; nas cicatrizes abertas; no terror, no sofrimento imposto por ditadores, por torturadores; no sangue derramado por seus ancestrais em batalhas contra os inimigos do “além mar”.

Um caso interessante – um modelo que se repete, com algumas variações, nas demais sociedades colonizadas da América Latina – desse tipo de identidade é o brasileiro. Leiamos o que nos ensina o sociólogo Jessé de Souza<sup>65</sup>:

A influência cultural não se transmite, afinal, pelas nuvens nem pelo simples contato corporal. Os seres humanos são construídos por influência das instituições. É fácil perceber isso com simples exemplos cotidianos. Pensamos na família, na escola ou no mercado de trabalho. Disposições fundamentais para o comportamento, como a disciplina, o autocontrole, o pensamento prospectivo, são ensinadas por meio de prêmios e castigos institucionais não necessariamente físicos, muito menos conscientes.

[...] No Brasil, desde o ano zero, a instituição que engloba todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito tópico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão. Mas nossa autointerpretação dominante nos vê como continuidade perfeita de uma sociedade que jamais conheceu a escravidão, a não ser de modo muito datado e localizado. Como tamanho efeito de autodesconhecimento foi possível? Não é que os criadores e discípulos do culturalismo racista nunca tenham falado de escravidão. Ao

---

<sup>65</sup> É um sociólogo, advogado, professor universitário, escritor e pesquisador brasileiro que atua nas áreas de Teoria Social, pensamento social brasileiro e de estudos teórico-empíricos sobre a desigualdade e as classes sociais no Brasil contemporâneo.

contrário, todos falam. No entanto, dizer o nome não significa compreender o conceito. (2019, p. 41-42)

Acreditamos que os latino-americanos se reconhecem como povo por possuírem em comum – além de signos ocasionalmente ligados à territorialidade, à história, aos mitos, às crenças e à língua – um sentimento de pertencimento forjado na resistência. A identidade latino-americana é, portanto, o resultado de um processo permanente de ressignificação da vida e da morte. Em outras palavras, um efeito prático e simbólico, uma reação aos dispositivos – do poder – de sujeição ao qual esse povo, delimitado no espaço (América Central e América do Sul), está, e esteve sempre, submetido.

### 2.3. MODALIZAÇÃO: estruturas de poder

Como dissemos nos capítulos anteriores, as estruturas do poder, os dispositivos de sujeição e dominação, assim como a cultura e a identidade, são signos que orbitam a semiosfera – mais precisamente a sociosfera<sup>66</sup> – do humano. Sendo assim, podem ser, e são, transcodificados em textos, matéria de investigação da Semiótica das culturas. Dito de outra maneira, as estratégias do poder, a rede e os mecanismos de controle, concretizam-se, materializam-se, em discursos políticos, religiosos, literários, que devem ser estudados por cientistas da significação. A professora e semioticista Maria de Fatima Barbosa de Mesquita Batista (1999) nos ensina que:

“Uma análise de uma macrossemiótica permite entender que os recortes culturais produzidos na estrutura fundamental sustentam a visão de mundo e os sistemas de valores (ideologia) da cultura que os produziu, aparecendo subjacentes nos discursos.” (1999, p. 59)

Antes de continuarmos, e para que fique mais claro as próximas considerações, é necessário discorrermos resumidamente sobre o percurso gerativo do sentido. A semiótica é uma teoria gerativa, ou seja, o texto é compreendido como uma estrutura em níveis, o chamado percurso gerativo do sentido. Assim, a partir da análise semiótica, o texto pode ser revelado, exposto desde suas invariantes até suas variantes, das estruturas mais simples e abstratas às mais complexas (FIORIN, 2012). Esse modelo gerativo dedica-se a explicar a criação de

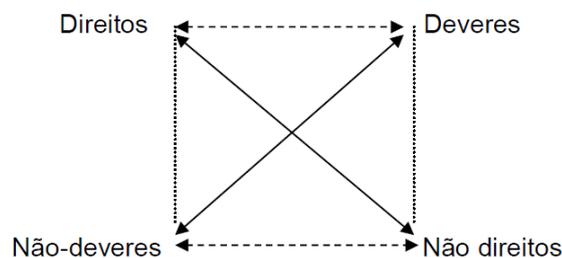
---

<sup>66</sup> Conjunto das instituições, ideias e práticas culturais que enquadram a vida social de uma comunidade.

discursos de qualquer sistema de significação, de qualquer sistema semiótico. Segundo a professora Rossana Tavares de Almeida<sup>67</sup> (2018):

A significação como percurso é constituída de três momentos, quais sejam: estrutura fundamental, estrutura narrativa e estrutura discursiva. As três estruturas ou níveis apresentam uma sintaxe e uma semântica. No nível fundamental, a sintaxe aparece nas situações de conflitos, ou seja, na tensão dialética, apresentando as relações de contrariedade, contraditoriedade e implicação. Na semântica desse nível, há a categorização tímica que assume valores semânticos positivos (eufóricos) e negativos (disfóricos). No nível narrativo, a sintaxe mostra as relações actanciais e os predicados, que se referem à instauração do agir modalizador da relação entre os actantes (sujeito e objeto de valor), configura-se a semântica do nível narrativo. Na sintaxe do nível discursivo, são apontadas as relações intersubjetivas e intrasubjetivas da enunciação e do enunciado dos actantes (enunciador e enunciatário), por meio da pessoa, tempo e espaço, observando o ator e o papel temático. Na semântica da estrutura discursiva, observam-se os percursos temáticos e figurativos de um texto. (2018, p. 19)

Um exemplo pertinente, para nossa pesquisa, dessa competência semiótica são os quadros e octógonos semióticos, este último desenvolvido pelo semioticista J. Courtés<sup>68</sup> e explorado em análises do professor Cidmar Teodoro Pais<sup>69</sup>. Tanto os quadros quanto os octógonos são representações lógicas formais da estrutura fundamental do texto e têm por finalidade compreender, visualizar, as relações dentro de uma narrativa, ou seja, possuem um caráter metódico. Vejamos um exemplo, dado por Pais (2009) de quadro semiótico:



Esse quadro problematiza o contexto da democracia, mais especificamente a relação dialética entre direitos e deveres, ao qual está submetido o cidadão. No quadrado semiótico acima, a primeira relação é definida pelos termos contrários entre direitos e deveres,

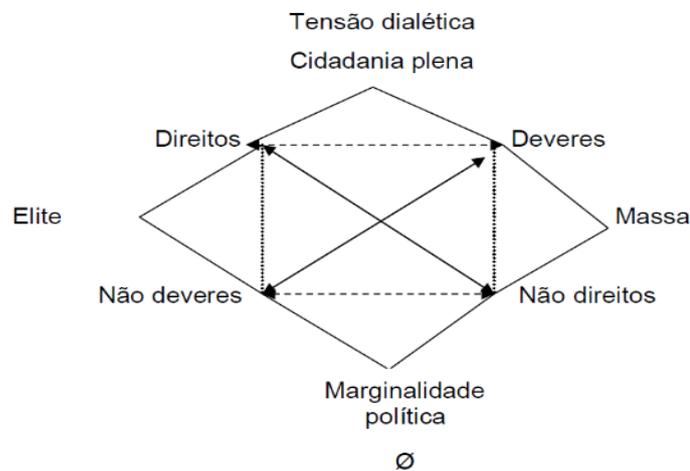
<sup>67</sup> Doutora em Semiótica pela Universidade Federal da Paraíba.

<sup>68</sup> Eminent semioticista, autor do *Dicionário de Semiótica*.

<sup>69</sup> Cidmar Teodoro Pais foi um linguista e semioticista brasileiro. Era professor livre-docente da Universidade de São Paulo, sendo doutor pela Universidade de Montpellier e Doutor de Estado pela Universidade Paris-Sorbonne.

estabelecendo uma relação de oposição. A relação de contraditórios ocorre nas seguintes relações: direito e não direitos; deveres e não deveres. A ocorrência de direitos implica em não deveres, respectivamente, deveres implica em não direitos.

Agora, vamos a um exemplo de octógono semiótico, de Cidmar Pais. No caso a seguir, o autor expande a investigação através desse mecanismo e evidencia as tensões dialéticas em jogo em dado grupo. O convívio humano é tomado como um macro texto e a partir de uma análise sociossemiótica são expostas as dinâmicas sociais, seus conflitos e seus pontos de ruptura. Vejamos:



Uma das conclusões que podemos tirar desse octógono, é que a cidadania plena só se realiza no equilíbrio da tensão dialética entre direitos e deveres. Na ausência de direito ou de deveres o Estado democrático se esvai, raptado pela elite (as ditaduras, os Estados totalitários), ou pelas massas (a ausência da “ordem”). Nos dois cenários, a convivência humana, o humano, é impossível.

O nível seguinte da estrutura, na análise semiótica, é o da narrativização. Há uma diferença entre narratividade e narração. Enquanto a primeira se refere à composição presente em todos os gêneros textuais, a segunda é uma classe de textos. A narratividade é, segundo o professor José Luiz Fiorin<sup>70</sup>, “uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes. Isso significa que ocorre uma narrativa mínima quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final” (2013, p. 28).

O foco da investigação nesse nível é a relação entre o sujeito e o objeto de valor. Isso nos interessa porque desnudar as engrenagens em uso, no enunciado também nos ajuda a

<sup>70</sup> José Luiz Fiorin é um linguista, pesquisador e professor universitário brasileiro. Conhecido por suas pesquisas em pragmática, semiótica e análise do discurso.

compreender as estratégias do poder. Afinal, localizam-se, ao que tudo indica, nessas (inter)ações, ou melhor, nessas microrreações, entre o sujeito e o objeto de valor, as técnicas e os arranjos de controle, naturalizados e que naturalizam a condição de domínio.

A estrutura narrativa é dividida em duas partes: uma sintaxe narrativa (actância) e uma semântica narrativa (modalização). Enquanto a sintaxe narrativa estuda os actantes – aqueles que realizam ou sofrem a ação e que podem ser de seis tipos: sujeito, destinador, destinatário, adjuvante<sup>71</sup>, oponente<sup>72</sup> e antissujeito<sup>73</sup> – a semântica narrativa “[..] determina a modalidade assumida pelo sujeito no seu percurso em busca do valor” (BATISTA, 2009a, p. 3).

A sintaxe narrativa compreende dois tipos de enunciados elementares: o enunciado de estado e o enunciado de fazer. Isto é, o actante – um termo que pode designar seres humanos, animais e conceitos – relaciona-se com seu objeto de valor por meio de duas categorias de predicados: o do ser e o do fazer. Os enunciados de estado podem ser de duas classes: ou o sujeito possui as competências para conquistar seu objeto, ou não os têm; sendo competente pode vir a deixar de ser, e não sendo, pode conquistar as competências necessárias. Os enunciados de fazer, por sua vez, realizam as transformações, quer dizer, o sujeito para obter seu objeto de valor opera uma passagem de enunciado de estado a outro. Segundo a professora Diana Luz Pessoa de Barros<sup>74</sup>, portanto, é o “enunciado de fazer que rege um enunciado de estado” (2005, p. 24).

No enunciado de estado, a relação entre o sujeito com o seu objeto de valor pode ser classificada, ainda, como narrativas mínimas de privação ou de liquidação. Na privação, o sujeito possui, inicialmente, seu objeto de valor, está em conjunção com ele, mas não conserva esse estado, perde seu objeto, passa, então, a um estado final disjuntivo. Ao contrário, realiza-se a narrativa mínima de liquidação quando o sujeito transita de um estado inicial disjuntivo para um conjuntivo. Sobre isso, leiamos a esclarecedora passagem escrita pelo semiótico Joseph Courtés:

Tomemos então a relação sujeito/objeto que corresponde à relação activo vs passivo (sujeito=ser querente, objecto=ser querido): ela definirá o que A. J. Greimas chama um enunciado de estado. Trata-se, com efeito, da posição de um elemento em relação ao outro, posição que, na nossa terminologia

<sup>71</sup> Designa o auxiliar positivo do sujeito, ou seja, o adjuvante ajuda o sujeito semiótico na obtenção do objeto de valor.

<sup>72</sup> “[...] consistem em criar obstáculos, opondo-se quer à realização do desejo, quer à comunicação do objeto” (COURTÉS, 1979, p. 86).

<sup>73</sup> É o actante que apresenta o mesmo valor, ou um valor contrário ao do sujeito.

<sup>74</sup> É uma semiótica e professora universitária brasileira conhecida principalmente por seus trabalhos acerca da semiótica narrativa e discursiva

presente, corresponderá à junção. Em outros termos, a relação sujeito/objecto é uma relação conjunta que permite considerar este sujeito e este objecto como semioticamente existentes um para o outro [...].

A junção (ou relação conjunta) pode, como categoria sémica, articular-se em dois termos contraditórios: conjunção e disjunção (COURTÉS, 1979, p. 82 Grifos do autor).

José Luiz Fiorin (2018) leciona que os textos são narrativas complexas estruturadas segundo uma sequência canônica de quatro fases: a manipulação, a competência, a *performance* e a sanção. Essa ordem lógica pode ser pervertida na obra, como no caso da peça *A vida é sonho* (2009), do dramaturgo espanhol Calderón de La Barca<sup>75</sup> (1600-1681), no qual Segismundo, filho renegado de Basílio, rei da Polônia, é trancado, ao nascer, em uma torre. Um presságio, uma visão de sua mãe, morta durante o parto, revelara a natureza nefasta do príncipe. Seu pai temendo pelo futuro dos seus súditos, manda aprisioná-lo, afastá-lo de toda convivência humana, do seu reino. Nesse caso, há uma inversão das fases narrativas, a sanção sofrida por Segismundo é anterior a sua *performance*.

Na fase de manipulação, o sujeito age sobre outro, operando estratégias discursivas, redes de dispositivos de poder e todas as formas de controle, levando-o a “querer” ou “dever fazer” alguma coisa. Os semioticistas Greimás e Courtés elaboram, no Dicionário de Semiótica, uma esclarecedora definição do termo manipulação:

[...] a manipulação caracteriza-se como uma ação do homem sobre outros homens visando fazê-los executar um programa dado: no primeiro caso, trata-se de um “fazer-ser”, no segundo, de um “fazer-fazer”; essas duas formas de atividade, das quais uma se inscreve, em grande parte, na dimensão pragmática e a outra, na dimensão cognitiva [...] (GREIMAS; COURTÉS, 2012, p. 300-301).

Fiorin (2018) indica os quatro tipos mais comuns – mas não os únicos – de manipulação como sendo: a tentação, a intimidação, a sedução e a provocação. A tentação é exercida quando o manipulador oferece um objeto de valor positivo, um suborno, em troca da ação ou omissão do manipulado. A intimidação acontece por meio de ameaças. Enquanto a sedução é um aliciamento, o manipulador direciona o fazer, elogiando as competências do manipulado. Na provocação, finalmente, o manipulador induz a realização da ação, desafiando as competências do manipulado, insuflando-o a fazer.

---

<sup>75</sup> É considerado um dos maiores dramaturgos da Espanha.

Na fase da competência, o sujeito adquire as habilidades, as capacidades para realizar a mudança central da narrativa. Na *performance*, o sujeito, já possuidor das competências necessárias, executa essa transformação, entrando em conjunção ou disjunção com o seu objeto de valor.

Na fase da sanção, há o reconhecimento da transformação operada pelo sujeito. Certifica-se, finalmente, que a *performance* foi realizada, heróis são, eventualmente, celebrados, laureados, reverenciados e vilões castigados. É nesse momento, também, que os segredos e as mentiras são desvelados. “É, nesse ponto da narrativa, por exemplo, que os falsos heróis são desmascarados e os verdadeiros são reconhecidos” (FIORIN, 2018, p. 31).

A semântica narrativa “determina a modalidade assumida pelo sujeito no seu percurso em busca do valor” (BATISTA, 2009a, p. 03). Esse nível, portanto, ocupa-se dos valores inscritos nos objetos, que podem ser, segundo Fiorin (2018), de dois tipos: objetos modais e objetos de valor. Os objetos modais – “aqueles elementos cuja aquisição é necessária para realizar a *performance* principal” (FIORIN, 2018, p. 37) – podem ser de quatro tipos: o querer, o dever, o poder e o saber. Já os objetos de valor são aqueles “com que se entra em conjunção ou disjunção na *performance* principal” (FIORIN, 2018, p. 37).

O emérito professor José Luiz Fiorin (2018) previne que não há de se confundir objeto de valor do nível narrativo, com “o objeto concreto manifesto no nível mais superficial do percurso gerativo” (2018, p. 37). Segundo o semiótico,

O valor do nível narrativo é o significado que tem um objeto concreto para o sujeito que entra em conjunção com ele. Assim, por exemplo, quando num conto maravilhoso, uma fada dá ao príncipe uma espada mágica, para que ele mate o dragão que captura a princesa, a espada é a concretização, num nível mais superficial, de um objeto modal, /poder vencer/ (este sim elemento do nível narrativo). (2018, p. 37)

O último nível do percurso gerativo de sentido é o discursivo ou discursivização. Enquanto o nível narrativo é composto por conteúdos invariantes, o nível discursivo produz as variantes, revestindo, dando concretude às formas abstratas. Portanto, o mais próximo da manifestação textual.

É na discursivização que a estrutura narrativa se transforma em discurso. Esse, por sua vez, é empregado pelo enunciador para convencer, persuadir, um outro. O enunciador, o sujeito do nível discursivo, tenta transmitir seus valores, sua visão de mundo, induzindo o enunciatário a aceita-las. Para isso, direciona o percurso do texto. Projeta, segundo as estratégias que adota, as escolhas de pessoas, de tempo, de espaço e de figuras, cada uma servindo ao seu propósito

inicial: reger, controlar, sujeitar o ser interpretante. Segundo a professora Diana Luz Pessoa de Barros:

O enunciador define-se como o destinador-manipulador responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário a crer e a fazer. A manipulação do enunciador exerce-se como um fazer persuasivo, enquanto ao enunciatário a crer e a fazer. Tanto a persuasão do enunciador quanto a interpretação do enunciatário se realizam no e pelo discurso (2009, p. 62).

O que tentamos deixar claro, o que esperamos que tenha ficado claro, algo que nos parece auto evidente e que deve se confirmar no decorrer da pesquisa, é a ligação entre as estratégias do poder – entre as redes de controle de corpos e populações – e os signos. Enunciado, discurso, signos, portanto, entendidos aqui como um vetor, um dispositivo, melhor, o principal dispositivo de sujeição, de controle, já inventado. Afinal, a linguagem, tornada instrumento do poder, possibilitou, quer dizer, possibilita, a colonização, a servidão voluntária, a dominação física e o governo dos espíritos.

A conformidade de lógicas autoritárias nas consciências humanas, um processo sêmico que tem atravessado a América Latina, produziu um cemitério incalculável de vítimas. É essa identidade, é essa cultura, resultantes de signos funestos, de infaustas memórias, que iremos estudar nos próximos capítulos. Antes de mais nada, contudo, precisamos descrever e refletir acerca das investigações do filósofo e teórico do conhecimento Michel Foucault. Seu trabalho irá robustecer a análise do nosso *corpus*, oferecendo subsídios teóricos para entendermos melhor a relação entre os signos e a microfísica do poder; entre os enunciados e a disciplina que dociliza os corpos; entre os discursos e os diferentes mecanismos de controle aplicados em populações, em diferentes populações, desde a descoberta da América Latina até hoje. Mais que isso, compreender, em *Cem anos de solidão*, a partir de *Cem anos de solidão*, como essa rede de dispositivos influenciou, moldou, modelou a identidade e a cultura latino-americanas e, em que medida, isso nos legou o autoritarismo e nos condenou “desde e sempre e para sempre” (MÁRQUEZ, 2010, p. 447).

### 3. CIEN AÑOS DE SOLEDAD: história e ficção da América-latina

#### 3.1. ENSAIOS DE PODER E MORTE NA CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA

“Nunca seremos felizes, nunca”. A frase atribuída a Simón Bolívar<sup>76</sup>, o lendário libertador venezuelano, mais que uma profecia, é um reconhecimento da condição de “explorados” do povo latino-americano. “Para os que concebem a história como uma contenda”, afirma o jornalista Eduardo Galeano<sup>77</sup>, “o atraso e a miséria da América Latina não são outra coisa senão o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam” (2013, p. 18).

A América Latina tem sido, durante séculos, um laboratório permanente dos mandos e desmandos do “poder” alheio. Mas nem sempre foi assim. Em 12 de outubro 1492, quando os primeiros espanhóis, sob a liderança do navegador genovês Cristóvão Colombo<sup>78</sup>, aportaram em Guanahani<sup>79</sup> – uma pequena ilha do arquipélago das Bahamas, constantemente arrasada por furacões –, a América Latina era, então, um prospero continente de culturas ameríndias. “Havia de tudo entre os indígenas da América: astrônomos e canibais, engenheiros e selvagens da Idade da Pedra” (GALEANO, 2013, p. 35).

Ao avistar o atol de San Salvador, Cristóvão Colombo não tinha como presumir que aquela terra de “selvagens” e de animais estranhos era habitada por civilizações tão ou mais desenvolvidas do que a sua. Aliás, para Colombo e seus marujos, que mediam o mundo com a régua eurocêntrica, “civilização” não era nem sequer um termo aplicável ou apropriado àquele amontoado de “bárbaros” nus. Se os “descobridores” do “novo mundo” se interessassem em investigar, talvez tivessem descoberto, também, que séculos antes de sua chegada naqueles territórios – que eles consideravam abandonados pelo seu deus cristão – já existiam metrópoles tão prosperas que fariam inveja aos centros Europeus,

---

<sup>76</sup> Simón José Antonio de la Santísima Trinidad Bolívar y Palacios Ponte-Andrade y Blanco, conhecido como Simón Bolívar, foi um militar e líder político venezuelano. É considerado por alguns países da América Latina como um herói, revolucionário e libertador. Durante seu curto tempo de vida, liderou a Bolívia, a Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela nas guerras por independência, e ajudou a lançar bases ideológicas democráticas na maioria da América Hispânica.

<sup>77</sup> Foi um jornalista e escritor uruguaio. É autor de mais de 40 livros, que já foram traduzidos em diversos idiomas. Suas obras transcendem gêneros ortodoxos, combinando ficção, jornalismo, análise política e História.

<sup>78</sup> Oficialmente, registros do século X indicam que os vikings foram os primeiros europeus a chegarem às Américas.

<sup>79</sup> Assim era conhecido pelos nativos o atual distrito de San Salvador, uma das 700 ilhas do arquipélago das Bahamas e que, em 2010, possuía uma população 910 moradores.

A metrópole de Teotihuacán, que em seu apogeu, por volta dos séculos V ou VI d.C., se estendia por cerca de vinte quilômetros quadrados, contava com uma população de pelo menos 50 mil habitantes. Diferenças de posição social vinculadas à divisão do trabalho, um exército eficiente, uma agricultura extensiva e um comércio bem organizado, em que os comerciantes atingiam localidades bastante distantes, são algumas das características que se pode talvez considerar atributos da estrutura socioeconômica do estado de Teotihuacán. (BETHELL, 2018, p. 30)

Mais de mil anos depois, os Incas – civilização que estendia seu domínio por aproximadamente quatro mil quilômetros, desde o Equador até o Chile – possuía uma população entre 5 e 14 milhões de pessoas. Isso equivale, nos dias de hoje, a duas vezes a população do Paraguai.

Calcula-se que no processo de colonização das américas, os espanhóis tenham assassinado mais de 30 milhões de ameríndios<sup>80</sup>. “Em três séculos, a montanha rica de Potosi apagou, segundo Josiah Conder, 8 milhões de vidas” (GALEANO, 2013, p.63). O sangue derramado dos Incas, Astecas e Maias – e de outras etnias – daria para cobrir de vermelho, por aproximadamente 375 vezes, a Linha do Equador. Dito de outra maneira, durante um ano, a linha que divide a terra em dois hemisférios poderia ser iluminada com sangue, pelo menos, uma vez por dia,

Aquela violenta maré de cobiça, horror e bravura não se abateu sobre essas comarcas senão ao preço do genocídio nativo: investigações recentes melhor fundamentadas atribuem ao México pré-colombiano uma população que oscila entre 25 e 30 milhões, e se calcula que havia um número parecido de índios na região andina; na América Central e nas Antilhas, entre dez e treze milhões de habitantes. Os índios das Américas somavam não menos que do que a 70 milhões, ou talvez mais, quando os conquistadores estrangeiros apareceram no horizonte; um século e meio depois estavam reduzidos tão só a 3,5 milhões. Segundo o marquês de Barinas, entre Lima e Paita, onde tinham vivido mais de dois milhões de índios, não restavam mais do que quatro mil famílias indígenas em 1685. O arcebispo Liñán y Cisneros negava o aniquilamento dos índios: “O que acontece”, dizia, “é que eles se escondem para não pagar tributos, abusando da liberdade que gozam e que não tinham na época dos incas”. (GALEANO, 2013, p. 62)

Aos que sobreviveram aos tiros de guerra e as doenças trazidas pelo colonizador, sobrava a sujeição e a catequização: a morte de suas culturas e dos seus espíritos. O jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano, assim descreve a tragédia:

---

<sup>80</sup> Um número bem maior, e incontável, foi dizimado pelas pestes, trazidas pelos colonizadores, e pelos trabalhos forçados. Em <https://querobolsa.com.br/enem/historia-geral/a-colonizacao-espanhola>.

A América era um vasto império do Diabo, de redenção impossível ou duvidosa, mas a fanática missão contra a heresia dos nativos se confundia com a febre que, nas hostes da conquista, era causada pelo brilho dos tesouros do Novo Mundo. Bernal Díaz del Castilho, soldado de Hernán Cortez, escreve que eles chegaram à América “para servir a Deus e a Sua Majestade, e também para por haver riquezas”. (2013, p. 31)

Os espanhóis se especializaram em pilhar. “Segundo fontes britânicas, as entradas de ouro brasileiro em Londres alcançavam 50 mil libras semanais em alguns períodos” (GELEANO, 2013, p. 84). E apesar de séculos de saques obstinados e ininterruptos, ainda hoje, a América Latina possui riquezas suficientes para gerar disputas entre novos e velhos imperialistas – chineses e americanos – que se enfrentam em uma corrida frenética – sem regras ou cortesias,

Dizem que no apogeu da cidade de Potosí até as ferraduras dos cavalos eram de prata. De prata eram os altares das igrejas e as asas dos querubins nas procissões: em 1658, para a celebração do Corpus Christi, as ruas da cidade foram desempedradas, da matriz à igreja de Recoletos, e totalmente cobertas de barras de prata. Em Potosí, a prata ergueu templos e palácios, mosteiros e cassinos, deu motivo a tragédias e festas, derramou sangue e vinho, incendiou a cobiça e desencadeou o esbanjamento e a aventura. A espada e a cruz marchavam juntas na conquista e no butim colonial. Para arrebatar a prata da América, marcaram encontro em Potosí os capitães e os ascetas, os toureiros e os apóstolos, os soldados e os frades. Convertidas em pinhas e lingotes, as vísceras da rica montanha alimentaram, substancialmente, o desenvolvimento da Europa. “Vale um Peru” era o maior elogio que se podia fazer às pessoas ou às coisas depois que Pizarro se tornou dono de Cuzco. Mas a partir do descobrimento da montanha, Dom Quixote de la Mancha adverte Sancho com outras palavras: “Vale um Potosí”. Veia jugular do vice-reinado, manancial de prata da América, Potosí possuía 120 mil habitantes segundo o censo de 1573. Apenas 28 anos tinham transcorrido desde que a cidade brotara entre os páramos andinos e já contava, como por artes de magia, com a mesma população de Londres e mais habitantes do que Sevilha, Madri, Roma ou Paris. Por volta de 1650, um novo censo adjudicava a Potosí 160 mil habitantes. Era uma das maiores e mais ricas cidades do mundo, dez vezes mais populosa do que Boston, num tempo em que Nova York nem sequer começara a ser chamada assim. (GALEANO, 2013, p. 40)

Os efeitos dessa conquista, as consequências nefastas das estratégias de “poder” empregadas contra esses povos – originários, escravos, imigrantes –, ressoam na cultura e na identidade que se formaram desde então,

A expropriação dos indígenas – usurpação de suas terras e de sua força de trabalho – foi e é simétrica ao desprezo racial, que por sua vez se alimenta da

objetiva degradação das civilizações destruídas pela conquista. Os efeitos da conquista e todo o ulterior e longo tempo de humilhações despedaçaram a identidade cultural e social que os indígenas tinham alcançado. No entanto, essa identidade triturada é a única que persiste na Guatemala. Persiste na tragédia. Na Semana Santa, as procissões dos herdeiros dos maias apresentam terríveis exposições de masoquismo coletivo. Eles arrastam pesadas cruces, participam passo a passo da flagelação durante a interminável subida do Gólgota; com gemidos de dor, converte-se Sua morte e Seu sepultamento no culto da própria morte e do próprio sepultamento, a aniquilação da formosa vida remota. A Semana Santa dos índios guatemaltecos termina sem ressurreição. (GALEANO, 2013, p. 77)

O “poder” ao incidir, atravessar os corpos e as populações, provocou, na América subdesenvolvida, uma cultura e uma identidade autoritárias que, por suas vezes, geraram ditadores nativos tão cruéis quanto os importados. Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu<sup>81</sup>,

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão. (2012, p. 22)

A América Latina foi precoce no ofício do autoritarismo. Sua habilidade em produzir ditadores reverberou por todos os países de língua espanhola e portuguesa do continente. Os autocratas se espalharam como um espécime que procria fetos mortos; e, desde então, a tortura, o extermínio e o genocídio tornaram-se políticas públicas tão eficientes que já não causam mais assombros,

A Venezuela detém o recorde de tempo passado sob o governo de caudilhos: mais de um século. A Bolívia coleciona o maior número de golpes militares. O México guarda o título do partido que ficou mais tempo no poder. A Argentina é destaque no número de mortos vítimas da repressão política. O Chile não deixou por menos. Cuba atravessou meio século com um único governante, sem liberdade de imprensa e com a oposição silenciada. Todos os países da América Latina padeceram sob o manto de ditadores ou homens fortes que sempre recorreram à força ou a manobras oportunistas para impor suas decisões. (TAQUARI, 2012, p. 11)

Exemplos não faltam.

---

<sup>81</sup> Foi um sociólogo francês. De origem campesina, filósofo de formação, foi docente na *École de Sociologie du Collège de France*.

A República do Haiti<sup>82</sup> é um pequeno país caribenho que desde sua colonização alterna desastres naturais e golpes de Estado. *La Perle des Antilles*<sup>83</sup>, epíteto dado pelos franceses, devido suas belezas naturais, foi, durante o século XVIII, o mais próspero exportador de café, açúcar e cacau. Em 1697, foi cedida pela Espanha à República Francesa. Após uma revolta de escravos, em 1794, tornou-se o primeiro país da América a abolir a escravidão, mas sua independência dos domínios franceses só foi declarada em 01 de janeiro de 1804.

Calcula-se que no início do século XVI toda população nativa do Haiti já tinha sido exterminada pelos colonizadores espanhóis e, apesar disso, nenhum explorador foi tão sanguinário quanto os ditadores caseiros, François Duvalier e Jean-Claude Duvalier – pai e filho, respectivamente.

Mais conhecido como Papa Doc, François Duvalier era haitiano e médico. Assumiu o poder no Haiti sob as bençãos e proteções norte-americanas, proclamou-se presidente vitalício em 1964, aniquilou a oposição e perseguiu a igreja católica.

A guarda pessoal e a polícia secreta de Papa Doc era conhecida como *Tonton Macoutes*, bichos-papões no dialeto *creole*, e era chefiada por Madame Max<sup>84</sup>. Famosa por sua crueldade, foi escolhida comandante por possuir um domínio singular: era a maior especialista de vudu do país. “Madame Max acompanhava pessoalmente as sessões de tortura e, em inúmeras ocasiões, mandava retirar os órgãos das vítimas, incluindo corações ainda pulsando” (TAQUARI, 2012, p. 20-21).

François Duvalier morreu em 1971 e foi substituído pelo seu filho, Jean-Claude Duvalier. Baby Doc, como também era conhecido, não foi menos impiedoso e governou até a madrugada de 7 de fevereiro de 1986. Pressionado pela crescente revolta da população, que por três décadas sofrera os desmandos dos Duvalier, Baby Doc e sua esposa, Michèle Bennett, foram retirados, escoltados, de Porto Príncipe pela Força Aérea norte-americana. Antes da partida, contudo, Michèle encomendou um último ritual vudu. Ordenou o sequestro de dois bebês do hospital de Porto Príncipe e sacrificou as crianças no palácio do governo. A finalidade seria assegurar que os futuros presidentes morressem de doenças angustiantes antes de assumirem suas funções. Apesar de não termos como mensurar a eficiência desse ritual macabro, é certo que a República do Haiti não possuiu desde então, e até os dias de hoje, um governo que não tenha sido sucedido por golpes e assassinatos:

---

<sup>82</sup> A República do Haiti é um país da América Central localizado na Ilha São Domingos e que possui uma população estimada em 11 439 646 habitantes. Foi descoberta 5 de dezembro 1492 pelos espanhóis.

<sup>83</sup> Traduz-se “A pérola das Antilhas”.

<sup>84</sup> O nome de nascimento de Madame Max era Rosalie Adolphe.

Ninguém jamais saberá quantas pessoas morreram durante a ditadura dos Duvalier no Haiti. Estima-se que, só no período de Papa Doc, de 1957 a 1971, mais de 30 mil pessoas tenham sido assassinadas nas mãos dos agentes do regime. Algumas por tentarem se rebelar contra a opressão, outras por simples oposição ou até por se recusarem a ser extorquidas pelos agentes da ditadura. Quando foi eleito presidente, em 1957, com as bençãos de Washington, François Duvalier era um pacífico médico do interior – daí o apelido, que equivale a algo próximo de “papai doutor” que havia cuidado da administração de vários programas de saúde voltados para a população rural, patrocinados pelos Estados Unidos (TAQUARI, 2012, p. 19)

A história dos autocratas luciferinos se repete em todo o continente. Na América do Sul, todos os países latino-americanos foram aterrorizados por esses espectros, mensageiros dos desígnios estrangeiros. O poder, na América Latina, construiu em cada indivíduo uma identidade marcada pela violência e, no povo, uma cultura autoritária.

Para o ditador chileno, General Augusto Pinochet, a “democracia carrega em seu ventre a semente da própria destruição, [...] precisa ser banhada, ocasionalmente, em sangue para que continue sendo democracia” e, conclui, “felizmente, esse não é nosso caso. Derramaremos apenas algumas gotas” (TAQUARI, 2012, p. 91). Não era verdade, a ditadura chilena assassinou ou fez desaparecer mais de três mil pessoas, torturou um número incontável de prisioneiros e exilou duzentos mil chilenos. É como se, de uma hora para a outra, a população de Juazeiro<sup>85</sup>, da Bahia, tivesse morrido ou fugido de suas casas.

Em 11 de setembro de 1973, o golpe executado contra o governo eleito, colocaria fim a tradição democrática mais duradoura da América Latina. Eleito presidente do Chile, Salvador Allende<sup>86</sup>, sofreu forte interferência norte-americana – que não admitia mais um presidente socialista nas américas<sup>87</sup> – desde antes de sua posse,

Uma das páginas mais tristes na história da imprensa na América Latina foi escrita pelo jornal *El Mercurio*, do Chile, antes e depois da eleição do presidente Salvador Allende, em 15 de setembro de 1970. O jornal recebeu dinheiro diretamente da CIA para adaptar sua linha editorial aos interesses dos Estados Unidos, conforme comprovam documentos oficiais americanos. Os documentos apontam até as datas e as quantias transferidas em alguns desses pagamentos: 700 mil de dólares (3,8 milhões em 2010) em 9 de setembro de 1971, e 965 mil de dólares (5 milhões em 2010), em 11 de abril de 1972. Além desses, a CIA confirma ter feito outros pagamentos não detalhados – os nomes

---

<sup>85</sup> A cidade de Juazeiro, na Bahia, possui, segundo o último senso, uma população de 219.544 mil habitantes.

<sup>86</sup> Salvador Guillermo Allende Gossens foi um médico e político social-democrata chileno que governou seu país de 1970 a 1973.

<sup>87</sup> A revolução cubana havia eclodido em 1959, tornando Cuba um país socialista.

foram preservados – a jornais, emissoras de rádio, revistas e agências de noticiais. (TAQUARI, 2012, p. 79)

Os Estados Unidos – além do estrangulamento da economia chilena, com os cortes de todos os empréstimos internacionais – promoveram uma campanha virulenta, com o apoio das forças internas conservadoras (a classe média, as forças armadas e a Igreja católica), na tentativa de sabotar o governo progressista. Para isso, “[...] um dos episódios decisivos foi a greve dos caminhoneiros de 1973, que contribuiu para asfixiar a economia do país” (TAQUARI, 2012, p. 83-84).

Os reveses econômicos e sociais não foram suficientes para impedir a posse de Allende. Restou o golpe,

Na madrugada de 11 de setembro de 1973, as tropas deixaram os quartéis em direção ao Palácio de La Moneda. Allende, que estava na outra residência, dirigiu-se rapidamente ao palácio. Os partidários do governo pediam ao povo que apoiasse a resistência. Os militares e os políticos da oposição anunciaram a queda do governo assim que foram disparados os primeiros tiros. De manhã, caças da Força Aérea chilena bombardearam o palácio. Era um sinal de que a Aeronáutica estava com os golpistas. A Marinha já havia ocupado o Porto de Valparaíso, também na madrugada. Allende, armado com um fuzil-automático, entrincheirou-se numa das salas e tentou resistir. Até o momento em que, segundo versão divulgada pelos militares, apontou o fuzil para o próprio queixo e apertou o gatilho. (TAQUARI, 2012, p. 87-89)

Assume, então, o General Augusto Pinochet, líder do golpe e ex-comandante do Exército, nomeado pelo próprio Allende. “A ditadura fechou o Congresso e suspendeu as garantias constitucionais, amordaçou o Judiciário e decretou uma rigorosa censura à imprensa” (TAQUARI, 2012, p. 90). Nas primeiras horas depois da insurreição, milhares de opositores foram presos – por falta de celas suficientes, centenas foram detidos no Estádio Nacional, em Santiago – e nas semanas seguintes, outros milhares fuzilados. Os que não eram executados, sofriam torturas até confessarem os mais ardilosos planos que jamais tinham planejado.

A partir de novembro de 1975, os Estados Unidos, com o apoio dos governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, desencadearam a Operação Condor<sup>88</sup>. Desde então, exilados foram caçados, presos, torturados e mortos,

---

<sup>88</sup> A Operação Condor foi uma campanha promovida pelos Estados Unidos de repressão política e terror de Estado envolvendo operações de inteligência e assassinato de opositores.

A colaboração entre os participantes da Operação Condor era tão estreita que eles chegaram a montar, no bairro de Floresta, em Buenos Aires, uma espécie de centro internacional de torturas. Um dos mais ativos participantes desse centro era o major uruguaio Juan Manuel Cordero Piacentini, acusado de envolvimento no assassinato de dez pessoas e de tortura de mais de trinta civis argentinos e uruguaios. Após a queda das ditaduras na Argentina e no Uruguai, Cordero se mudou para o Brasil, onde se casou com uma brasileira. Em 2007, foi preso em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul e em janeiro de 2010, aos 71 anos, extraditado para a Argentina. (TAQUARI, 2012, p. 98)

O povo chileno só conseguiu restabelecer sua democracia em dezembro de 1989, após um referendo acerca da manutenção ou não do regime. Apesar da ditadura ter perdido (56% do povo votou contra a permanência do ditador), o referendo, de 5 de outubro de 1988, deixou claro que quase metade da população chilena ainda se sentia representada pelo governo vigente.

Outro capítulo inverossímil da história política latino-americana aconteceu no Uruguai. Dan Mitrione era um agente da CIA que transitava em toda América Latina. Autorizado pelas ditaduras, tinha como missão ensinar as polícias desses regimes a “arte” da tortura,

Mitrione construiu uma sala à prova de som no porão de sua casa, em Montevidéu, onde eram dadas aulas sobre tortura. Nas “aulas práticas, mendigos recolhidos na periferia da capital uruguaia eram torturados até a morte, sem interrogatório. Apenas para demonstrar os pontos mais vulneráveis da anatomia humana, especialmente do sistema nervoso. O manual de Mitrione, entre outras particularidades, relacionava 35 pontos do corpo humano onde os choques podiam ser aplicados. (TAQUARI, 2012, p. 124)

As forças conservadoras uruguaias somadas aos anseios expansionistas do imperialismo norte-americano instalaram no poder Juan María Bordaberry. Um presidente ignóbil ao ponto de declarar um autogolpe e aumentar o poder das forças armadas ao limite de se tornar, ele mesmo, uma figura decorativa.

Juan María Bordaberry sucedeu a Jorge Pacheco Areco. Esse, por sua vez, herdou o poder do General Oscar Gestico, de quem era vice na chapa do Partido Colorado para as eleições presidenciais de novembro de 1966. Gestico morreu nove meses depois de assumir a presidência. Areco, então, um homem aparentemente inofensivo, jornalista e diplomata de profissão, declarado primeiro mandatário da República do Uruguai iniciou uma violenta perseguição aos partidos de esquerda e à imprensa.

Nesse período, a crise econômica gerava manifestações nacionais. A inflação de 183% corroía o salário dos trabalhadores. Para tentar frear a crise, Areco congelou os preços e os

salários. Ainda assim, vendo os distúrbios civis crescendo nas ruas, passou a reprimir com violência os grevistas e os estudantes,

O Estado de sítio vingou durante a maior parte do governo de Pacheco Areco. A polícia e as Forças Armadas prendiam, sequestravam e torturavam opositores do regime. As pessoas eram detidas em casa ou no trabalho e desapareciam nas mãos das forças de segurança, sem deixar qualquer vestígio. Treinados por Mitrone, policiais civis e militares uruguaios disseminavam nos cárceres as técnicas de tortura levadas dos Estados Unidos. Estudantes, ativistas sindicais e políticos eram os mais visados. Mulheres de suspeitos eram presas, violentadas ou forçadas a ouvir as sessões de tortura dos maridos ou namorado. Em outras situações, o som do choro de crianças era reproduzido nas pressões para que as presas e os maridos pensassem que seus filhos também estavam sendo torturados. Inúmeros pais e mães morreram durante as sessões de tortura, deixando filhos órfãos ainda pequenos. (TAQUARI, 2012, p. 125)

Pacheco deixou o poder em 1972, mas não antes de eleger seu sucessor, em um sufrágio marcado pela suspeita de fraude. Juan María Bordaberry, o novo mandatário, em poucos meses, iria superar seu mestre “[...] na disputa pelo título de campeão do obscurantismo. Se Pacheco havia sido o porteiro do inferno uruguaio, à Bordaberry estava reservado o papel de assistente do demônio” (TAQUARI, 2012, p. 127).

Um mês após prestar juramento como novo presidente da República do Uruguai, Bordaberry decretou “estado de guerra interna”, alguns meses depois declarou como vigente, em todo território, a Lei de Segurança do Estado. Nenhum direito era mais garantido: policiais poderiam invadir a casa de qualquer cidadão a qualquer hora do dia ou da noite; prisões eram efetuadas sem mandado judicial, podia-se deter parentes de acusados e até crianças.

Essas medidas, contudo, aumentavam os poderes do Exército consideravelmente e em fevereiro de 1973, o presidente Bordaberry passou a exercer o papel de “chefe de Estado sem qualquer importância”. Nenhuma decisão política era tomada sem a chancela das Forças Armadas,

Com um presidente civil transformado em marionete, o Uruguai vivia, na prática, sob uma ditadura militar. A Anistia Internacional calcula que, em 1976, o Uruguai tinha mais presos políticos *per capita* do que qualquer outra nação no globo. Os opositores do regime que escapavam da morte, das prisões e das torturas buscavam refúgio no exterior. Por essa época, cerca de 10% da população uruguaia, estimada em 2,9 milhões de pessoas, havia emigrado por razões políticas ou econômicas. Organizações de defesa dos direitos humanos calculam em mais de duzentos o número de mortos e desaparecidos, vítimas da ditadura. (TAQUARI, 2012, p. 129)

A partir de 1977, cansados de enterrarem cadáveres, as Forças Armadas uruguaias iniciaram o processo de abertura política e redemocratização. Mas só em 1985, 12 anos depois do golpe, a sociedade civil retomou as rédeas do seu destino.

Nos dois primeiros anos do novo governo, foram aprovadas as anistias que beneficiavam os presos e exilados da ditadura e conservavam, impunes, seus torturadores.

Uma figura emblemática do regime, José Alberto Mujica Cordano, mais conhecido como Pepe Mujica, líder do Movimento de Libertação Nacional, os Tupamaros<sup>89</sup>, resistência armada contra a ditadura, passou 15 anos presos e foi ferido por seis disparos de arma de fogo que quase ceifavam sua vida. Mais de duas décadas depois, em 2009, Mujica foi eleito presidente, com 52% dos votos. Durante seu governo, o Uruguai se tornou um dos países mais avançados na atuação e defesa dos Direitos Humanos: garantindo, ao seu povo, direito à liberdade, direito à proteção social, direito à uma vida digna. Pepe Mujica ofereceu ao mundo o que lhe foi negado durante décadas no cárcere.

Enquanto governou a Argentina, Juan Domingo Perón perseguiu a igreja católica – que no início de sua carreira foi um dos seus aliados –, a oposição e a imprensa,

[...] panfletos impressos no Ministério da Informação incitavam a população contra o La Prensa, que havia ousado publicar um editorial criticando o governo. Os panfletos diziam “Não comprem o La Prensa” e “Não anunciem no La Prensa”. Ao mesmo tempo, o jornal passou a ser alvo de boicote por parte do sindicato dos distribuidores, que era controlado pelos peronistas. Ao assumir o poder, Perón já havia sinalizado que pretendia investir contra a liberdade de imprensa, ao afirmar que seu governo tinha quatro grandes inimigos: a oligarquia, a oposição, os comunistas e o diário La Prensa. (TAQUARI, 2012, p. 148)

Comandava o país com mãos de ferro, sua esposa, Maria Eva Duarte de Perón, mais conhecida por Evita, arrecadava milhões para a assistência social<sup>90</sup>. Em um país arrasado ininterruptamente pelas periódicas crises econômicas, Evita se tornou, rapidamente, uma figura sacrossanta. Apesar disso, também sucumbiu às influências nefastas da cultura autoritária e corrupta em que foi construída. A fundação de Evita Perón mobilizava dezenas de milhões em doação, ofertas de empresários interessados em contratos governamentais,

À parte o papel de candidata à santa, Evita deixou-se encantar pelas tentações do poder. Tinha uma coleção de joias digna de um xeique das Arábias.

<sup>89</sup> Em referência a Tupac Amaru, líder Inca que resistiu aos espanhóis.

<sup>90</sup> Evita Perón ficou conhecida, devido seu trabalho social, como a Rainha dos Descamisados.

Empresários próximos ao casal sabiam como agradar-lhe e ela não recusava presentes. Seu guarda-roupas era maior do que o de muitas estrelas de Hollywood dos anos 1950. Quando viajava para Roma ou para Paris, as grades casas de moda promoviam desfiles exclusivos para ela nas embaixadas argentinas. A conta ficava para os embaixadores. (TAQUARI, 2012, p. 146)

Morreu em 26 de julho de 1952, vítima de um câncer uterino. Cenas de desespero foram avistadas por todo o país. “As pessoas choravam nas ruas, nas casas e nas igrejas. [...] No Congresso argentino, mais de cinquenta discursos foram pronunciados num único dia em homenagem a Evita” (TAQUARI, 2012, p. 146). Aquela era uma catástrofe da qual o povo argentino nunca conseguiria se recuperar totalmente.

Embalsamada, os restos mortais de Evita permaneceram três anos na sede da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e, em 1955, foi levado para Itália. No período que esteve fora da Argentina, o corpo foi submetido a bruxarias e outras violências, até que, após quase trinta anos de uma odisséia grotesca, voltou ao seu país.

Juan Domingos Perón ainda tentou governar por duas vezes. Na primeira, foi submetido aos desgastes econômicos e a pressão militar. “O governo apelou para a repressão. Líderes sindicais e políticos da oposição desapareciam de repente ou apareciam mortos” (TAQUARI, 2012, p. 147).

Excomungado pela igreja católica e sem apoio das forças armadas, Perón, em setembro de 1955, sofreu o golpe<sup>91</sup> que o arrancou do poder e o lançou ao exílio.

Os anos seguintes foram de agitação política e poucos consensos. Perón voltaria a governar a Argentina mais uma vez, em 1973,

Aos 77 anos, porém, o velho general já não exibia o mesmo carisma dos primeiros tempos. O peronismo rachou-se em várias facções, que se devoraram umas às outras na disputa pelo poder. Um exemplo dessa divisão foi o conflito entre esquerda e a direita peronistas ocorrido durante a concentração no Aeroporto de Ezeiza para receber o general no seu retorno à Argentina, em 20 de junho de 1973, que terminou com dezenas de mortes e centenas de feridos.

Peron tinha parte da responsabilidade na radicalização desses grupos. Do exílio na Espanha, ele havia estimulado a ação de movimentos voltados para a luta armada, com o objetivo de desestabilizar o país e abrir caminho para o seu retorno. (TAQUARI, 2012, p. 152-153)

---

<sup>91</sup> Golpe militar de 1955.

Peron faleceu em 1º de junho de 1974<sup>92</sup>. Em seu lugar, assumiu a vice-presidente e viúva, Maria Estela Martínez de Perón, apelidada pelo povo de Isabelita. Despreparada, é deposta, em 24 de março de 1976, por mais um golpe.

O último regime militar da Argentina durou quase sete anos. A junta que substituiu Isabelita – composta por três generais representantes do Exército, Marinha e Aeronáutica – indicou, rapidamente, o General Jorge Rafael Videla para presidir o país. Nos anos seguintes, a Argentina afundou em uma noite tão bestial que para muitos inocentes não existiram caminhos de regresso: a ditadura assassinou opositores, artistas, mães e filhos. Estimativas de organizações dos direitos humanos apontam mais 30 mil mortos pelos órgãos de repressão.

A chamada “guerra suja” desencadeada pela ditadura militar argentina para eliminar opositores e críticas do regime acabou gerando uma série de monstros. Um deles simboliza a extensa galeria de assassinos e torturadores que agiam a mando ou sob a cobertura das Forças Armadas. É o capitão da Marinha Alfredo Astiz, conhecido como Anjo da Morte. Astiz integrava o chamado setor de inteligência da Escola Mecânica da Marinha (Esma), que se tornou um dos maiores centros de prisões ilegais e torturas durante a ditadura. Calcula-se que por ali passaram cerca de 5 mil pessoas, incluindo políticos das mais diversas filiações, sindicalistas, professores, estudantes, artistas e religiosos, suspeitos de atividades contra o regime. Poucos sobreviveram. (TAQUARI, 2012, p. 156.)

Em mais um episódio pitoresco da história da Argentina, em 08 de dezembro de 1977, o capitão Alfredo Astiz se disfarçou e participou de um encontro para exigir respostas acerca de parentes desaparecidos, promovido pelo grupo Mães da Praça de Maio<sup>93</sup>, na Igreja de Santa Cruz, no bairro de San Cristobal. Ao término da reunião, Gustavo Niño, nome fictício de Astiz, marcou, com um beijo na testa, o destino das futuras vítimas. Um esquadrão, que aguardava na saída da Igreja, sequestrou várias participantes – aquelas que haviam sido feridas pelo “beijo da morte”. Nos dias seguintes, foram capturadas as fundadoras das Mães da Praças de Maio – Azucena Villaflor de Vicenti, Esther Balestrino de Careaga e María Ponce de Bianco – e as freiras francesas que davam cobertura ao grupo – Alice Domon e Léonie Duquet. As que não foram jogadas ao mar, sofreram torturas e ficaram presas ilegalmente na ESMA (TAQUARI, 2012, p. 157).

Ao que tudo indica, contudo, a bravura de Astiz só ressoava perante vítimas indefesas,

<sup>92</sup> O corpo foi sepultado no cemitério de La Chacarita, em Buenos Aires. Em junho de 1987, as mãos do corpo de Juan Domingo Perón são arrancadas e roubadas. Em 2006, os restos mortais são, finalmente, transferidos para a propriedade particular da família, em San Vicente, perto de Buenos Aires.

<sup>93</sup> As Mães da Praça de Maio é uma organização de mães que tiveram seus filhos assassinados ou desaparecidos durante o terrorismo de Estado da ditadura militar argentina (1976 e 1983).

Tido como herói entre seus pares e dono de uma suposta coragem diante de vítima indefesas, como a jovem Dagmar Hagelim, o capitão Alfredo Astiz não exibiu a mesma bravura na Guerra das Malvinas. Chefe de um pelotão destacado para as ilhas Geórgias do Sul, quando estourou a guerra, em abril de 1982, ele se rendeu aos ingleses assim que foram disparados os primeiros tiros. Poucas horas após o desembarque das forças britânicas, Astiz assinou um termo de rendição perante dois capitães da Marinha Real britânica. (TAQUARI, 2012, p. 160)

A suposta guerra dos militares argentinos contra os subversivos comunistas e inimigos da pátria – a mesma guerra declarada por quase todas as ditaduras da América Latina – possuía dois flancos: no primeiro, exterminava-se a vida e a dignidade física; no segundo, buscava-se destruir o espírito, era uma ofensiva contra a cultura e contra o livre pensamento. Sob o manto da expressão “Deus, pátria e família”, a Junta Militar atacou o que considerava o “germe subversivo que tenta se infiltrar na sociedade”,

Logo nas primeiras semanas, o triunvirato militar apontou para a cultura como um alvo a ser perseguido na guerra interna. O Ministério da Educação e Cultura desencadeou a Operação Claridade, uma caçada aos opositores do regime que levou à prisão e ao desaparecimento de artistas, escritores e músicos. Os colégios e as universidades receberam listas de professores que deveriam ser afastados e de obras proibidas. (TAQUARI, 2012, p. 154)

A Argentina só recobrou o seu direito de existir como povo e sob a proteção de um Estado democrático em outubro de 1983. O primeiro presidente após a redemocratização foi Raúl Alfonsín, candidato da União Cívica Radical (URC).

Anos depois da abertura política, iniciou-se os processos de julgamento, as comissões da memória e verdade e as reparações às vítimas. O General Jorge Rafael Videla, em 1985, foi condenado a prisão perpétua pelos assassinatos e torturas de milhares de pessoas, dos quais cumpriu apenas cinco. O General Roberto Eduardo Viola, cumpriu quatro anos de prisão, e o General Leopoldo Fortunato Galtieri Castelli, cinco anos<sup>94</sup>. Os três foram agraciados por indultos do presidente Carlos Menem<sup>95</sup>. A Argentina, até os dias atuais, assim como os demais países da América Latina, ainda não conseguiu restabelecer a verdade, reconstituir a memória fraturada do seu povo e reparar – mesmo que a reparação completa seja impossível – as vítimas que sobreviveram – às torturas, às prisões ilegais – ou suas famílias.

---

<sup>94</sup> O filme *Argentina, 1985* – do diretor Santiago Mitri – retrata o processo movido pelos promotores de justiça Julio Strassera e Luis Moreno Ocampo que julgou e condenou os generais responsáveis pelo golpe militar argentino e pelas milhares de vítimas da ditadura.

<sup>95</sup> Carlos Saúl Menem Akil foi presidente da Argentina entre 8 de julho de 1989 a 10 de dezembro de 1999.

Toda ditadura nasce tábua de salvação. O golpe militar brasileiro foi mais uma dessas técnicas militares de salvamento, executadas – com habilidade – contra um povo que não estava em perigo,

O regime instalado em 1º de abril de 1964, após o golpe militar que derrubou o governo eleito de João Goulart, o Jango, anunciava ter vindo para salvar a democracia. O movimento se propunha a evitar a implantação de um regime comunista. Instalava-se uma ditadura para impedir a chegada de outra ditadura. E essa não seria a única grande contradição daqueles tempos. (TAQUARI, 2012, p. 324)

Quando o presidente João Goulart<sup>96</sup> perdeu as condições de governabilidade, já estavam alinhados, contra ele, os três grupos que invariavelmente aturam ao lado dos golpistas da América Latina, no século XX: as forças armadas, a elite nacional conservadora<sup>97</sup> e os interesses imperialistas.

O primeiro militar a assumir o poder, após Auro de Moura Andrade<sup>98</sup> declarar que a Presidência da República estava vaga, foi o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, mas foi no governo de seu sucessor, Marechal Costa e Silva, que os anos de chumbo se intensificaram. Nesse período, em 13 de dezembro de 1968, foi publicado o Ato Institucional Número 5.

O AI-5, como ficou conhecido, decretava a censura prévia da imprensa, da música, da literatura, do cinema, do teatro e da televisão – consideradas formas de artes subversivas. O ato também autorizava o governo federal, sob pretexto de "segurança nacional", a intervir em estados e municípios, suspendendo as autoridades locais e nomeando interventores federais; declarava a ilegalidade das reuniões políticas não autorizadas pela polícia; e suspendia os *habeas corpus* por crimes de motivação política.

Ainda sob o regime do AI-5, assumiu o poder o General Emílio Garrastazu Medici. A partir de 1974, seu sucessor, General Ernesto Geisel, iniciou a abertura política que só foi concluída em 1985, pelo então presidente, General João Batista de Oliveira Figueiredo.

---

<sup>96</sup> João Belchior Marques Goulart, conhecido popularmente como Jango, foi um advogado e político brasileiro, 24º presidente do Brasil, de 1961 a 1964.

<sup>97</sup> O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi fundado em 1961 por um grupo de empresários, entre eles, o milionário do ramo da mineração Augusto Trajano de Azevedo Antunes. O IPES foi uma espécie de centro de articulação do golpe de 1964, sob o comando do General Golbery do Couto e Silva.

<sup>98</sup> Auro Soares de Moura Andrade, um advogado e político brasileiro, nasceu em uma família de fazendeiros do interior paulista. Como presidente do Senado, foi o responsável por declarar vaga a presidência da República em 1964.

Um episódio marcante dos anos de chumbo foi o atentado ao espetáculo *Roda-Viva*, de Chico Buarque de Hollanda<sup>99</sup>, dirigido por José Celso Martine Corrêa<sup>100</sup>,

*Roda Viva* foi atacada pelo braço ostensivo do terrorismo paramilitar em São Paulo, o comando de Caça aos Comunistas, o CCC. Tinha o ministro da Justiça, Gama e Silva, como orientador. Segundo um de seus fundadores, delegado do DOPS, nove entre dez militares de sua tropa de choque era oficiais do Exército. Seus quadros civis treinavam num sítio, em Cotia, e seus instrutores em militares. Na noite de 17 de junho, quando o espetáculo acabou, os camarins foram invadidos. Dezenas de galaláus entraram batendo, com pedaços de pau e socos-ingleses. Organizaram um corredor polonês e obrigaram os atores a ir para rua como estivessem. A atriz Marília Pêra e seu colega Rodrigo Santiago foram nus. Continuaram apanhando em frente ao prédio do teatro, diante de uma plateia atônita e de duas guarnições da radiopatrulha, imóveis. Pêra foi socorrida por uma camareira que a cobriu com um blusão. (GASPARI, 2014, p. 297)

Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>101</sup>, o regime militar cometeu, pelo menos, 434 assassinatos. O relatório *Brasil: Nunca Mais* concluiu que o número de torturados pelo regime se aproximou de 2000 pessoas<sup>102</sup>.

François Duvalier (Papa Doc), Jean-Claude Duvalier (Baby Doc), General Augusto Pinochet, Juan María Bordaberry, Jorde Pacheco Areco, Juan Domingo Perón, Maria Eva Duarte de Perón (Evita), General Jorge Rafael Videla, Marechal Castelo Branco, Marechal Costa e Silva, General Emílio Garrastazu Médici, General Ernesto Geisel e General Figueiredo. O que esses personagens autoritários têm em comum? Eles não são frutos de anomalias genéticas ou descendentes de um mal transcendente. Ao contrário, são artistas, médicos, jornalistas, diplomatas, representantes da elite nacional ou das forças armadas. Também não são estrangeiros, exploradores europeus ou norte-americanos. Ao contrário, são nacionais – que se declaram conservadores, patriotas, nacionalistas. Agora, refletindo sobre o poder, isso parece nos indicar que: primeiro, essas figuras históricas não são autoritárias por natureza ou porque foram corrompidas naturalmente pelo poder que usurparam – nossas suspeitas sugerem, então, que a cultura autoritária (anterior ao indivíduo), exerce influência sobre a formação da identidade desses povos; segundo, o poder não é um fenômeno vertical, destinado aos alpinistas – como se fosse possível adquiri-lo ou extraviá-lo.

<sup>99</sup> É um cantor, compositor, dramaturgo, escritor e ator brasileiro

<sup>100</sup> Conhecido como Zé Celso, foi um diretor, ator, dramaturgo e encenador brasileiro.

<sup>101</sup> Dados extraídos do site <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

<sup>102</sup> Dados extraídos do site <http://www.dhnet.org.br/memoria/nuncamais/index.htm>

Vamos adotar como definição, portanto, e segundo Michel Foucault, o poder como fenômeno, não como substância, como relação, como rede, como um mecanismo de controle e sujeição que atravessa os corpos e as populações, deixando marcas tão profundas quanto permanentes. Nesse sentido, esclarece o autor francês,

Não se deve, acho eu, conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo, primitivo, matéria múltipla e muda na qual viria aplicar-se, contra a qual viria bater o poder, que submeteria os indivíduos ou os quebrantaria. Na realidade, o que faz que um corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos efeitos primeiros do poder. Quer dizer, o indivíduo não é o vis-à-vis do poder; é, acho eu, um de seus efeitos primeiros. O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constituiu. (2010, p. 26)

Para estudar os dispositivos do poder, contudo, partiremos do enunciado, local onde o poder desvela suas estratégias de sujeição. Compreendendo, no texto, como são formadas as redes de dispositivos que ela faz atuar sobre o indivíduo, suas estratégias, sua influência na formação da cultura e da identidade autoritária, talvez possamos deixar de repetir os erros do passado.

No livro intitulado *Ação e sentido por uma semiótica das culturas* (2010), o semiologista François Rastier adverte que não “[...] se pode continuar a opor a linguagem e a ação, porque seria permanecer numa visão meramente teórica da linguagem” (2010, p. 20).

Em *A Ordem do Discurso* (2012), Michel Foucault afirma que por “[...] mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder” (2012, p. 9-10). Na literatura, o discurso deixa a mostra essas ligações, permitindo que desnudem suas operações: as manipulações em curso na linguagem.

Pois bem, partindo do texto e da enunciação, tentaremos esmiuçar aquilo que Foucault denominou como “as relações e os operadores de dominação” (2010, p. 38). Segundo ele, em vez “de fazer os poderes derivarem da soberania, se trataria muito mais de extrair, histórica e empiricamente, das relações de poder, os operadores de dominação” (2010, p. 38).

### 3.2. “COMBATA A POBREZA, MATE UM MENDIGO”<sup>103</sup>: a categoria foucaultiana do poder

Antes de discorrermos sobre a teoria da soberania, precisamos definir o que Michel Foucault entende como poder, reconstruindo parte do trajeto teórico que o autor percorreu. Depois disso, iremos revisitar o contexto histórico que possibilitou o surgimento do poder soberano, do poder disciplinar e da biopolítica, e, por fim, descrevê-los.

O sociólogo, jurista e economista alemão Max Weber desenvolveu a concepção clássica do poder. Segundo ele, poder seria toda probabilidade de impor a vontade em uma relação social, mesmo contra resistências. Nesse sentido, poder se assemelharia à dominação, à sujeição. Weber classificou o poder em três tipos: dominação legal, dominação tradicional e a dominação carismática. A dominação legal é aquela exercida em virtude de um estatuto. Na dominação tradicional, evoca-se a crença na santidade das ordenações e nos poderes senhoriais há muito existentes. E por fim, a dominação carismática é exercida em virtude de devoção afetiva e seus dotes naturais<sup>104</sup>.

O teórico alemão Karl Marx compartilhava com Max Weber a ideia de poder como substância que pode ser conquistada, perdida, tomada, desperdiçada. Para ele, o poder reside naquele que detêm a posse dos meios de produção<sup>105</sup>.

Michel Foucault desenvolveu uma definição de poder, contudo, que se afasta da ideia vertical de poder. Segundo ele, “[...] os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras” (1979, p. XIV). Não é possível, para Foucault, compreender o poder como algo que está localizado, exclusivo de alguns, como uma riqueza ou um bem. Ao contrário diria Foucault,

O poder [...] deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. [...] O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles. (2010, p. 26)

<sup>103</sup> Segundo Galeano, essa frase foi grafitada em um muro de La Paz.

<sup>104</sup> Weber desenvolve essa ideia no capítulo “Os três tipos puros de dominação legítima”, do livro *Ensaio de sociologia* (1981).

<sup>105</sup> Essa ideia está presente em quase toda sua obra, desde o *Manifesto Comunista* até escrito mais famoso *O Capital*.

Portanto, diria ele, interessa estudar o poder a partir do lugar onde ele produz seus efeitos: uma análise ascendente do poder. Dito de outra maneira, é preciso investigar o poder a partir dos seus “mecanismos infinitesimais”, examinando “o modo como, nos níveis mais baixos, os fenômenos, as técnicas, os procedimentos de poder atuam” (FOUCAULT, 2010, p. 27). Michel Foucault descreve essa perspectiva metodológica,

[...] trata-se de não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão, de não procurar considera-lo do lado de dentro, de não formular a questão (que acho labiríntica e sem saída) que consiste em dizer: quem tem o poder afinal? O que tem na cabeça e o que procura aquele que tem o poder? Mas sim de estudar o poder, ao contrário, do lado em que sua intenção – se intenção houver – está inteiramente concentrada no interior de práticas reais e efetivas; estudar o poder, de certo modo, do lado de sua face externa, no ponto em que ele está em relação direta e imediata com o que se pode denominar, muito provisoriamente, seu objeto, seu alvo, seu campo de aplicação, seu ponto, em outras palavras, em que ele se implanta e produz seus efeitos reais. Portanto, não: por que certas pessoas querem dominar? O que elas procuram? Qual é sua estratégia de conjunto? E sim: como as coisas acontecem no momento mesmo, no nível, na altura do procedimento de sujeição, ou nesses processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos. Noutros termos, em vez de perguntar-se como o soberano aparece no alto, procurar saber como se constituíram pouco a pouco, progressivamente, realmente, materialmente, os súditos, o súdito, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc. (2010, p. 25)

Feita as exposições preliminares, contextualizado o pensamento foucaultiano, passemos a desenvolver a definição de poder soberano.

No início da obra *Vigiar e Punir: história da violência das prisões* (2013), Michel Foucault descreve dois episódios: no primeiro, relata um suplício ocorrido em meados do século XVIII; no segundo, exhibe o trecho de um regulamento carcerário, do início do século XIX, que normaliza a utilização do tempo pelos presos. A partir desses exemplos, Foucault demonstra e postula a passagem de uma forma de controle e castigo, para outra. Em outras palavras, os registros históricos apresentam dois tipos de mecanismos de sujeição: o poder soberano (suplício) e o poder disciplinar (administração do tempo).

Enquanto o suplício desaparece das praças públicas da Europa, surge, no início do século XIX, outra “economia do castigo” e de exercício de poder. A passagem de uma concepção do poder para outra, com todos os seus efeitos e saberes, não significa, contudo, a extinção da forma mais antiga. “O que aparece como evidente é a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive a sua sustentação e atuação eficaz” (FOUCAULT, 1979, p. XI).

O poder soberano, portanto, é definido como sendo, inicialmente, um mecanismo do poder monárquico feudal que:

[...] serviu de instrumento, e também de justificação, para a constituição das grandes monarquias administrativas. Depois, a partir do século XVI, sobretudo do século XVII, já no momento das guerras da Religião, a teoria da soberania foi uma arma que circulou num campo e no outro, que foi utilizada num sentido ou no outro, seja para limitar, seja ao contrário, para fortalecer o poder régio. [...] Em resumo, ela foi o grande instrumento da luta política e teórica em torno dos sistemas de poder dos séculos XVI e XVII. Enfim, no século XVIII, é sempre essa mesma teoria da soberania, reativada do direito romano, que vocês vão encontrar em Rousseau e nos seus contemporâneos, com um ou outro papel, um quarto papel: trata-se naquele momento de construir, contra as monarquias administrativas, autoritárias ou absolutas, um modelo alternativo, o das democracias parlamentares. E é este papel que ela ainda representa no momento da Revolução. (FOUCAULT, 2010, p. 30-31)

Sendo assim, transcrita a lógica por trás desse mecanismo, concluímos que esse poder é exercido a partir de uma relação do tipo soberano/súdito. Segundo Foucault, a teoria da soberania é “vinculada a uma forma de poder que se exerce sobre a terra e os produtos da terra, muito mais do que sobre os corpos e sobre o que eles fazem” (2010, p. 31-32). Concretiza-se, mas não somente, nos compêndios jurídicos, nas obrigações descontínuas do código tributário e das leis penais. Não exerce sobre o indivíduo, portanto, uma vigilância contínua. O poder soberano,

[...] é uma teoria que permite fundamentar o poder em torno e a partir da existência física do soberano, e não dos sistemas contínuos e permanentes de vigilância. A teoria da soberania é, se vocês quiserem, o que permite fundamentar o poder absoluto no dispêndio absoluto do poder, e não calcular o poder com o mínimo de dispêndio e o máximo de eficácia. (FOUCAULT, 2010, p. 32)

Embora quase todos os monarcas tenham sido depostos, o poder soberano “não só continuou a existir, se vocês quiserem, como ideologia do direito, mas também continuou a organizar os códigos jurídicos que a Europa do século XIX elaborou para si a partir dos códigos napoleônicos” (FOUCAULT, 2010, p. 32). Podemos visualizar um exemplo esclarecedor, e que não foge à realidade, no episódio da greve dos operários da companhia Bananeira, em *Cem anos de solidão* (2010), vejamos:

Os decrepitos advogados vestidos de negro que em outros tempos assediaram o coronel Aureliano Buendía, e que agora eram procuradores da companhia, desvirtuavam essas acusações com chicanas que pareciam coisa de magia. Quando os trabalhadores redigiram um documento de petições unânimes, passou-se muito tempo sem que pudessem notificar oficialmente a companhia bananeira. É que assim que foi divulgado o acordo, o senhor Brown enganchou no trem seu suntuoso vagão de vidro e desapareceu de Macondo junto com os representantes mais conhecidos da sua empresa. Aconteceu, porém, que vários operários encontraram um deles no sábado seguinte num bordel, e fizeram com que assinasse uma cópia do documento de petições quando estava nu com a mulher que se prestou a levá-lo à armadilha. Os enlutados advogados demonstraram em juízo que aquele homem não tinha nada a ver com a companhia, e para que ninguém pusesse em dúvida seus argumentos fizeram com que o usurpador fosse preso. Mais tarde, o senhor Brown foi surpreendido viajando incógnito num vagão de terceira classe, e fizeram com que assinasse outra cópia do documento de petições. No dia seguinte compareceu diante dos juízes com os cabelos pintados de negro e falando um castelhano sem tropeços. Os advogados demonstraram que não era o senhor Jack Brown, superintendente da companhia e nascido em Prattville, Alabama, e sim um inofensivo vendedor de plantas medicinais, nascido em Macondo e ali mesmo batizado com o nome de Dagoberto Fonseca. Pouco depois, diante de uma nova tentativa dos trabalhadores, os advogados exibiram em lugares públicos o certificado de função do senhor Brown, autenticado por cônsules e chanceleres, e no qual se dava fé de que no dia nove de junho próximo passado ele havia sido atropelado em Chicago por um carro dos bombeiros. Cansados daquele delírio hermenêutico, os trabalhadores repudiaram as autoridades de Macondo e elevaram suas queixas aos tribunais supremos. E foi lá que os ilusionistas do direito demonstraram que as reclamações careciam de qualquer valor, simplesmente porque a companhia bananeira não tinha, nem tivera jamais, trabalhadores a seu serviço, mas os recrutava ocasionalmente e em caráter temporário. Portanto, desbaratou-se a patranha do presunto da Virginia, das pílulas milagrosas e das retretes natalinas, e estabeleceu-se por decisão do tribunal, e se proclamou em decretos solenes, a inexistência dos trabalhadores. (MÁRQUEZ, 2010, p. 335-336)

Como e por que o Poder Soberano persistiu nos princípios dos grandes códigos jurídicos, mesmo após a queda do último imperador? Foucault elabora a resposta assumindo que essa permanência tem relação com as duas funções que esse poder passou a exercer na modernidade. Segundo ele, o poder soberano subsistiu sendo um instrumento crítico contra a monarquia, operando “contra todos os obstáculos que podiam opor-se ao desenvolvimento da sociedade disciplinar” (FOUCAULT, 2010, p. 32); por outro lado, os mecanismos soberanos que atuam na sociedade moderna – os princípios, a doutrina e os códigos jurídicos –, ajudaram a sobrepor e enuviar os vestígios de dominação do poder disciplinar. Nas palavras de Foucault, “os sistemas jurídicos [...] permitiram uma democratização da soberania, [...] no mesmo momento, na medida em que e porque essa democratização da soberania se encontrava lastrada em profundidade pelos mecanismos da coerção disciplinar” (2010, p. 32).

As sociedades modernas, portanto, a partir do século XIX, convivem com múltiplas formas de coerção, de sujeição, de dominação: uma que regula as relações sociais de forma descontínua, a partir da soberania do Estado; outras que incidem sobre os corpos ou sobre as populações (biopolítica), a partir da imposição, muitas vezes imperceptível, de coerções disciplinares.

Na passagem do século XVIII para o século XIX, as transformações históricas na Europa – a defenestração dos monarcas, o surgimento das repúblicas, a criação dos códigos jurídicos e, principalmente, a revolução industrial – rearticularam as forças produtivas atuantes naquelas sociedades e, como resultado, reordenaram os mecanismos de controle existentes até então. Surge, ou podemos dizer, é criada, pela primeira vez na história, segundo Michel Foucault, uma forma de exercício de poder fora do modelo do Leviatã<sup>106</sup>.

Diferentemente do poder soberano, o poder disciplinar é uma técnica de sujeição que incide sobre os corpos e se utiliza, para isso, de uma tecnologia própria de controle, uma economia de forças que atuam sobre o indivíduo, controlando-o continuamente. Segundo o professor Roberto Machado<sup>107</sup>, no prefácio do livro *Microfísica do Poder* (197), de Michel Foucault,

[...] é importante notar que ela nem é um aparelho, nem uma instituição na medida em que funciona como rede que as atravessa sem se limitar a suas fronteiras. Mas a diferença não é apenas de extensão, mas de natureza. Ela é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade...” É o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista. (1979, p. XVII)

O poder disciplinar é uma tecnologia da dominação desenvolvida – assim como foram desenvolvidas todas as máquinas à vapor do século XVIII – para atender as necessidades da reordenação – no período da Revolução Industrial até os dias de hoje – das estruturas sociais:

Ligada à explosão demográfica do século XVIII e ao crescimento do aparelho de produção, a dominação política do corpo que ela realiza responde à necessidade de sua utilização racional, intensa, máxima, em termos

<sup>106</sup> Livro escrito por Thomas Hobbes e publicado em 1651. Ele é intitulado em referência ao Leviatã bíblico. O autor analisa a estrutura da sociedade e do governo legítimo. É um estudo acerca da teoria do contrato social.

<sup>107</sup> Roberto Cabral de Melo Machado, mais conhecido como Roberto Machado foi um filósofo e professor universitário brasileiro. É um dos mais renomados pesquisadores da obra de Michel Foucault.

econômicos. Mas, por outro lado – e isso é um aspecto bastante importante da análise – o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característico do poder disciplinar. (FOUCAULT, 1979, p. XVIII)

Nasce, a partir de então, dessa nova conformação de forças e, ao mesmo tempo, como instrumento de controle, o que Michel Foucault denominou de “sociedade da normalização”. O aparecimento de novos saberes – medicina, psiquiatria – segue a lógica mercantilista e industrial, enquanto atende a necessidade das forças produtivas: de classificação, de regulação, de controle dos corpos, de controle do tempo; de exclusão daqueles que não se “encaixam” no processo de trabalho, daqueles que são indisciplinados, dos indóceis, dos anormais. A invenção dessa sociedade da normalização, pois, não é um efeito das “boas intenções” e da preocupação da burguesia com o indivíduo que opera suas máquinas,

[...] a burguesia não dá a menor importância para os loucos, mas os procedimentos de exclusão dos loucos produziram, liberaram, a partir do século XIX e mais uma vez segundo certas transformações, um lucro político, eventualmente até certa utilidade econômica, que solidificaram o sistema e o fizeram funcionar no conjunto. A burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder que incide sobre os loucos; a burguesia não se interessa pela sexualidade da criança, mas pelo sistema de poder que controla a sexualidade da criança. A burguesia não dá a menor importância aos delinquentes, à punição ou à reinserção deles, que não têm economicamente muito interesse. Em compensação, do conjunto dos mecanismos pelos quais o delinquente é controlado, seguido, punido, reformado, resulta, para a burguesia, um interesse que funciona no interior do sistema econômico-político geral. (2010, p. 29)

Desde o surgimento dessas ciências, há uma transformação na percepção daquilo que antes era sujeito. Uma mudança semiótica tão profunda, que alterou, de certo modo, até mesmo, os dispositivos soberanos. “Não é mais um sujeito jurídico que os magistrados, os jurados, têm diante de si, mas um objeto: o objeto de uma tecnologia e de um saber de reparação, de readaptação, de reinserção, de correção” (FOUCAULT, 2010b, p. 18).

Esses novos mecanismos de controle agem sobre os corpos – categorizando, agrupando, eliminando – e sobre como se comportam,

É um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia do poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia do que as sujeita.” (FOUCAULT, 2010, p. 31)

Por fim, é necessário compreender que o poder disciplinar é alheio à forma da soberania, coexistindo com ela, mas alternando seus mecanismos de sujeição sob os corpos dos indivíduos. “O poder se exerce, nas sociedades modernas, através, a partir do e no próprio jogo dessa heterogeneidade entre um direito público da soberania e uma mecânica polimorfa da disciplina” (FOUCAULT, 2010, p. 33). Segundo Michel Foucault,

Temos, pois, nas sociedade modernas, a partir do século XIX até os nossos dias, de um lado uma legislação, um discurso, uma organização do direito público articulados em torno do princípio da soberania do corpo social e da delegação, por cada qual, de sua soberania ao Estado; e depois temos, ao mesmo tempo, uma trama cerrada de coerções disciplinares que garante, de fato, a coesão desse mesmo corpo social. Ora, essa trama não pode de modo alguma ser transcrita nesse direito, que é, porém, seu acompanhamento necessário. Um direito da soberania, e uma mecânica da disciplina: é entre dois limites, creio eu, que se pratica o exercício do poder. (2010, p. 33)

Ou seja, podemos definir o poder disciplinar, a partir de um sistema panóptico<sup>108</sup>, de um mecanismo de controle eficiente ao ponto de controlar não apenas o comportamento, mas impor padrões, vigiar as condutas, governar as intenções, alterar e reformular a própria compreensão da realidade: fazendo crer que dois mais dois são cinco<sup>109</sup>.

Enquanto o poder disciplinar é um mecanismo de sujeição do corpo, ou seja, do indivíduo, a biopolítica é uma estratégia de controle das populações. A dominação de um grupo por outro, ou mesmo por um tirano, não é uma política recente, mas a biopolítica é um experimento singular na história da humanidade. Nessa nova economia do poder, a vida que interessa normalizar não é a vida do corpo, mas o corpo da população, a vida social,

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico. (FOUCAULT, 2010, p. 201-202)

Diferentemente do efeito do poder soberano sobre a vida, melhor dizendo, do poder que o soberano exerce sobre a vida dos seus súditos, segundo Michel Foucault, “um direito de fazer

---

<sup>108</sup> É um termo utilizado para designar uma penitenciária ideal, concebida pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham em 1785, que permitiria a um único vigilante observar todos os prisioneiros, controlá-los, discipliná-los.

<sup>109</sup> Referência a famosa frase do romance *1984*, de George Orwell: “Liberdade é a liberdade de dizer que dois mais dois são quatro”.

morrer ou deixar viver”, a biopolítica é uma maciça transformação do direito político do século XIX que “consistiu [...] em completar esse velho direito de soberania [...] com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modifica-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 202).

Esse novo exercício do poder político, contudo, não surgiu de repente. Pode ser observada no sistema jurídico e doutrinário desde o século XVII e, mais consistentemente, na segunda metade do século XVIII e durante o século XIX em diante. Em certo sentido, já está formulada no próprio contrato social. “É para poder viver que constituem um soberano” (FOUCAULT, 2010, p. 203). Segundo Foucault, o surgimento dessa nova tecnologia do poder não exclui a técnica disciplinar, mas a embute, a integra, a modifica parcialmente, utilizando-se dela. “Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes” (FOUCAULT, 2010, p. 204).

A biopolítica é, portanto, um conjunto de processos de controle – interdependentes de um conjunto de novos saberes – que surgem, na segunda metade do século XVIII, como resultado das questões geradas pelos problemas econômicos e políticos da época. Esses novos saberes nascem para combater o que se entendia como problema da superpopulação e das, resultantes, crises malthusianas<sup>110</sup>. A partir de então, foram desenvolvidas tecnologias para medir a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade e longevidade de uma população,

A partir daí [...], essa tecnologia de poder, essa biopolítica, vai implantar mecanismo que têm certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desse fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. [...] em suma de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida, mecanismos, como vocês veem, como os mecanismos disciplinares, destinados em suma a maximizar forças e a extraí-las, mas que passam por caminhos inteiramente diferentes. (FOUCAULT, 2010, p. 207)

---

<sup>110</sup> Segundo Thomas Robert Malthus o crescimento populacional superaria a oferta de alimentos, gerando fome e miséria no mundo todo.

O poder disciplinar e a biopolítica “estão em caminhos inteiramente diferentes” e em níveis diferentes, o que permite não se excluírem e poderem, até mesmo, articularem-se. Vejamos um exemplo dessa articulação: assim como na Europa, a América Latina reproduziu nos chãos de fábricas, nas penitenciárias, nas escolas, os mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, de controle do tempo, de docilidade e de adestramento. Enquanto isso, órgãos nacionais e internacionais, produziram extensos estudos sobre os benefícios do controle de natalidade em países subdesenvolvidos, regulações que foram, muitas vezes, impostas,

O que propõem os herdeiros de Malthus senão matar todos os futuros mendigos antes que nasçam? Robert MacNamara, o presidente do Banco Mundial que tinha sido presidente da Ford e Secretário da Defesa, afirma que a explosão demográfica constitui o maior obstáculo ao progresso da América Latina, e anuncia que o Banco Mundial, em seus empréstimos, dará preferência aos países que executarem planos de controle da natalidade. MacNamara constata, com lastima, que o cérebro dos pobres pensa 25 por cento menos, e os tecnocratas do Banco Mundial (que já nasceram) fazem zumbir os computadores e geram intrincados cálculos sobre as vantagens de não nascer. “Se um país em desenvolvimento, que tem uma renda média *per capita* de 150 a 200 dólares anuais, puder reduzir sua fertilidade em 50 por cento, num período de 25 anos, ao cabo de 30 anos sua renda *per capita*, quando menos, será 40 por cento superior ao nível que teria alcançado sem reduzir os nascimentos, e duas vezes maior ao cabo de 60 anos”, assegura um dos documentos do organismo. Tornou-se célebre a frase de Lyndon Johnson: “Cinco dólares investidos contra o crescimento da população são mais eficazes que 100 investidos no crescimento econômico”. Dwight Eisenhower prognosticou que, se os habitantes da terra continuarem a se multiplicar no mesmo ritmo, não se aguçará o perigo da revolução como também se produzirá “uma degradação no nível de vida de todos os povos, o nosso inclusive”. (GALEANO, 2013, p. 22)

Em resumo, o latino-americano vive – não só ele, é bem verdade, mas também ele – em uma sociedade que o governa, domina e sujeita pelos múltiplos mecanismos de poder: através dos sistemas jurídicos, o poder soberano; através do processo de normalização do corpo, o poder disciplinar; e através da regulação dos povos, a biopolítica. “Quero dizer o seguinte: numa sociedade como a nossa – mas, afinal de contas, em qualquer sociedade, múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social” (FOUCAULT, 2010, p. 220)

Nos próximos capítulos, iremos nos ocupar da relação entre os discursos de verdade e o exercício de poder, além disso, vamos investigar os influxos desse poder, a partir dos enunciados literários, na formação da cultura e da identidade latino-americana. Por hora, basta dizer, de forma muito preliminar, que não “[...] há exercício de poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos

pelo poder à produção de verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade” (FOUCAULT, 2010, p. 22).

#### 4. AQUI JAZEM: Macondo e a América Latina

##### 4.1. “É MAIS FÁCIL IMAGINAR O FIM DE MACONDO E DA AMÉRICA LATINA DO QUE O FIM DO CAPITALISMO”<sup>111</sup>

O romancista e autor do livro *Cem anos de solidão* (2010), Gabriel García Márquez, nasceu em 06 de março de 1927, em Aracataca, na Colômbia, e morreu em 17 de abril de 2014, na Cidade do México. Gabo, como é internacionalmente conhecido, foi influenciado decisivamente por seus avós maternos, Doña Tranquilina Iguarán e o coronel Nicolás Ricardo Márquez Mejía, com quem viveu sua primeira infância: a tradição oral, lendas e mitos latino-americanos, transmitido por eles, povoaria as novelas “garcianas” desde *La Hojarasca*<sup>112</sup> até *Memórias de minhas putas tristes*, seu último romance<sup>113</sup>. Segundo o professor em história da América Latina, Felipe de Paula Góis Vieira<sup>114</sup>,

Gabriel García Márquez é considerado um dos grandes expoentes do chamado “realismo mágico”, um dos muitos sintagmas utilizados pelos críticos para se referir a um determinado tipo de literatura que congrega a descrição realista a um senso de “mistério” e “adivinhação poética da realidade”. Em outras palavras, a literatura enquadrada dentro desse selo analítico costuma inserir em seu enredo e no desenvolvimento de seus personagens elementos “fantásticos” ou “maravilhosos”, percebidos na trama como parte constituinte da realidade ou da “normalidade”. A expressão foi utilizada pela primeira vez, para se referir à literatura hispano-americana do século XX, nos textos *Letras y hombres de Venezuela* (1948), de Uslar Pietri, e *Magical Realism in Spanish American* (1954), do crítico mexicano Angel Flores. Com o tempo, o debate sobre a funcionalidade do conceito se expandiu e outros termos foram utilizados para se referir a esse tipo de narrativa (o real maravilhoso americano, a literatura fantástica, o barroco e o neobarroco). (VIEIRA, 2017, p. 3)

*Cem anos de solidão* (2010), o celebrado romance do escritor colombiano – escrito em 1965 e publicada em maio de 1967 pela editora argentina Editorial Sudamericana – é considerado, por muitos, o mais importante romance da literatura hispano-americana. Contudo, é mais que isso. É a mimeses da tragédia, da derrota da América Latina,

<sup>111</sup> Uma referência ao título do livro *Capitalismo realista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?*, de Mark Fisher.

<sup>112</sup> Primeira novela publicada pelo autor, em 1955, aos 28 anos.

<sup>113</sup> No dia 28 de abril 2023, a editora Random House confirmou o lançamento, para 2024, do romance *En Agosto Nos Vemos*, livro inédito de Gabriel García Márquez, publicado dez anos depois de sua morte.

<sup>114</sup> Doutor, em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), especialista em História da América, História Intelectual, literatura hispano-americana, realismo mágico, Gabriel García Márquez.

[...] Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina inteira, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implicada na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. (GALEANO, 2013, p. 19)

A obra do ganhador do prêmio Nobel de 1982 é, portanto, uma releitura dos feitos, dos heróis celebrados e dos esquecidos; uma memória das guerras de libertação, das mortes, da sujeição, da violência imposta pelo poder; uma ilustração do subdesenvolvimento, da miséria e das pestes que assolam este continente. Afinal, na América Latina, como “de costume, a exploração expandiu a fome” (GALEANO, 2013, p. 94).

*Cem anos de solidão* (2010) é também uma metáfora da existência humana – do inexorável determinismo que governa a vida e a morte, da solidão congênita que acompanha o homem desde o nascer e segue com ele aos confins do túmulo, da debilidade ante a potência incontrolável da natureza e dos instintos – e da condição universal, revelada através da história da geração e corrupção dos personagens da cidade fictícia de Macondo e, principalmente, da estirpe dos Buendía.

O *corpus* dessa investigação narra, a partir de um enunciador em terceira pessoa, em um tempo mítico, os feitos das sete gerações da família Buendía. Ao mesmo tempo, acompanha a fundação e a destruição da cidade de Macondo, espaço onde a trama se desenrola.

Os primos, José Arcadio Buendía e Úrsula Iguarán, patriarca e matriarca da família Buendía, casaram-se, mas não contraíram núpcias, amedrontados pelos agouros: presságios de que seus filhos poderiam nascer com rabo de porco<sup>115</sup>.

Prudêncio Aguiar, inimigo de José Arcadio Buendía, espalha que o casal, temendo a profecia, não havia consumado o casamento. Enfurecido pelo boato, José Arcadio Buendía assassina Prudêncio Aguiar. Após o crime, passa a ser assombrado pelo espectro do inimigo morto.

José Arcadio Buendía e Úrsula fogem – seguidos por outras famílias – e, na peregrinação, buscam um novo lar. O patriarca, em sua caravana, sonha com espelhos, com paredes e, ao acordar, decide povoar o espaço inóspito que o circunda. “Macondo era então uma

---

<sup>115</sup> Segundo um mito difundido em toda América Latina, filhos de primos legítimos podem nascer com rabos. Apesar do mito não ser real, estudos na área de genética descobriram que há maiores riscos de deformidade no feto de filhos de casais que possuem parentescos biológicos, exemplo: primo e prima. Em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63217911>

aldeia de vinte casas de pau a pique e telhados de sapé construídas na beira de um rio de águas diáfanas que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes como ovos pré-históricos” (MÁRQUEZ, 2010 p. 43).

Nascem os três primeiros descendentes de José Arcadio Buendía e Úrsula Iguaran: José Arcadio, Aureliano e Amaranta. Esses nomes carregam consigo personalidades bem definidas e irão se repetir nas gerações seguintes.

Com o crescimento da cidade de Macondo, José Arcadio Buendía – reconhecido pelos demais moradores como uma espécie de liderança – empreende relações com outros povoados e outras culturas – são os primeiros casos de interculturalidade<sup>116</sup> e transculturalidade<sup>117</sup> na obra.

Outro personagem importante e que irá atravessar todo o romance, é o cigano Melquíades: um dos primeiros “estrangeiros” de Macondo. É através dele que José Arcadio Buendía terá contato com a ciência e a tecnologia – apesar do cigano ser, contraditoriamente, um arquétipo<sup>118</sup> do mundo místico.

Rebeca, uma criança órfã, enviada pela antiga aldeia de José Arcadio Buendía e Úrsula Iguarã, chega a Macondo trazendo consigo a epidemia do esquecimento, causada pela peste da insônia. Os efeitos da moléstia foram tão devastadores que era necessário etiquetar os objetos para não esquecerem seus nomes. Precisou que Melquíades regressasse da morte com um elixir mágico para que a memória fosse reestabelecida. Nesse tempo, o cigano é convidado a morar na casa dos Buendía e, por gratidão, escreve alguns pergaminhos que só poderão ser decifrados cem anos depois.

Os dois episódios seguintes, “a guerra civil” e “a greve da companhia bananeira”, são registros literários de fatos históricos.

Em *Cem anos de solidão* (2010), enquanto parte da população de Macondo marcha contra o regime conservador, sob o comando do Coronel Aureliano Buendía, Arcádio – neto de José Arcadio Buendía – toma o governo da cidade e se torna um autocrata. Em termo Semióticos os dois almejam conquistar o mesmo valor; mas para um, José Arcádio, a sorte, mesmo que momentânea, sorriu, enquanto para o outro, Coronel Aureliano Buendía, ausentou-se. Arcádio toma o poder e institui uma autocracia na antiga vila, ao passo que o Coronel Aureliano Buendía encarna um personagem conhecido da história da América Latina, o melancólico idealista das

<sup>116</sup> É o estabelecimento de critérios culturais comuns, possíveis através da comunicação; ou seja, quando uma cultura assume pacificamente e voluntariamente características de outra cultura.

<sup>117</sup> Implica o enfrentamento entre duas culturas, que pode gerar crises ou indiferença. Ou seja, quando uma cultura de maior alcance tecnológico, por exemplo, quer sobrepor uma cultura subdesenvolvida e gera conflito.

<sup>118</sup> No sentido de “modelo” de personagem místico.

lutas pela libertação que nunca obtém seu objeto de valor. Nos dois casos, o “poder” transita, marca, transforma os corpos e funda saberes. Leiamos um trecho da obra que exemplifica o argumento,

O coronel Aureliano Buendía promoveu trinta e duas rebeliões armadas e perdeu todas. Teve dezessete filhos varões de dezessete mulheres diferentes, que foram exterminados um atrás do outro numa noite, antes que o mais velho fizesse trinta e cinco anos. Escapou de catorze atentados, setenta e três emboscadas e de um pelotão de fuzilamento. Sobreviveu a uma dose de estricnina no café que teria sido suficiente para matar um cavalo. Recusou a Ordem do Mérito outorgada pelo presidente da república. Chegou a ser comandante geral das forças revolucionárias, com jurisdição e mando de uma fronteira à outra, e o homem mais temido pelo governo, mas jamais permitiu que fizessem uma fotografia sua. Declinou da pensão vitalícia que lhe ofereceram depois da guerra e até a velhice viveu dos peixinhos de ouro que fabricava em sua oficina de Macondo. Embora tenha lutado sempre à frente dos seus homens, o único ferimento que sofreu foi feito por ele mesmo depois de assinar a capitulação da Neerlândia, que pôs fim a quase vinte anos de guerras civis. Disparou um tiro de pistola no próprio peito e o projétil saiu pelas costas sem atingir nenhum órgão vital. A única coisa que ficou disso tudo foi uma rua com o seu nome em Macondo. (MÁRQUEZ, 2010, p.144)

Macondo se converte com o passar dos anos num centro econômico e cultural da região, atraindo mais fábricas, tecnologias e pessoas. Nessa época surge o trem, o telégrafo, o gramofone e o cinema. A prosperidade da família Buendía se confunde com a da cidade. Instala-se, então, em Macondo, a companhia bananeira<sup>119</sup>. Uma empresa exportadora de bananas e exploradora do trabalho nativo.

Cansados de serem explorados, os trabalhadores da companhia bananeira irrompem uma greve que termina com uma ação brutal do exército: os números de mortos não foram divulgados e a memória do massacre foi se apagando lentamente, até não haver mais vestígios<sup>120</sup>.

Macondo sucumbiu as chuvas que se prologaram por “quatro anos, onze meses e dois dias”. Ao fim desse longo inverno, Úrsula morre e nasce o último membro da estirpe dos Buendía: Aureliano Babilônia.

---

<sup>119</sup> Na história da América Latina, trata-se da *United Fruit Company* (UFC) (1899-1970). Uma multinacional norte-americana que se destacou na produção e no comércio de frutas tropicais (especialmente bananas e abacaxis) em plantações, principalmente na América Latina. A companhia também servia de apoio à CIA e auxiliou golpes de Estado em todo continente.

<sup>120</sup> O episódio conhecido como “massacre da companhia bananeira” é um fato real, ocorrido na Colômbia, em 06 de dezembro de 1928, e que foi retratado no romance *Cem anos de solidão* (2010).

Em um final apocalíptico, Macondo é então uma cidade devastada pela miséria. E enquanto Aureliano tenta decifrar os pergaminhos de Melquíades, apaixonou-se por sua tia Amaranta Úrsula.

Cumpra-se a profecia.

Da relação entre eles nasce uma criança com rabo de porco. Amaranta morre no parto. O menino é devorado pelas formigas.

Macondo é, por fim, arrasada pelos ventos que a varrerão da história e da memória: “porque as estirpes condenadas a cem anos de solidão não têm uma segunda oportunidade sobre a terra” (MÁRQUEZ, 2010, p. 447).

#### 4.2. “ENTÃO É ASSIM QUE A LIBERDADE MORRE, COM UM ESTRONDOSO APLAUSO”<sup>121</sup>: a tragédia da democracia depois de Macondo

Um presidente mortalmente enfermo exilado na Europa<sup>122</sup>, um democrata encurralado no Palácio de La Moneda<sup>123</sup>, um general ensimesmado na sua oficina de peixinhos de ouro<sup>124</sup>, um herói abandonado em seus últimos dias de vida<sup>125</sup>, representam o tamanho da solidão garciana<sup>126</sup>, mimetizam a dimensão da solidão latino-americana. O termo solidão, presente no título do *corpus* da pesquisa, e que aparece mais quarenta e cinco vezes no romance colombiano, carrega duas acepções. A primeira é uma condição, condenados a submissão; refugiados nas miseráveis comarcas da América Latina, periferia do mundo; marginalizados, estranhos ao olhar dos senhores do globo; ao povo latino tudo é negado, nada pertence a eles, nem o direito à terra, nem o direito à existência digna, nem o direito à vida. A segunda é uma negação, da morte; uma resistência sistêmica, que se estende da microfísica das relações sociais,

<sup>121</sup> Frase dita por Padmé Amidala, personagem do filme *Guerras nas Estrelas*, ao testemunhar o fim da República e a ascensão do Império.

<sup>122</sup> Personagem do conto, “Boa viagem, senhor presidente”, na obra *Doze contos peregrinos* (2009), de Gabriel García Márquez.

<sup>123</sup> Numa terrível madrugada, em 1973, tropas do Exército do Chile, comandadas pelo general Augusto Pinochet, golpearam, bombardearam, o Palácio de la Moneda, a procura do presidente, democraticamente eleito, Salvador Allende. Ele negou a renúncia e se entrincheirou no palácio presidencial do Chile. Morreu em combate naquele dia.

<sup>124</sup> Personagem do romance *Cem anos de solidão* (2010), o Coronel Aureliano Buendía travou inúmeras batalhas pela libertação do povo colombiano, perdeu todas. Esquecido, apagado da memória, terminou sua vida recolhido na oficina, em Macondo, onde produzia peixinhos dourados.

<sup>125</sup> Enredo do romance, *O general em seu labirinto* (2012), de Gabriel García Márquez, que narra, literariamente, os últimos dias de vida do libertador, El Libertador, Simón Bolívar, personagem histórico nas guerras de libertação dos povos latino-americanos.

<sup>126</sup> Em trecho do discurso A solidão da América Latina, pronunciado na cerimônia de entrega do Prêmio Nobel de Literatura, na Suécia, Gabriel García Márquez, ao falar da distância cultural entre a América Latina e a Europa, uma crítica ao eurocentrismo, declara: “Este é, amigos, o tamanho de nossa solidão”.

atravessa a cultura e se materializa na identidade desse povo; uma reação ao projeto de sociedade imposto, ao controle dos *corpus*, à política do “outro” sobre essas populações – sobre os povos “pré-colombianos”, “andinos”, “caribenhos”, “brasileiros”. Afinal, como nos ensina o professor e filósofo Abah Andrade<sup>127</sup> (2023), ao tentar elaborar o que denominou como fenomenologia da solidão,

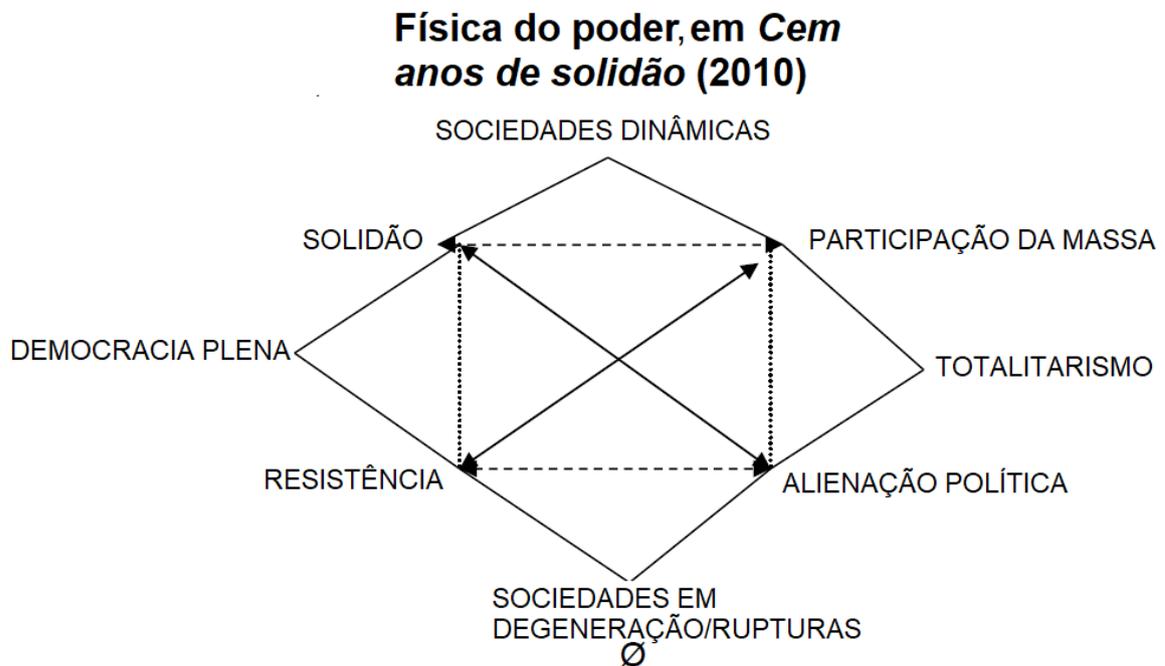
Ora, a nossa sociedade é uma sociedade do conhecimento. Isto quer dizer ao menos três coisas, além de marcar seu movimento interno de centrifugação: a ida do centro do “eu” para o “mundo” estabelecido ocorre sob o primado do conhecimento científico sobre os demais saberes; o primado da posse e da propriedade privada sobre a dádiva e o dispêndio improdutivo; e como tudo isso supõe guerra de conquista imperial, e a guerra é feita pelos machos fortes, o primado do másculo sobre o quanto pode ser pensado como emasculado ou feminino. Nesse contexto, tudo que alguém pode desejar só é encontrável fora dele: o saber; os bens; as honrarias de guerra (aí incluídas as mulheres como objetos em meio aos despojos da batalha). Quando, pois, o sujeito se vê nas portas da solidão, ele tem duas escolhas: ou sai de casa e se submete ao que está disponível, dando, com isso, sua contribuição pessoal para reforçar o tipo de sociedade à sua disposição; ou resiste um pouquinho mais, respira fundo e tenta ver o que acontece com o ficar só... É aí que o incômodo começa, e a sensação de morte aparece, apavora e dá a justa medida do quando é forte a força que o projeto de sociedade instituída comanda nossa imaginação desde dentro de nós mesmos. Como ela faz isso? O “eu” que está no sujeito é o mecanismo psíquico que instaura a própria sociedade na vida interior de cada um de nós. Quando alguém diz “eu”, coitadinho, ele não sabe, mas está dizendo “a sociedade imperialista” que vem sonhando dentro dele desde o final do terceiro milênio do Oriente próximo, e que não cessa de se reproduzir ainda hoje sob diversas formas, mas sempre com os três eixos fundamentais do primado do conhecimento especializado; da posse sobre a dádiva; da dominação masculina. O “eu” é um falo em nós: o cajado do pequeno rei, ou o próprio rei que cada um introjetou na sua vida, e que, dentro de nós, entra em alerta quando queremos resistir e encarar a solidão em um gesto de inusitada coragem. (2023, p. 44-45)

*Cem anos de solidão* (2010), guarda, desde o título, a tensão dialética que irá compor todo o romance. Todos os Buendía oscilam ou equilibram-se entre esses polos. A obra, como veremos, opera uma atualização no “octógono da cidadania” descrito alguns capítulos antes; a morte passa a ter um valor positivo, porque é sinônimo de resistência. “Não se trata, pois, de suicídio (assassinato de si), mas de egocídio (assassinato do eu): suicídio bem-sucedido porquanto não termina com nenhum prejuízo para o corpo” (ANDRADE, 2023, p. 5). Enquanto isso, a vida adquire valor negativo, já que se submete às estratégias do poder, quer dizer, da

---

<sup>127</sup> Doutor em filosofia e professor da Universidade Federal da Paraíba.

conquista de poder, à lógica do imperialismo, do mundo como objeto de acúmulo. Vejamos abaixo a ilustração da física do poder no romance analisado:



Em um lado desse octógono estão as lógicas da dominação, do controle, das ditaduras e do autoritarismo, e no outro, a resistência, a solidão e, conseqüentemente, a cidadania plena, a democracia plena. A solidão, no romance, por conseguinte, é uma forma de resistência, um retorno, um eterno retorno<sup>128</sup> ao Deus originário, ao mito, ao “eu” que ainda não conhece o egoísmo, ao *nous*<sup>129</sup>.

E é do princípio – mitológico, como é comum a todas as grandes narrativas humanas – que o narrador de *Cem anos de solidão* (2010) se ocupa nas primeiras linhas; quando o tempo, o espaço e os signos eram invenções que pareciam não ter donos. “O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome, e para mencioná-las era preciso apontar com o dedo” (MÁRQUEZ, 2010, p. 43).

<sup>128</sup> O mito do eterno retorno, segundo Nietzsche, apresenta uma visão distinta da imortalidade e das suas conseqüências morais, práticas.

<sup>129</sup> Termo filosófico grego que não possui uma tradução direta para a língua portuguesa, significa atividade do intelecto ou da razão, em oposição à atividade dos sentidos. Designa também, segundo Anaxágoras (499 a.C.-428 a.C.), o princípio cósmico inteligente, eterno e ilimitado, capaz de ordenar os elementos materiais que compõem o universo. No platonismo e aristotelismo, é a faculdade humana capaz de captar verdades fundamentais por uma via intuitiva, em oposição aos limites apresentados pelo pensamento meramente calcado na ciência e na discursividade; intelecto.

No livro *As astúcias da enunciação* (2016), Fiorin nos ensina que todas as sociedades “têm uma narrativa mítica para explicar a origem da linguagem e a diversidade das línguas” (2016, p. 10). E esse esforço de autoconstrução da raça humana, melhor, esse exercício de criação do humano, desde as deidades que irão cultuar até a cultura da qual irão se apropriar, esse exercício de concepção teleológica, mas antes, de geração ontológico e epistemológico, é uma tarefa, um trabalho, inicialmente artesanal, de edificação dos signos cardeais: os arquétipos<sup>130</sup>.

Na tradição judaico-cristã, as “duas categorias fundadoras do cosmo, do sentido, são a linguagem (primeiro relato da criação) e o trabalho (segunda narrativa)” (FIORIN, 2016, p. 11). E assim como o anjo de luz, o homem é um ser caído e sua queda o fadou a maldição, “às coerções dessas que são as três categorias enunciativas” (FIORIN, 2016, p. 13): o tempo, o espaço e actorialidade. O humano, pois, é um condenado, destinado a coabitar e ser coabitado por signos,

A queda marca a entrada do homem na História, ou seja, no tempo e no espaço não míticos, e que o ser humano sofrerá a condição humana. O castigo do homem é passar a sofrer o tempo (morrerá), o espaço (a natureza lhe será hostil) e a actorialidade (comerá o pão com o suor do rosto, dará a luz em meio à dor). (FIORIN, 2016, p. 12)

Os precursores de Macondo, seguindo José Arcadio Buendia e Úrsula Iguarán – os modelos junguianos do herói e da mãe – passam a realizar o “novo mundo”<sup>131</sup>, afastam-se, pelo menos parcialmente, do arbítrio da natureza, e sucumbem, também em parte, as determinações da cultura. Essa marcha em direção à ideia de sociedade, de “civilização”, está tracejada nos seguintes fragmentos do romance:

Desde os tempos da fundação, José Arcário Buendía construía alçapões e gaiolas. Em pouco tempo encheu de corrupções, canários, azulões e tiês-sangue não só a própria casa, mas todas as da aldeia. O concerto de tantos pássaros diferentes chegou a ser tão atordoante que Úrsula tapou os ouvidos com cera de abelha para não perder o senso de realidade. A primeira vez que a tribo de Melquíades chegou vendendo bolas de vidro para dor de cabeça, todo mundo se surpreendeu que eles tivessem conseguido encontrar aquela aldeia perdida no marasmo do pantanal, e os ciganos confessaram que tinham se orientado pelo canto dos pássaros. (MARQUEZ, 2010, p. 51)

---

<sup>130</sup> É um conceito da psicologia utilizado para representar padrões de comportamento associados a um personagem ou papel social.

<sup>131</sup> A América Latina.

O episódio marca, na obra, o avanço da humanidade sobre a natureza, essa porção do cosmo a ser dominada, a ser apreendida. Enquanto isso, a *phýsis* (Φύσις)<sup>132</sup>, impassível, perdura, persiste, subsiste, espraia-se por entre as tentativas inúteis de ser acalmada, imobilizada, detida.

Mito e natureza, ciência e história, portanto, confundem-se, entrelaçam-se; essas veredas por onde os humanos parecem ter se desencontrado no tempo, não estão absolutamente cindidas, como se aquelas fossem fósseis imprestáveis de antigas práticas; de fato, aquelas permanecem nestas, compõem o esqueleto destas, dando-lhes a sustentação, a fundação para se manterem em pé. Nas palavras da professora Marina Yagello:

O mito precede assim a ciência e a história e, enquanto a história avança e a ciência progride, o mito perpetua-se. Rejeitado para as margens, resta, no entanto, como pano de fundo do pensamento científico, aparecendo, assim, como o nível mais profundo e mais universal do pensamento, ao mesmo tempo que contribui para fazer a história. No fim das contas, o mito não diz *de outra maneira*, num outro, plano, *a mesma coisa* que a ciência? Não revela uma outra face da mesma verdade, realizando, assim, a fusão do imaginário e da razão, do *mýthos* e do *lógos*? (YAGELLO apud FIORIN, 2016, p. 14)

Atraídos pelos cânticos das aves, os ciganos de Melquíades trouxeram à primitiva vila de casas mais do que as mercadorias do velho mundo; arautos do capitalismo, instalaram em Macondo, a lógica do sistema de produção. Mais importante do que isso, contudo, é o que germinaram na cultura e na identidade daquele povo: o ovo da serpente<sup>133</sup>.

Macondo é atravessado pelo progresso que, por sua vez, é mediado pelo poder. Em *Cem anos de solidão* (2010) é possível distinguir as três formas dessa prática, desse exercício, em outras palavras, os três modos nos quais o poder se organiza, segundo Foucault: o Poder Soberano, o Poder Disciplinar e a Biopolítica.

O primeiro deles, o Poder Soberano, tem exercido sua influência, tem permeado as relações sociais da população de Macondo desde os seus fundadores. Passemos a analisar três episódios do romance que exteriorizam a dominação, a sujeição, a partir dessa prática do poder:

**No começo, José Arcádio Buendía era uma espécie de patriarca juvenil, que dava instruções para o plantio e conselhos para criar filhos e animais e colaborava com todos, inclusive no trabalho físico, para os avanços da**

<sup>132</sup> Natureza, em grego.

<sup>133</sup> Essa expressão é usada para se referir ao totalitarismo. Além disso, é o título de um filme de 1977, dirigido por Ingmar Bergman com Liv Ullmann, David Carradine.

**comunidade. E como sua casa foi desde o primeiro momento a melhor da aldeia, as outras foram arrumadas à sua imagem e semelhança.** Tinha uma salinha ampla e bem iluminada, uma sala de jantar na força de terraço com flores de cores alegres, dois dormitórios um quintal com uma castanheira gigantesca, um jardim bem plantado, com horta e pomar, e um curral onde viviam em comunidade pacífica os bodes, os porcos, e as galinhas. Os únicos animais proibidos não só na casa, mas na aldeia, eram os galos de briga.

[...] **José Arcádio Buendía, que era o homem mais empreendedor que a aldeia conheceu e jamais veria outro igual, havia disposto de tal modo a posição das casas que de todas elas era possível chegar ao rio e abastecer-se de água com o mesmo esforço, e traçou as ruas com tanta sabedoria que nenhuma casa recebia mais sol que a outra na hora do calor.** Em poucos anos, Macondo foi de aldeia mais arrumada e laboriosa que qualquer outra que seus 300 habitantes tivessem conhecido. Era de verdade uma aldeia feliz, onde ninguém tinha mais de trinta anos e onde ninguém tinha morrido. (MÁRQUEZ, 2010, p. 50-51, grifo nosso)

Nesse primeiro inserto, é possível discernir, em dois momentos, as incursões do poder soberano na física das relações. Enquanto no primeiro, José Arcádio Buendía é descrito como o “patriarca juvenil” que coordena a vida privada dos moradores de Macondo, no segundo, é retratado como “empreendedor”, como ordenador da vida pública, arranjando, a sua vontade, o posicionamento de todas as casas da aldeia.

O poder soberano é, por conseguinte, constituído de uma aparência régia, ou seja, não se confunde, atualmente, com a figura do rei, ou do monarca, ou das instituições; não é um corpo, pelo contrário, apropria-se dos corpos e das instituições para operar seu propósito, através das normas, das sanções, das punições e, em determinado período da história ocidental, dos suplícios. Nas palavras de Michel Foucault,

Que essa unidade do poder assuma a fisionomia do monarca ou a forma do Estado pouco importa; é dessa unidade do poder que vão derivar as diferentes formas, os aspectos, mecanismos e instituições de poder. A multiplicação dos poderes, entendidos como poderes políticos, só pode ser estabelecida e só pode funcionar a partir dessa unidade do poder, fundamentada pela teoria da soberania. Enfim, [...], parece-me que a teoria da soberania mostra, tenta mostrar, como um poder pode constituir-se não exatamente segundo a lei, mas segundo uma certa legitimidade fundamental, mas fundamental do que todas as leis, que é um tipo de lei geral de todas as leis e pode permitir às diferentes leis funcionarem como leis. (2010, p. 37-38)

Outro episódio representativo da teoria da soberania é a passagem que descreve o ímpeto autoritário de Arcádio Buendía. Encarregado pelo Coronel Aureliano Buendía da administração e da conservação de Macondo, Arcádio é seduzido pelo poder, digo, sente-se

seduzido pelo impulso em reproduzir as marcas do poder que se acumularam em sua memória, na sua cultura e na sua identidade. Leiamos o trecho:

— Deixamos Macondo em suas mãos — foi tudo que disse a Arcádio antes de ir embora. — E a deixamos bem, então trate de fazer que a encontremos ainda melhor quando voltarmos.

Arcádio deu uma interpretação muito pessoal à recomendação. Inventou para si mesmo um uniforme com galões e dragonas de marechal, inspirado nas gravuras de um livro de Melquíades, e dependurou no cinto o sabre com borlas douradas do capitão fuzilado. Instalou as duas peças de artilharia na entrada do povoado, uniformizou seus antigos alunos, exacerbados por seus discursos incendiários, e deixou-os vagar armados pelas ruas para dar aos forasteiros uma impressão de invulnerabilidade. Foi um truque de dois gumes, porque o governo não se atreveu a atacar o povoado durante dez meses, mas quando atacou foi com uma força tão desproporcional que liquidou a resistência em meia hora. Desde seu primeiro dia de mandato Arcádio revelou sua vocação para os decretos. Leu até quatro por dia, para ordenar e dispor tudo o que lhe passava pela cabeça. Implantou o serviço militar obrigatório a partir dos dezoito anos, declarou de utilidade pública os animais que transitavam pela rua depois das seis da tarde e impôs aos homens maiores de idade a obrigação de usar uma braçadeira vermelha. Enclausurou o padre Nicanor na casa paroquial, sob ameaça de fuzilamento, e proibiu-o de rezar missa e tocar os sinos a não ser para celebrar as vitórias dos liberais. Para que ninguém pusesse em dúvida a severidade de seus propósitos, mandou que um pelotão de fuzilamento treinasse na praça pública disparando contra uns espantalhos.

No começo ninguém o levou a sério. Eram, afinal de contas, os garotos da escola brincando de gente grande. Mas certa noite, quando Arcádio entrou na taberna de Catarino, o trompetista da banda saudou-o com um toque de fanfarra que provocou o riso da clientela, e Arcádio mandou fuzilá-lo por desrespeito à autoridade. Os que reclamaram, mandou botar a pão e água com os tornozelos num cepo que instalou numa sala da escola. “Você é um assassino!”, Úrsula gritava cada vez que ficava sabendo de alguma arbitrariedade. “Quando Aureliano souber vai fuzilar você e eu serei a primeira a me alegrar.” Mas foi tudo inútil. Arcádio continuou apertando os torniquetes de um rigor desnecessário, até se transformar no mais cruel dos governantes que Macondo jamais tinha conhecido. “Agora sofram com a diferença”, disse em certa ocasião dom Apolinar Moscote. “Esse é o paraíso liberal.” (MARQUEZ, 2010, p. 144-145)

Liberais e conservadores, andinos e caribenhos, nortistas, centristas e sulistas<sup>134</sup>, possuem um traço em comum na América Latina, a inclinação, a proficiência no manejo dos aparelhos de controle e sujeição. Essa competência, essa perícia, quase congênitas, é o resultado de séculos de experiências nos quais eles, o povo latino-americano, foram cobaias indistintas, objetos de pesquisas de um ensaio que não reconhecia diferenças culturais: a colonização e o novo imperialismo.

---

<sup>134</sup> No caso do Brasil.

O terceiro episódio desvela os dispositivos de poder empregados, os mecanismos de controle do Poder Soberano em funcionamento. Mas não apenas, antecipa, deixa antever, as novas técnicas, as inovadoras estratégias de controle, em vigor desde o advento do racionalismo das luzes:

O novo Aureliano fez um ano quando a tensão pública explodiu sem aviso algum. José Arcádio Segundo e outros dirigentes sindicais que até então tinham permanecido na clandestinidade apareceram intempestivamente um fim de semana e promoveram manifestações nas aldeias e povoados da zona bananeira. A polícia se conformou com vigiar a ordem. Mas na noite de segunda-feira os dirigentes foram arrancados de suas casas e mandados com grilhões de cinco quilos nos pés para o cárcere da capital provincial. Entre eles foram levados José Arcádio Segundo e Lorenzo Gavilán, um coronel da revolução mexicana, exilado em Macondo, que dizia ter sido testemunha do heroísmo de seu compadre Artemio Cruz. No entanto, antes que se passassem três meses estavam em liberdade, porque o governo e a companhia bananeira não conseguiram chegar a um acordo sobre quem deveria alimentá-los na cadeia. (MARQUEZ, 2010, p. 334-335)

O trecho denuncia, portanto, a violência com que o imperialista invade Macondo. Uma invasão que não se conformou em controlar os corpos através de mecanismos externos (o Poder Soberano), instituiu, inventou avançados dispositivos para sujeitá-los, docilizá-los por dentro. Nem os limites da cidade, nem os limites dos corpos foram suficientes, penetrou nas relações familiares, de trabalho, implodiu a antiga ordem, irrompeu laços conjugais, colapsou as estruturas provençais que atravancam o “progresso”, a eficiência, a otimização do lucro. Dito de outra maneira, inaugurou e instaurou uma nova rede de controle, cuidando de normalizar o indivíduo e as populações: o poder disciplinar e a biopolítica, respectivamente. O fragmento abaixo evidencia a lógica dessa estratégia:

Desta vez, o inconformismo dos trabalhadores se baseava na insalubridade das moradias, no engodo dos serviços médicos e na iniquidade das condições de trabalho. Afirmavam, além disso, que não eram pagos em dinheiro, mas com vales que só serviam para comprar presunto da Virginia nos armazéns da companhia. José Arcádio Segundo foi encarcerado porque revelou que o sistema dos vales era um recurso da companhia para financiar seus barcos fruteiros, pois se não fosse pela mercadoria dos armazéns teriam de vir vazios de Nova Orleans até os portos de embarque da banana. As outras acusações eram de domínio público. Os médicos da companhia não examinavam os doentes, mas os faziam ficar parados em fila indiana na frente dos dispensários e uma enfermeira punha em suas línguas uma pílula da cor do vitríolo azul, tivessem impaludismo, blenorragia ou constipação. Era uma terapêutica tão generalizada que as crianças entravam na fila várias vezes, e em vez de engolir

as pílulas as levavam para suas casas para marcar com elas os números cantados no jogo de víspera. (MÁRQUEZ, 2010, p. 335)

Ao processo que se inicia com a descoberta da razão – que poderíamos chamar de “primeira incursão do poder”, orquestrada pelo “Esclarecimento”<sup>135</sup>, o mesmo que empurrou ao mar os grandes navegadores do século XIV e XV – segue-se uma transformação no seio social, operada, desta feita, pelas transnacionais, alferes desalmados do poder – representada, no romance, pela Companhia Bananeira – que aportam em Macondo. Essa é “segunda incursão”. Os eventos transformaram não apenas a paisagem da antiga vila, fez seus moradores experimentarem uma colonização da esfera pública pela privada.

A “terceira incursão” e última, que irá desterrar, varrer da memória, “desde sempre e para sempre”, a “terra das pedras polidas”, é engendrada no nível da semiótica. O pergaminho a ser decifrado, alegoricamente, revela o último golpe: o controle total, de todos os aspectos da vida, de todos os níveis, desde a existência material até a existência sígnica. Afinal, o homem passa da natureza à cultura, do mito à história em razão da linguagem, é de se pressupor que saia da cultura e da história para o cataclismo e o fim por ação dela.

Essas “incursões” se relacionam, esperamos que tenha ficado claro, com as “feridas narcísicas”<sup>136</sup>, de Freud (2010). Enquanto a razão tira Macondo do centro do cosmo mítico, as transnacionais operam uma transformação na paisagem da cidade, ao ponto dos seus moradores não a reconhecerem. A vila deixa de ser a imagem e a semelhança do divino universal; caída, torna-se uma povoação promíscua, suja e fétida. Por último, o reconhecimento de si, ou melhor, a compreensão da incapacidade do homem perante o mistério sígnico; da impotência da solidão como estratégia de resistência, uma solidão que durou cem anos; encaminham Macondo e seu povo a destruição. Não há mais culturas e identidades possíveis em um mundo – semiosfera – absolutamente tomado<sup>137</sup>.

Isso não quer dizer que as duas primeiras incursões não tenham atuado nesse estrato. Ao contrário, a ideia importada do racionalismo e a imposição de um tipo de progresso pensado de fora, desde as primeiras linhas da obra, executaram transcódificações na cultura e na identidade dos seus personagens. O que de “novo” acontece na “terceira incursão” e a difere

---

<sup>135</sup> O Iluminismo.

<sup>136</sup> Segundo Freud (2010), a humanidade sofre três feridas mortais em seu narcisismo congênito. Primeiro, descobre-se periferia do sistema solar – a ferida cosmológica ou heliocêntrica. Depois, deixa de se reconhecer como imagem e semelhança de Deus – a ferida darwinista. E, por fim, o último e mais duro golpe, o homem deixa de ser o senhor de sua própria casa – a ferida de natureza psicológica ou freudiana.

<sup>137</sup> O totalitarismo.

das demais é que o signo se reveste, assume feições, do poder totalizante capaz de frustrar o “ser em si” e inviabilizar o “ser social”.

Todo o resto – desde as torturas até os genocídios praticados por autocratas – são produtos dos signos míticos profanados. Ao se debruçar sobre o terror do holocausto descrito na obra do Primo Levi<sup>138</sup>, Rastier declara, o “[...] extermínio marca a erupção histórica de um mito brutal, adornado com os atributos da ciência: eugenia genética, darwinismo social e teoria do espaço vital, etc” (RASTIER, 2021, p. 380).

O indivíduo, a população, no romance de Gabriel García Márquez, caminham para o abismo. Interessantemente, um percurso que vai do mito ao mito. Mas não significa que termine como começou. A inocência sônica das primeiras linhas se apresenta incomensuravelmente diferente do mundo devastado das últimas horas. O signo, em *Cem anos de solidão* (2010) – na América Latina, mas não apenas – degenera-se.

Isso está em conformidade, como já explicamos antes, com a feição que a identidade latino-americana tomou. Talvez quem melhor illustre isso – em termos literários, claro – seja outro personagem de Gabriel García Márquez, um político caribenho, doente e exilado na Europa<sup>139</sup>:

O presidente suspirou. “Somos assim, e nada poderá redimir-nos”, disse. “Um continente concebido pela merda do mundo inteiro sem um instante de amor: filhos de raptos, violações, de tratos infames, de enganos, de inimigos com inimigos.” Enfrentou os olhos africanos de Lázara, que o examinavam sem piedade, e tentou amansá-la com sua lábia de velho professor.  
- A palavra mestiçagem significa misturar as lágrimas com o sangue que corre. O que se pode esperar de semelhante beberagem? (MARQUEZ, 2009, p. 42)

Enfim, em *Cem anos de solidão* (2010), a identidade e a cultura latino-americanas, encarnadas na estirpe dos Buendía, travam batalhas prometeicas, persistem, como é próprio do “ser” que não se sujeita, resistem na solidão, morrem, mas sua morte possui um valor positivo, porque é a morte do ego, o egocídio. Viver seria sucumbir ao nacionalismo, descer aos porões do autoritarismo, e, por fim, ao apagamento do “eu”, ao Totalitarismo. Não o “eu” egocêntrico (esse vive), mas sim o “eu” que não busca mais reconciliar-se com o divino (sem Deus)<sup>140</sup>.

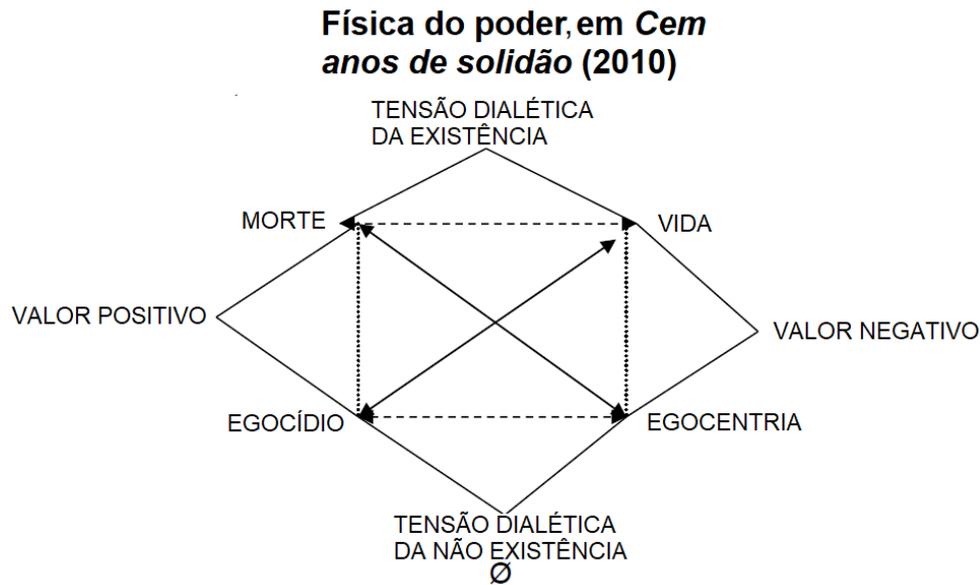
<sup>138</sup> Primo Levi foi um químico e escritor italiano. Escreveu memórias, contos, poemas e novelas. É mais conhecido por seu trabalho sobre o Holocausto, em particular, por ter sido um prisioneiro em Auschwitz-Birkenau.

<sup>139</sup> No conto Boa viagem, senhor presidente, do livro Doze contos Peregrinos (2009).

<sup>140</sup> Aqui, “divino” não faz referência a um ser onipresente e onipotente, a determinada deidade cristã ou mulçumana; e sim a um *nous*, uma razão, como queiram chamar, anterior ao homem, que congrega todo o cosmos, o mito, os deuses e todo o conhecimento.

Nesse sentido, nos ensina Rastier, ao tratar do problema de pertencimento cultural na tradução de obras, que “[...] uma cultura vale especialmente, por aquilo de que ela se apropria, ou que ela restitui. Em seu último estágio, o nacionalismo não traduz, ele queima as obras estrangeiras, traduzi-las é subtraí-las do fogo” (RASTIER, 2015, p. 25).

No nosso *corpus*, a física do poder, corresponde a uma tensão dialética da existência (política, social, cultural) que pode ser expressada pelo seguinte octógono semiótico:



A física do poder é dialética, sígnica e quântica; ou seja, permite o antagonismo de forças, melhor dizendo, precisa deles, como fica evidente no octógono acima, opera no nível da semiosfera, desde a capilaridade das relações até o centro e não exclui nenhum sistema de sujeição, de dominação, de controle. A normalização dos corpos, das condutas, através da criação de saberes – o saber psiquiátrico, por exemplo; a conformação das instituições em instituições disciplinares – a família, a escola, o hospital, as forças armadas; dividem lugar com o antigo poder soberano. O fragmento abaixo ilustra, no *corpus*, o poder disciplinar em exercício:

Aquele espírito de iniciativa social desapareceu em pouco tempo, arrastado pela febre dos ímãs, dos cálculos astronômicos, dos sonhos de transmutação e das ânsias de conhecer as maravilhas do mundo. De empreendedor e limpo, José Arcádio Buendía transformou-se num homem de aspecto folgazão, descuidado no vestir, com uma barba selvagem que Úrsula conseguia aparar a duras penas com uma faca de cozinha. Não faltou quem o considerasse vítima de algum estranho sortilégio. Mas até os mais convencidos de sua loucura abandonaram trabalho e famílias para segui-lo quando jogou sobre os

ombros suas ferramentas de desbastar matos e bosques e pediu a participação de todos para abrir uma picada que pusesse Macondo em contato com os grandes inventos. (MÁRQUEZ, 2023, p. 51-52)

As lutas pela libertação, as guerras civis, o discurso de guerra, os tiranos luciferinos, os governantes depostos, os heróis trágicos, atravessam o palco do enredo, em *Cem anos de solidão* (2010), mas não são as forças de toque que iniciam o movimento dessacralizante – ou seja, transmutam o mito em secular – ou que condena os Buendía e todo o povo de Macondo ao “desterro da memória dos homens”. A força que atravessa, que impulsiona e que extermina “a cidade dos espelhos (ou das miragens)” é o poder disciplinar e biopolítico, o terror ao anormal, ao doente, ao diferente. José Arcádio Buendía e Úrsula Iguarán fundam Macondo enquanto fogem do seu destino – por serem primos, temiam terem um filho com rabo de porco, isso gera um conflito que leva o “patriarca da solidão” a cometer um homicídio –, mas predestinados ao cataclisma, consumam suas sinas cem anos depois. A catástrofe era iminente, estava escrita, foi prenunciada, “não havia caminhos de regresso”. Do mito a outro mito, sem redenção, os Buendia foram consumidos. Vejamos dois fragmentos do romance que deixam isso claro. No primeiro, temos demonstrada a preocupação inicial dos protagonistas – segundo os mitos familiares, o casamento de primos poderia gerar filhos com calda de animal:

“Não me importa ter leitõezinhos, desde que consigam falar.” E assim se casaram com uma festa de banda e rojões que durou três dias. Teriam sido felizes desde então se a mãe de Úrsula não a houvesse aterrorizado com tudo que é tipo de prognóstico sinistro sobre sua descendência, a ponto de conseguir que ela se recusasse a consumir o matrimônio. Temendo que o corpulento e voluntarioso marido a violasse adormecida, Úrsula vestia, antes de dormir, uma calça rudimentar que sua mãe tinha fabricado com lona de veleiro e reforçara por um sistema de correias entrecruzadas, que se fechava pela frente com uma grossa fivela de ferro. Assim ficaram vários meses. Durante o dia, ele pastoreava seus galos de briga e ela bordava no bastidor da mãe. Durante a noite, se enredavam e engalfinhavam várias horas com uma ansiosa violência que já parecia um substituto do ato de amor, até que a intuição popular farejou que alguma coisa irregular estava acontecendo, e soltou o rumor de que Úrsula continuava virgem um ano depois de casada porque seu marido era impotente. José Arcádio Buendía foi o último a ficar sabendo daquele rumor. (MÁRQUEZ, 2010, p. 62-63)

Já no segundo fragmento, cumpre-se a profecia do pergaminho, realiza-se o mito que irá eliminar, como em um apocalipse pré-colombiano, a raça dos homens e mulheres de Macondo:

— Não — o marido contradisse. — Vai se chamar Aureliano e ganhará trinta e duas guerras.

Depois de cortar-lhe o umbigo, a parteira se pôs a limpar com um pedaço de pano o unguento azul que cobria seu corpo, iluminada por Aureliano com uma lâmpada. Só quando o viraram de barriga para baixo perceberam que tinha algo mais do que o resto dos homens, e se inclinaram para examiná-lo. Era um rabo de porco.

Não se alarmaram. Aureliano e Amaranta Úrsula não conheciam o precedente familiar, nem recordavam as pavorosas admoestações de Úrsula, e a parteira acabou por tranquilizá-los com a suposição de que aquele rabo inútil poderia ser cortado quando o menino trocasse os dentes. (MÁRQUEZ, 2010, p. 442)

E apesar disso, a loucura esteve sempre ali, na esquina, à espreita, mas como um valor positivo; como resistência à normalização imposta, ao controle dos corpos. Afinal, nos ensina Rastier, o “[...] triunfo da insanidade rotineira, o extermínio não tem ponto de referência para avaliar a razão” (2021, p. 382)

“A razão é considerada morta”. A partir da afirmação de Louis-Ferdinand Céline e de tudo que foi apresentado até agora na nossa pesquisa, podemos, finalmente, extrair alguma conclusão – parcial, é verdade – acerca do problema que nos comprometemos enfrentar – a saber, como as escolhas enunciativas revelam, no romance *Cem anos de solidão* (2010), de Gabriel García Márquez, as estratégias do “poder” que construíram a “identidade” política e cultural autoritária da América Latina. Acreditamos, com um razoável grau certeza, a partir do romance e no romance, que a identidade latino-americana, que o autoritarismo que a define, que define suas instituições, é o resultado de microfissões sígnicas produzidas nas fronteiras dos sistemas – tensão entre culturas, por exemplo – que compõem a semiosfera do humano. A identidade do povo latino-americano é o produto de um dialogismo permanente, de uma tensão entre pólos antagônicos; resiste, com baixas, a ataques diretos, mas foi, aos poucos, sendo moldada pela violência simbólica da qual não conseguiu desviar.

Até agora, falamos sobre os poderes soberanos e disciplinares, sem tocar, ou pelo menos sem nos aprofundar, na biopolítica. Por ser um dispositivo recente da história do poder e porque produziu inúmeras vítimas na América Latina, preferimos tratar da biopolítica em um subtítulo à parte.

#### 4.3. MEMÓRIAS E PROFECIAS: dos cemitérios pré-colombianos às necrópoles pós-apocalipse

“Choveu durante quatro anos, onze meses e dois dias” (MARQUEZ, 2010, p. 349). Após o temporal, a Companhia Bananeira interrompeu suas atividades, causando, na cidade, um desalento maior do que a tormenta que passou. Macondo ficou em ruínas. Abandonada pelos ilusionistas do dinheiro, tornou-se uma terra devastada por intempéries, as do tempo e as dos homens. Assim como na vila mítica de “pedras que mais pareciam ovos de dinossauros”, o poder, quer dizer, as investidas do poder, transformaram a feição identitária do povo-latino americano. Já não são pré-colombianos, nem africanos, nem portugueses, nem espanhóis, nem de nenhum outro povo, são da “etnia dos que resistem”. Aprenderam a se reconhecer latino-americanos na dor, melhor, na dor das vítimas e dos sobreviventes. Isso é importante por causa do valor universal desses sujeitos e da premência da arte em um mundo desumanizado. Ao tratar do caso do Primo Levi, Rastier desenvolve essa ideia:

A prosa explica o que não pode ser entendido, a poesia compreende o que não pode ser explicado, porque tudo não pode ser dito da mesma maneira: a experiência do sobrevivente e a da vítima se completam. Levi como testemunha deve ter em conta a vítima que foi, o sobrevivente no qual ele habita. Além desse debate interno entre as duas metades dele próprio, as vítimas permitem que ele sobreviva hoje, tanto pelas provas que falam por elas, quanto pelos poemas que as fazem falar. (2021, p. 385)

Acontece que a América Latina foi precoce na prática de produzir vítimas e sobreviventes. Em números atuais, estima-se que os europeus assassinaram, desde 1492, mais de setenta milhões de nativos americanos. Nesse novo empreendimento do poder, a biopolítica assumiu um lugar de destaque nas redes de controle, acrescentando à fórmula da dominação a variável populacional. Segundo Foucault nos ensina, a biopolítica não veio para substituir os dispositivos anteriores, mas para complementá-los:

E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer. (2010, p. 202)

Macondo não ficou imune a essa nova economia do poder. Os rastros, os sinais de seu exercício, na maioria das vezes, solapados nas entrelinhas, assumem contornos definidos ao olhar atento. Ora inferidos, encobertos, ora expostos na sintaxe do texto, a lógica do poder atinge no romance e na América Latina, os mais recônditos cantos do corpo social. Analisemos o excerto abaixo:

Os trabalhadores da companhia eram amontoados em palhoças miseráveis. Os engenheiros, em vez de construir latrinas, levavam aos acampamentos, no Natal, uma retrete portátil para cada cinquenta pessoas, e faziam demonstrações públicas de como utilizá-las para que durassem mais. (MÁRQUEZ, 2010, p. 335)

A ironia do fragmento é proposital. O lucro, o poder, não se preocupam com a saúde dos seus funcionários, apenas com a perda dos seus ativos financeiros<sup>141</sup>.

O mais interessante desse episódio é que ele congrega e apresenta as três estratégias de poder em poucas linhas. Nessa narrativa, estão expostos o poder soberano – como demonstrado em páginas anteriores –, o poder disciplinar – atuando sobre o corpo através dos saberes médicos – e, finalmente, a biopolítica – incidindo, normalizando, disciplinado, higienizando os corpos, a população. Sobre a invenção desse último dispositivo, Foucault desenvolveu as seguintes considerações:

São esses fenômenos que se começam a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higienização pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação. De normalização e que adquire também o aspecto de companhia de aprendizado da higiene e de medicalização da população. (2010, p. 205)

Não é de se admirar que essas interferências externas tenham gerado repercussões no tecido identitário e na malha social desse povo. Naquele, ferrou o autoritarismo, nesse, fez irromper critérios disfuncionais de política. Esse fenômeno de raízes ancestrais ressoa no extremismo antidemocrático que emergiu recentemente na América Latina.

---

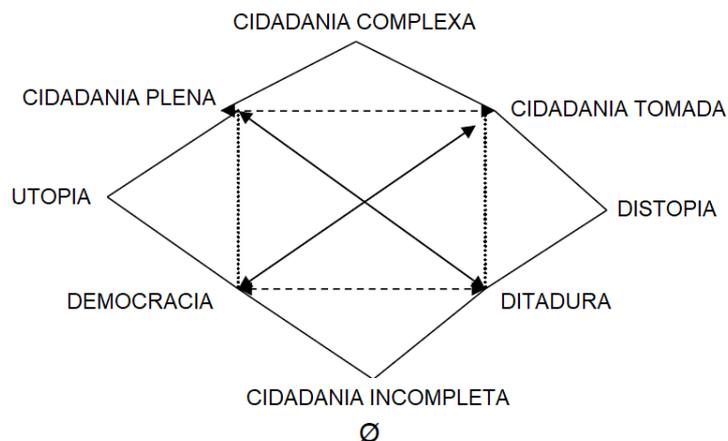
<sup>141</sup> Qualquer coisa que um investidor ou empresa possua e que possa ser convertida em dinheiro, seja tangível ou intangível.

Rastier nos alerta, ainda, sobre outro perigo nessa mesma esfera de sentidos, a naturalização da diferença: “os radicalismos políticos ou religiosos naturalizaram as diferenças para transformar os critérios de pertencimento em critérios morais” (2015, p. 18). O “outro” é visto, portanto, em termos foucaultianos, como um anormal, passível de ser anulado,

O preconceito de que uma cultura é uma totalidade fechada se apoia numa imagem falsa de identidade biológica e da cerca organizacional dos organismos vivos. As metáforas obsessivas do corpo social têm um duplo efeito. (i) Os alógenos tornam-se corpos estrangeiros a serem eliminados para a saúde do conjunto; o racismo “científico”, o instituto nazista de higiene social, as recentes purificações étnicas têm tomado, diversamente, este motivo. (ii) Os indivíduos são partes de um organismo social e, com este título, devem preencher sua função, sem nenhum grau de liberdade, nem de inovação. Muitas vezes invocada, a “tradição” pode ser tão somente opressão a mais. (RASTIER, 2015, p. 19)

Em *Cem anos de solidão* (2010), a microfísica do poder – a mesma que na América Latina atravessa os corpos e as populações, normalizando, disciplinando, docilizando os aspectos mais elementares, mais capilares de suas vidas –, projeta mais uma tensão dialética: em Macondo, vive-se uma cidadania complexa. Parafraseando o jornalista uruguaio Eduardo Galeano, o desenvolvimento desenvolve a desigualdade, amplia os vícios do espírito e aperfeiçoa as estratégias do poder. Visualizemos esse antagonismo de forças em um octógono semiótico

### Física do poder, em *Cem anos de solidão* (2010)



O povo de Macondo – e o povo latino-americano – ora é arrastado, ora se arrasta entre os polos da “cidadania plena” e da “cidadania tomada”. Alternando entre democracia e ditadura, a América Latina transitou, resistiu, persistiu, mesmo diante da incompletude de sua cidadania. A explicação para isso reside, provavelmente, na habilidade, herdada de seus ancestrais – um aprimoramento previsível, uma reação a essa “realidade descomunal”<sup>142</sup> – de sonhar, de imaginar, uma sociedade sem desigualdades. Como nos ensina professor Fiorin, a utopia – diferentemente do idealismo ingênuo – é uma necessidade:

O mito é uma explicação das origens do homem, do mundo, da linguagem; explica o sentido da vida, a morte, a dor, a condição humana. Vive porque responde à angústia do desconhecido, do inexplicável; dá sentido àquilo que não tem sentido. Enquanto a ciência não puder explicar a origem das coisas e o seu sentido, haverá lugar para o pensamento mítico. Será que esse ideal se tornará realidade um dia? Dificilmente. Como se dará conta dos novos anseios, dos novos desejos do ser humano? Precisamos das utopias que, sendo uma espécie de mito pré-construído, têm a função de organizar e de orientar o futuro” (2016, p. 9-10)

“Este é, amigos, o nó da nossa solidão”<sup>143</sup>. A barbárie se pretendeu universal nessa comarca banhada por sangue desde tempos imemoriais. Almejamos com esse trabalho, enfim – assim como no episódio do “único mistério jamais esclarecido em Macondo”, transcrito abaixo –, seguir o rastro de migalhas signícas até o caminho de regresso, o “eu em si”, “a utopia contrária” que porá a identidade latino-americana a salvo dos “donos do mundo”,

Era uma versão difícil de acreditar, mas não havia outra mais verossímil, e ninguém conseguiu imaginar um motivo para que Rebeca assassinasse o homem que a havia feito feliz. Esse foi talvez o único mistério jamais esclarecido em Macondo. Assim que José Arcádio fechou a porta do quarto, o estampido de um tiro de pistola retumbou pela casa. Um fio de sangue escorreu por debaixo da porta, atravessou a sala, saiu à rua, continuou seu curso direto pelas calçadas desiguais, desceu escadarias e subiu parapeitos, passou ao largo da Rua dos Turcos, dobrou uma esquina à direita e outra à esquerda, girou em ângulo reto na frente da casa dos Buendía, passou por debaixo da porta fechada, atravessou a sala de visitas grudado no rodapé das paredes para não manchar as tapeçarias, continuou pela outra sala, driblou numa ampla curva a mesa da sala de jantar, avançou pela varanda das begônias e passou sem ser visto por baixo da cadeira de Amaranta, que dava uma aula de aritmética para Aureliano José, e se meteu pela despensa e apareceu na cozinha onde Úrsula se preparava para quebrar trinta e seis ovos para o pão.  
— Ave Maria Puríssima! — gritou Úrsula.  
Seguiu o fio de sangue em sentido contrário, e à procura de sua origem atravessou a despensa, passou pela varanda das begônias onde Aureliano José

<sup>142</sup> Expressão usada por Gabriel García Márquez, no discurso do prêmio Nobel de Literatura.

<sup>143</sup> Outra expressão do mesmo discurso.

cantava que três e três são seis e seis e três são nove, e atravessou a sala de jantar e a sala de visitas e continuou em linha reta pela rua, e depois dobrou à direita e em seguida à esquerda até a Rua dos Turcos, sem nem lembrar que usava o avental de cozinha e as pantufas caseiras, e saiu para a praça e entrou pela porta de uma casa onde não havia estado nunca, e empurrou a porta do quarto e quase se afogou no cheiro de pólvora queimada, e encontrou José Arcádio esticado de boca para baixo no chão sobre as polainas que acabava de tirar, e viu a fonte do fio de sangue que já havia deixado de fluir do seu ouvido direito. (MÁRQUEZ, 2010, 171-172)

François Rastier, citando Primo Levi, declara: “não conheço nenhum ato humano que possa apagar um crime” (2021, p. 374). Às inúmeras tentativas de esconder os corpos, de apagar da memória as torturas e os assassinatos, somam-se às estratégias de ressignificação da história. Um mecanismo, um exercício do poder que age sobre o signo, desvirtuando-o. Essa produção, talvez não inovadora, alcançou proporções nunca antes vistas na história da humanidade. Figuras antidemocráticas como Beppe Grillo, na Itália, e Donald Trump, nos Estados Unidos da América, são os maiores representantes dessa nova engenharia do caos e do poder. No Brasil, Jair Messias Bolsonaro, autoproclamado *outsider* da política, apolítico e *anti-establishment* – com milhões de seguidores de norte a sul do país – é a evidência cabal de que o autoritarismo está nas entranhas da identidade do povo latino-americano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Semiótica das culturas é uma ciência, uma Teoria Geral, que se ocupa da investigação da significação, seu objeto de pesquisa. A significação, por sua vez, é uma função semiótica, ou seja, a relação estabelecida entre o plano de conteúdo e o plano de expressão. A partir disso, tentamos demonstrar a equivalência, a possibilidade de convergências teóricas, desse ramo do conhecimento – estabelecido, principalmente, mas não apenas, por estudiosos como François Rastier e Algirdas Julien Greimas – com as pesquisas foucaultianas acerca do poder.

Rastier desenvolveu intensa investigação sobre os limites da Semiótica das culturas, sobre sua pertinência, ou melhor, sobre sua urgência no campo das ciências humanas, considerando a insuficiência ou incapacidade das demais ciências em encerrarem um projeto de conhecimento global. Sua obra solidificou a ideia das culturas como uma fértil matéria de pesquisa; isso se deve, segundo o autor, ao fato de serem compostas por duas diversidades: àquela, naturalmente, que as permite, e que faz com que se movam em tempos e espaços diferenciados; e não serem possíveis de apreensão por métodos de reprodução do fenômeno, o que significa que o objeto cultural não se presta a experimentação a partir dos modelos de pesquisa das ciências físicas por possuírem parâmetros não reprodutíveis. Portanto, a ciência da cultura, para Rastier, é a única ciência habilitada para essa investigação.

Nesse diapasão, foi definida a categoria da identidade como sendo um sistema de signos localizados na semiosfera, mais precisamente na zona identitária do mundo óbvio. Esse sistema mantém uma relação de homeostasia com outros sistemas de signos. Nas fronteiras desses sistemas, operam-se intercâmbios, trocas, que geram, por conseguinte, uma constante transformação do indivíduo. Já a identidade latino-americana foi descrita como um sistema de signos acumulados historicamente e que mantém uma relação de resistência e comutação, influenciando e sendo influenciado, historicamente, por povos colonizadores e imperialistas. Por esse motivo, sua formação é, também, autoritária, na medida em que reproduz, como dominado, em um ato de reconhecimento de sua submissão, as marcas de sua dominação.

Estabelecida a Semiótica das culturas, e apresentada a categoria da identidade, segundo sua perspectiva teórica, passamos a refletir sobre o “poder”. Este, entendido, como nos ensinou o pensador e sociólogo francês Michel Foucault, como sendo uma prática, um exercício, uma atividade que se estabelece nas relações. Sendo assim, tentamos empreender um estudo ascendente do poder, revelando no *corpus* sua dinâmica desde as capilaridades até o centro, onde ela se corporifica em tiranos, ditadores, populistas, *outsiders*, podendo, por fim, culminar em Estados Totalitários.

Esboçamos, em outro momento, o que Foucault pensou como sendo a rede de dispositivos de controle dos corpos e das populações. O Poder Soberano é uma prática do poder que age de fora para dentro, sobre o corpo e sobre a sociedade, e é constituído de uma aparência régia, mas que, atualmente, não se confunde com a figura do rei, ou do monarca, ou das instituições; não é um corpo, pelo contrário, apropria-se dos corpos e das instituições – jurídicas, principalmente – para operar, através das normas, seus desígnios. O Poder Disciplinar é uma invenção que nasce com o Estado burguês, portanto, é, segundo a lógica dominante, uma economia, uma mecânica que visa ao mínimo de dispêndio e ao máximo de eficácia. Atua para isso nos corpos, de dentro para fora, normalizando as condutas, disciplinando por meio de instituições: família, escola, hospital, exército, fábrica. Já a Biopolítica é uma experiência recente na rede de controle instaurada desde a ascensão da burguesia; é uma transformação do direito político do século XIX, modificando o paradigma vigente: conjugam-se o poder soberano e o poder disciplinar em um mecanismo que incide sobre as populações.

Finalmente, aferida uma pressuposta compatibilidade entre as bases teóricas, passamos a analisar o *corpus* da pesquisa. O objetivo era investigar em *Cem anos de solidão* (2010), de Gabriel García Márquez, os influxos do “poder” na construção da “identidade” latino-americana. Para isso, fomos revelando, durante o percurso, os enunciados representativos das estratégias de “poder” – poder soberano, poder disciplinar, biopolítica – e os mecanismos de controle que ajudaram a construir a “identidade” autoritária latino-americana.

Como resultado da pesquisa, confirmamos, no *corpus*, a hipótese do problema. As marcas do “poder” na concepção de um povo que se reconhece como latino-americano são a consequência de intrincadas teias sógnicas. Esse povo, sua cultura, sua identidade são, portanto, a reunião das marcas impostas pelo colonialismo, pelo imperialismo e pelo autoritarismo que lhe são próprios. Sendo signos, pois, não há outro lugar onde essas marcas sejam mais aparentes do que na arte.

*Cem anos de solidão* (2010), um romance cujo enredo mítico é a *mimesis* da formação do povo latino-americano, constituiu-se como terreno fértil para entendermos a história do “poder”, a mecânica do “poder”, os influxos do “poder” nessa comarca do mundo. Mais que isso, legou-nos a compreensão, parafraseando Eduardo Galeano, do tamanho das cicatrizes, das veias abertas da América Latina; por onde dominadores subtraíram, retiraram, as riquezas dos povos originários para pôr, em seu lugar, consciente e inconscientemente, os signos de união, os significados do pertencimento, do reconhecimento forjado no calor das lutas, das batalhas, no sangue dos antepassados e na solidão da resistência.

Esse esforço em determinar as afluências dessas teorias, em descortinar em uma obra literária os dispositivos de sujeição dos corpos e de dominação das populações, nos levou a examinar uma por vez, aprofundar nosso conhecimento e desvelar, a cada passo, a cada porta aberta, ou melhor, entreaberta, a imensidão do que nos propomos. E apesar de toda energia despendida, ao término, isto é, na pausa, acreditamos que valeu a pena.

Os próximos passos dessa pesquisa, de uma futura pesquisa, devem perscrutar, devem anatomizar as engrenagens desse movimento, desse mecanismo do poder, não exatamente novo, mas com aspecto moderno, que passou a agir, passou a incidir, sob a coordenação, principalmente, de grupos de extrema direita, sobre os signos. Estão sob ataque, não apenas os corpos, não apenas as populações, mas todos os sistemas de significação. Essa nova prática de controle parece ter originado uma rede de saberes - não mais médicos, nem sanitários -, uma nova tecnologia da dominação: as ciências da informação e as, resultantes, *bigtechs*. É preciso, portanto, entender, mapear as finas teias digitais - a partir das notícias falsas (*fake news*), das narrativas degeneradas - que sujeitaram, mas não apenas, milhares de indivíduos nas eleições presidenciais da Itália, dos Estados Unidos e do Brasil, e produziram os novos engenheiros do caos, *os outsiders*.

“Eu me nego a admitir o fim do homem”. Essa frase proclamada pelo poeta William Faulkner e repetida por Gabriel García Márquez na cerimônia de entrega do prêmio Nobel de Literatura, na Suécia, enfim, resume porque acreditamos na necessidade de muitos outros trabalhos nessa área. Os signos autoritários, nos últimos dez anos, desprenderam-se dos cantos escuros, das sombras da noite, e passaram a caminhar livremente sob o sol do meio dia. É preciso dissecá-los, despojá-los de sua aparente feição de virtude, de palavra divina, de verdade universal; é inadiável, imprescindível, despi-los, revelá-los na sua crueza, para que, assim, envergonhados, voltem para as trevas de onde nunca deveriam ter saído.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Industria cultural**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Teoria Estética**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- ANDRADE, Abah. **Da epistemologia à poética dos mundos infinitos**. Artigo não publicado disponibilizado na disciplina Filosofia da Literatura, ministrada em 2023, no Curso de Filosofia da UFPB, João Pessoa, 2023.
- ALMEIDA, Rossana Tavares de. **A transformação da mulher nas lendas indígenas amazônia: percursos semióticos de sentido**. 2018. Disponível: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13076/1/Arquivototal.pdf>
- AMESON, F. **Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Ática, v. 41, 2006.
- AQUINO, São Tomás. **Tratado dos signos**. São Paulo: INCM, 2001.
- ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- ARISTÓTELES. HORÁCIO. LONGINO. **A poética clássica**. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2005.
- AUERBACH, E. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- AVELAR, I. **Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BACHA, Maria de Lourdes. **A Teoria da Investigação de C.S.Peirce**. 1997. Disponível: <<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/5279/1/MARIA%20DE%20LOURDES%20BACHA.pdf>>
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BATISTA, Maria de Fátima B. de M. **A semiótica: caminhar histórico e perspectivas atuais**. Rev. de Letras [on-line] n° 25, Vol. 1/2, jan/dez. 2003. Disponível: <[http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16499/1/2003\\_art\\_mfbmbatista.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/16499/1/2003_art_mfbmbatista.pdf)>.
- BATISTA, Maria de Fátima B. de M. **O romance tradicional no Nordeste do Brasil: Uma abordagem semiótica**. 1999. Disponível: <https://repositorio.usp.br/item/001060355>
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BACHA, Maria de Lourdes **A Teoria da Investigação de C.S.Peirce**. 1997. Disponível: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/5279/1/MARIA%20DE%20LOURDES%20BACHA.pdf>

BERTEN, André. **Modernidade e desencantamento: Nietzsche, Weber e Foucault**. Tradução Marcio Anatole de Souza Romeiro. São Paulo: Saraiva, 2011.

BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina Colonial**. Vol. I. Trad. Maria Clara Cescato. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Semiótica do Totalitarismo**. São Paulo: Contexto, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRUNEL, Pierre (Org.). **Dicionário de mitos literários**. Tradução Carlos Sussekind [et al.]. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

CAMPOS, Haroldo. **Ruptura dos gêneros na literatura latino-americana**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

CHASIN, J. A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda. III – O Caso Brasileiro na Encruzilhada da Sucessão. In: \_\_\_\_\_. **A Miséria Brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social**. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CHIAMPI, Irlemar. **O realismo maravilhoso: forma e ideologia no romance Hispano-Americano**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

COUTINHO, E. **Literatura comparada na América Latina**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. Tradução Matheus Correia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**. Tradução José Paulo Neto, Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ERRANDONEA, Alfredo. **Sociologia de la Dominación**. Montevideo. Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989.

FISHER, Mark. **Capitalismo realista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?. Trad. Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da Enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 3ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 15ed. São Paulo: Contexto, 2018.

\_\_\_\_\_, José Luiz. **Em busca do sentido**: estudos discursivos. 2. ed. São Paulo: Contexto. 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 22ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: histórias da violência nas prisões. Tradução Raquel Ramallete. 41. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

FREUD, S. **Obras completas**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 14.

FREUD, S. **Uma dificuldade no caminho da psicanálise** (1917). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de S. Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1995, Volume XVII.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2d . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. 2d . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b.

\_\_\_\_\_. **A ditadura derrotada**. 2d . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c.

\_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada**. 2d . Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão et. al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

GREIMAS, Algirdas Julien. **O contrato de veridicção**. Tradução de Cidmar Teodoro Pais. In Acta Semiótica et lingüística, vol. 2. São Paulo: Hucitec, 1978: 211-221.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, v. 22, p .5, 1997

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis,RJ: Vozes, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**: 1875-1914. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

HUMBOLDT, Wilhelm von. **Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad**. Traducción y prólogo de Ana Agud. Barcelona : Anthropos; Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1990.

JOZEFF, Bella. **História da Literatura Hispano-Americana**: das origens à atualidade. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

JOZEF, Bella. **Romance Hispano-Americano**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

JUNG, G. G.. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução Maria Luiza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. 7. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

KOTHE, Flávio R. **A Alegoria**. São Paulo: Ática, 1986.

LUKÁCS, Gyorgy. **Marxismo e teoria da literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, Gyorgy. **A teoria do romance**: um ensaio histórico – filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução Jose Marcos Mariani de Marcedo. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

MACHADO, Irene. **Concepção sistêmica do mundo**: Vieses do círculo intelectual bakhtiniano e da escola semiótica da cultura. 2013. Disponível: <https://www.scielo.br/j/bak/a/7Ptm9SR6kR7nRpLgSG8Dknn/?format=pdf>

MACHADO, Irene. **Escola de Semiótica**: A Experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura. Ateliê Editorial, 2003.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão**. Trad. Eric Nepomuceno. 75. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cien años de soledad**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2009.

\_\_\_\_\_. **Crônicas de uma morte anunciada**. Tradução Remy Gorga, filho. 41. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

\_\_\_\_\_. **Doze contos peregrinos**. Trad. Eric Nepomuceno. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MARTINS FILHO, J. R. **A guerra da memória**: a ditadura militar nos depoimentos de militares e militantes. *Varia História*, Belo Horizonte, n.28, p. 178-201, 2003.

MARTIN, G. **Gabriel García Márquez**: uma vida. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

MORENO, César Fernández et. al. (org.) **América Latina em sua literatura**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

NÖTH, W. **A Semiótica no Século XX**. São Paulo, Annablume, 1996.

\_\_\_\_\_. **Panorama da Semiótica**: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

OEA, Organización de los Estados Americanos. **Desigualdad e inclusión social en las Américas**. Disponível em: <http://www.oas.org/docs/desigualdad/LIBRO-DESIGUALDAD.pdf>

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiotic and significs; the correspondence between Charles S. Peirce and Victoria Lady Welby**. Bloomington: Indiana University Press, 1977.

PEIRCE, C. S. **Os pensadores**. Vol XXXVI. Tradução de Armando Mora D'Olivira. Col. Abril Cultural, 1974.

PIGNATARI, Décio. **Semiótica e literatura**. 6 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

RASTIER, François. **Ação e sentido por uma semiótica das culturas**. Tradução Maria de Fátima Barbosa de Mesquita Batista. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2010.

RASTIER, François. “Escuta mundo”: em memória do Primo Levi. In: BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita; \_\_\_\_\_. (Orgs). **Quem é o povo?** João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

RASTIER, François. **Semiótica das Culturas e Cosmopolitismo: uma introdução**. In: BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita; \_\_\_\_\_. (Orgs). **Semiótica e Cultura**: dos discursos aos universos construídos. João Pessoa: Editora Universitária, 2015.

RAMA, A. Os processos de transculturação na narrativa latino-americana. In: VASCONCELOS, S.; AGUIAR, F. **Literatura e cultura na América Latina**. São Paulo: EdUSP, 2001. p. 209-238.

RESTREPO, D. H. **La crítica literaria en Colombia**. Retos y perspectivas. Disponível em:< <http://www.dariohenaorestrepo.com>>.



WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 1. Tradução de Augustin Wernet. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2001a.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 2. Tradução de Augustin Wernet. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2001b.